

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL



ANO 65 — VI FASE — Nº 29 — DE 05 A 18 DE OUTUBRO DE 1989

NCz\$ 3,00

A CAMINHO DA VITÓRIA



A candidatura de Lula, da Frente Brasil Popular (PT-PCdoB-PSB), cresce em todo o país, vai acumulando força e reunindo condições de vencer a eleição. Neste número trazemos um farto noticiário sobre o desenvolvi-

mento da campanha durante as duas últimas semanas (páginas 6 a 8 e suplemento 'A campanha em marcha'). Publicamos também artigos desmascarando as candidaturas de Roberto Freire, Brizola e Afif.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas**Editor:** José Reinaldo Carvalho**Redação:** Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins**Diagramação e Arte:** José Luís Munuera Reyes**Fotografia:** Aguinaldo Zordevoni**Arquivo:** Rosane Montiel**Administração e Assinaturas:** Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli**Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP**Telefone:** (011) 36-7531**Telex:** 11-32133**Nas capitais:** ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPIRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIAS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Willians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis. SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju;**A CLASSE OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.

O internacionalismo da norte-americana

Sou norte-americana e estou há seis meses no Brasil. Durante este tempo observei muitas vezes como são erradas as coisas que aprendi nos Estados Unidos. Infelizmente os norte-americanos foram ensinados a aceitar o que as classes dominantes de seu país dizem, sem pensar ou questionar.

Acredito, aliás, que mundialmente os trabalhadores estão habituados a aceitar certas situações sem questioná-las, o que é muito perigoso. Recentemente, vi numa estação rodoviária algo que me impressionou. Um homem, que parecia louco, dizia a todos que havia sido ferido. Minha primeira reação foi ter medo. É o sentimento que a burguesia deseja nos inculcar, mas é uma reação errada. O homem que vi tinha o braço inteiramente ferido e sangrava em abundância. Acho que louco não era ele, e sim todos nós que ficamos perto dele sem agir.

Julgo que a revolução é o único meio para transformar profundamente a sociedade, mas devemos igualmente denunciar com vigor as injustiças e misérias do cotidiano, lutar para reeducar a sociedade e, enfim, facilitar a mudança revolucionária. A maioria das pessoas enxerga as injustiças, mas foi ensinada a aceitá-las. Muitas vezes a burguesia nos diz, por exemplo, que os mendigos só existem porque não querem trabalhar, ou outras mentiras como esta. Se a classe operária que lê este jornal protestasse mais, outras pessoas veriam as iniquidades da sociedade capitalista (T.C., cidadão norte-americano vivendo no Brasil)

UDR ameaça e mata no Espírito Santo

Um alerta acerca das ameaças de morte que atingem três lideranças populares de Jaguaré, município que dista 220 km de Vitória (ES), foi divulgado em carta aberta por 20 entidades que participam da administração local. "Tais ações são articuladas pela UDR, com apoio de fazendeiros e grupos de extermínio que atuam no Norte do Estado e pelo deputado Nyder Barbosa, que apóia publicamente a UDR", afirmam os autores.

De acordo com o prefeito Túlio Pariz, as ameaças coincidem com um discurso

do deputado sobre a postura dos assessores municipais na ocupação de terras na região. Estes passaram a ser ameaçados, com destaque para o assessor Damião Sanches, sob a absurda acusação de liderar uma guerrilha no Norte. "As ameaças são as mesmas que precederam os assassinatos de Francisco Domingos Ramos, Verino Sossai, Purinha e Valdízio Barbosa, o Leo", revela Pariz.

O clima é de terror e, em consequência, oito pessoas já saíram de Jaguaré para escapar com vida. Além de Sanches, estão na mira da UDR: Zoel Bonomo, vice-prefeito, e Angelina Pansine, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. "Hoje, mais que nunca, a UDR é uma organização que pratica a violência a nível nacional, unindo latifundiários que antes agiam isoladamente". Segundo entidades, o clima reinante em Jaguaré (22 mil habitantes) guarda relação direta com a existência de uma administração popular no município — no qual não há latifúndios, a exemplo de outros da região Norte do Estado.

Até o momento, o governador Max Mauro não adotou nenhuma providência concreta no sentido de conter as violências, apesar das gestões que o prefeito Pariz e os partidos da Frente Brasil Popular, juntamente com parlamentares e lideranças populares e sindicais, vêm fazendo para coibir a escalada de assassinatos. Depois da morte de Sossai, o governador recebeu, em reunião, uma longa lista de pessoas ameaçadas. Em seguida, Leo foi assassinado por pistoleiros da UDR.

Diante deste genocídio em curso, as entidades afirmam: "Responsabilizamos os governos estadual e federal, por se omitirem na apuração dos crimes (...) e os membros da UDR de Jaguaré, que, por pertencerem a esta organização criminosa, são cúmplices dos assassinatos".

(Clóves Geraldo, Vitória, ES)

Yanomami reagem: luta em Brasília

As ameaças de extinção física e cultural dos índios Yanomami, em Roraima, em consequência da falta de garantia aos seus direitos constitucionais, gerou a mobilização de 67 nações indígenas do Brasil e de representantes de entidades populares e sindicais, numa programação que movimentou Brasília durante uma semana. Foram realizadas mostras de vídeo sobre a realidade atual dos índios e promovidos debates com presidenciáveis e parlamentares, com a entrega de documentos que relatam as agressões sofridas pelos povos indígenas brasileiros — em especial, os Yanomami. Os integrantes da mobilização realizaram um ato público na rampa do Congresso Nacional e uma caminhada ao Palácio do Planalto, em protesto pela regulamentação da reserva garimpeira e

pela invasão das terras Yanomami por mais de 50 mil garimpeiros, nos últimos dois anos, em nítida violação de suas conquistas constitucionais. Em carta aberta intitulada "Yanomami urgente", as entidades indígenas, sindicais e partidos políticos afirmam: "Nós, habitantes de Roraima, nos unimos aos manifestantes de Brasília porque somos testemunhas do genocídio que está sendo preparado contra os Yanomami; da contaminação dos rios pelo uso do mercúrio; da destruição do meio ambiente; da violência; da crise de abastecimento alimentar tradicional dos índios; do aumento da ocorrência de doenças que podem se alastrar pelo País". E exigem dos governos federal e de Roraima o cumprimento da Constituição, com os seguintes itens: 1) urgente demarcação das terras numa área contínua; 2) revogação imediata dos decretos que retiram a área em ilhas; 3) retirada definitiva dos garimpeiros; 4) responsabilização criminal dos que favorecem o genocídio ou se omitem.

(Um grupo de entidades populares de Roraima) (Clóves Geraldo, Vitória, ES)

"Debate Sindical": unificação em foco

Com o título "CSC/CUT — A um passo da unificação", acaba de ser publicado o sexto número da revista *Debate Sindical*, que é editada pelo Centro de Estudos Sindicais (CES). No seu artigo de capa são analisadas as razões que levaram a Corrente Sindical Classista a propor a abertura oficial das discussões com vistas ao seu ingresso na CUT. A revista também traz entrevistas com Sérgio Barroso, secretário-geral da CSC, e Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

Além do espaço dedicado aos argumentos sobre a unificação orgânica CSC-CUT, a *Debate Sindical* divulga outras matérias de interesse do conjunto do movimento sindical. Entre eles, um artigo sobre as consequências da "perestroika" para os trabalhadores soviéticos; a história da ação dos comunistas no movimento sindical brasileiro; e um texto teórico de D. Losovsky sobre a concepção marxista de sindicalismo.

Promoção especial

O preço da revista é de apenas NCz\$ 10,00, e o Centro de Estudos Sindicais está fazendo uma promoção para agilizar a sua venda. Os sindicatos e outras entidades que adquirirem mais de 50 exemplares terão um desconto de 20% e a compra poderá ser efetuada com cheque pré-datado nominal para 30 de outubro.

Adquira ainda hoje sua cota de *Debate Sindical*. A revista — especializada na análise das questões sindicais, na polémica e intercâmbio de experiências — é um poderoso instrumento na construção do sindicalismo classista em nosso país. Faça seu pedido ao Centro de Estudos Sindicais (CES) — Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, São Paulo, SP, fone: 37-7300, CEP: 01050.

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 18,00

Assinatura semestral: NCz\$ 36,00

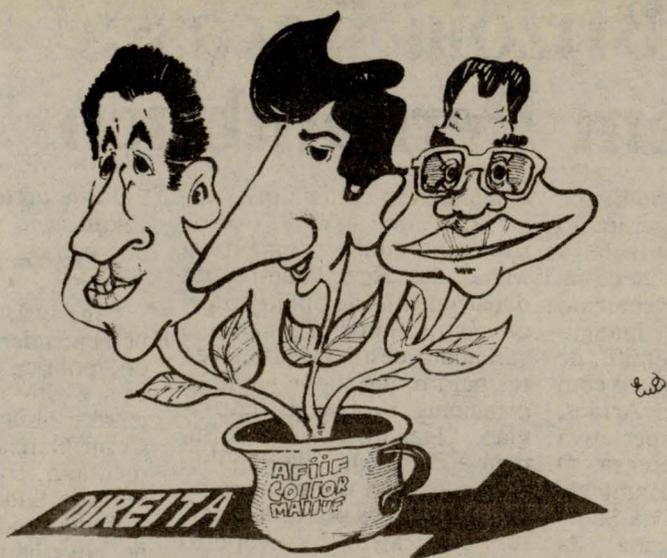
Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

CDM
Centro de Documentação e Informação
Fundação Maurício Grabois

A redação da *Classe Operária* manifesta seu pesar pelo trágico falecimento da Camarada Eliandre Martini (Lia), responsável pela produção gráfica de inúmeros materiais de propaganda do PC. A documentação e o vídeo também permitem a divulgação deste jornal. Sua dedicação e amor à luta do povo brasileiro ficarão indelevelmente gravados no coração de todos os comunistas.



EDITORIAL

A realidade se impõe

Pouco mais de um mês separa o país do grande acontecimento político das últimas três décadas — eleição direta para a Presidência da República. E, conforme as previsões de lúcidos analistas políticos e dirigentes da Frente Brasil Popular, a grande novidade deste momento-chave da campanha sucessória é o crescimento da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

À proporção que se aproxima o dia do pleito, o eleitorado começa a se empolgar com o líder operário e a mensagem avançada da coligação de partidos que o apóiam. O fenômeno é tão visível que os institutos de pesquisas de opinião pública são forçados a se adaptar à realidade e a registrar a subida do candidato. Confirma-se o que este jornal tem dito — não se pode substituir a realidade por pesquisas e à medida em que aquela se impõe, os institutos vão sendo obrigados a acionar de outra forma os seus totalizadores.

O crescimento da candidatura da Frente Brasil Popular é sobejamente atestado pelos últimos episódios da campanha. Lula fez comícios apoteóticos em Belém, Manaus, São Luís e Terezinha, marcando a consolidação de suas posições no Norte do país. No Rio de Janeiro e em Niterói, tidos como redutos brizolistas, o candidato das esquerdas conquistou preciosos pontos com a realização de expressivas manifestações no centro da capital carioca e do maior comício da história de Niterói.

Não se trata de algo inusitado nem surpreendente. No quadro político atual, em que o povo tende objetivamente a manifestar sua enérgica oposição ao poder estabelecido das elites dominantes, a previsão mais factível é um crescimento ainda mais acelerado da campanha de Lula. Confrontando as propostas da frente das esquerdas com as dos demais candidatos, o povo brasileiro vai se apercebendo do caráter progressista e

popular da plataforma de 13 pontos e identificando o abissal contraste entre Lula e os demais candidatos. É um dado da realidade que nenhum cronista político nem a mistificação orquestrada pela mídia podem camuflar.

Inevitavelmente, com a aproximação da data do pleito, intensifica-se a discussão política e o confronto de idéias. E aí se evidencia com toda a nitidez que Collor, Maluf, Afif, Ulysses, Covas e Aureliano não defendem outra coisa senão a permanência do status-quo, da dominação do imperialismo sobre o país, a manutenção do latifúndio e a brutal concentração de rendas, com todo o corolário que isto provoca em termos de crise econômica e tragédia social. Evidencia-se também, com o passar dos dias, que Leonel Brizola, pretendo depositário do voto útil do eleitorado progressista, não tem nenhuma mensagem, é um candidato cheio de ambigüidades, no fundo mais um concorrente pelo lado das elites.

A decantação de campos e a polarização entre esquerda e direita se cristalizam no mesmo compasso do agravamento da crise social. A carestia de vida torna-se insuportável, o governo perdeu completamente o controle das rédeas da economia e das finanças, o espectro da hiperinflação volta a assomar. Isto indica um entrelaçamento entre a disputa eleitoral e a luta social, entre a intensificação da campanha da Frente Brasil Popular e a realização de ações combativas das massas trabalhadoras contra a tentativa das elites de descarregar sobre elas o peso da crise econômica, contra a espoliação do país pelo capital estrangeiro.

Quanto maior for essa luta, maiores serão as possibilidades de vitória de Lula no primeiro e no segundo turnos e mais unido o povo estará para garantir a sua posse e a implantação de um governo democrático, popular e progressista no país.

Lula conquista o Norte

Neuton Miranda*

Na visita de Lula a Belém a campanha explodiu nas ruas da capital paraense, com a força da participação popular, superando as previsões otimistas.

As pesquisas eleitorais que como uma barreira represavam o entusiasmo da militância da Frente Brasil Popular, foram derrubadas pelas milhares de pessoas que acorreram à recepção no aeroporto, à carreato, à passeata dos estudantes e ao comício, vibrantes, entusiasmadas, confiantes na vitória.

Nem mesmo o temporal que desabou esfriou o ânimo ou dispersou a multidão que estava na Praça do Relógio.

Na véspera sentia-se que a manifestação do povo paraense seria vitoriosa. Centenas de militantes do PCdoB, PT e PSB lotaram as dependências do Sindicato da Construção Civil para ouvir João Amazonas, que fez uma brilhante exposição sobre a importância da batalha da sucessão presidencial, da Frente Brasil Popular e da eleição de Lula e Bisol. Foi o combustível que faltava. Foi o coroamento de um trabalho de mobilização desenvolvido nos bairros, nas empresas, nas escolas, nas feiras, no centro da cidade, através de arrastões, visitas de casa em casa, pequenos comícios, panfletagens, pichações, colagens de cartazes etc.

Tudo foi possível realizar com poucos recursos materiais e sem o apoio dos meios de comunicação, porque a candidatura da Frente Brasil Popular extrapolou os limites dos partidos que a compõem. E foi tomada pelo povo como sua, o

que é essencial para a vitória. É cada vez maior a procura de materiais de campanha. Junto com a carta o carteiro entrega um panfleto. Nas ruas os militantes da frente são cumprimentados com o polegar para o alto ou com o V da vitória, abordados para receber declarações de apoio a Lula. Alguns que têm outros candidatos no primeiro turno comprometem-se a votar no candidato da frente no segundo turno. A organização do povo pode dar um salto com a formação de centenas de comitês nas empresas, escolas, bairros e povoados, indispensáveis para conquistar a vitória eleitoral, assegurar a posse e garantir a execução do programa da frente.

Hoje é voz corrente que Lula será o mais votado em Belém. A candidatura de Collor de Mello, que polarizava com a de Lula, declina, enquanto a de Lula ascende. Esse movimento já se reflete no interior do Estado. Belém não é uma exceção na Amazônia. Lula também visitou Manaus, Macapá e Santarém. A recepção em cada uma dessas cidades foi a mais calorosa que um candidato já recebeu e os comícios foram os maiores realizados na atual campanha eleitoral. O povo da Amazônia saqueada, devastada, marcada pela violência dos latifundiários, da Amazônia ameaçada de internacionalização une-se à classe operária de São Paulo, ao povo de todo o país, para eleger o líder dos metalúrgicos do ABC, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República e mudar a cara do Brasil.

*Presidente do PCdoB no Pará e membro de sua direção nacional

A ambigüidade do caudilho

Umberto Martins*

Uma vela a Deus e outra ao Demônio. O caudilho Leonel Moura Brizola aplica com inegável habilidade tal máxima. Afinal, qual o programa econômico do candidato? A que interesses pretende atender? Aos banqueiros, aos grandes empresários, aos trabalhadores? A todos?

O caudilho é esquivo, malandramente contraditório em suas promessas. Já declarou boa vontade em relação aos banqueiros estrangeiros, opondo-se a medidas drásticas em relação à dívida externa, mas recentemente também anunciou a suspensão do pagamento dos juros, se eleito. Mostra-se simpático à internacionalização da economia e à privatização, porém igualmente denunciou as "perdas internacionais" do país e manifestou apoio às estatais. Uma vela a Deus. Outra ao Demônio. Desta forma, ele pensa agradar ou enganar a todos.

A duvidade do candidato do PDT ganhou maior notoriedade na formulação de seu programa econômico. Ele entregou a tarefa a dois notáveis do partido, os economistas Cesar Maia e Mangabeira Unger, que, nos pontos fundamentais, não têm a mínima unidade. Chega a ser hilariante, mas Brizola faz de conta que não vê e não toma partido.

Maia defende as idéias do chamado neoliberalismo, propagandeadas com irritante insistência pelas forças de di-

reita. Apóia as privatizações e a internacionalização da economia, propugna uma renegociação da dívida externa branda e aceitável aos bancos estrangeiros. Já Mangabeira Unger levanta algumas bandeiras de caráter nacional, propõe a suspensão do pagamento da dívida externa, uma negociação da dívida interna que possibilite pôr fim à especulação no mercado financeiro e o reforço das empresas estatais. O contrário de César Maia.

Ambos, entretanto, servem maravilhosamente bem aos propósitos de Brizola. Nisto estão unidos. Não é segredo para ninguém o namoro do caudilho com a direita brasileira — suas alianças com forças reacionárias, principalmente no Nordeste, são bem conhecidas. Provém daí a necessidade de dois discursos e duas caras.

O PDT tem enviado César Maia para contatos com grandes empresários na esperança de obter apoio político e recursos financeiros para a campanha. Recentemente, Maia manteve contato em São Paulo com Abílio Diniz e dois outros poderosos capitalistas do Estado, na tentativa de convencê-los a ajudar a campanha de Brizola. A tática do caudilho lembra a de outro populista latino-americano: Menem, que se elegeu presidente da Argentina com uma fraseologia nacionalista e agora pratica a política resolvida pelo FMI e pelos grandes capitalistas.

*da equipe de redação

NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

Ombudsman, de quem?

Clóves Wonder

Que Ombudsman é este? "A Folha de São Paulo", no seu afã de pós-modernidade, criou o "ouvidor do leitor", que já existe em alguns órgãos da grande imprensa européia e norte-americana, com o nome colonialista de **Ombudsman**. Mas o que faz ele, além de criticar os demais veículos de imprensa? Pouca atenção dá aos terríveis erros e omissões da própria "Folha de São Paulo", de quem deveria ser o primeiro crítico.

Tanto é que, na sua última coluna, o patoteiro Caio Túlio Costa, depois de uma agradável temporada em Paris, fala mal principalmente de "O Globo" por apoiar abertamente o candidato Collor, mas esquece que a "folhona", no seu caderno "Diretas 89", do domingo, dia 24 de setembro, não deu uma nota sequer sobre a passagem vitoriosa de Lula por algumas capitais do norte-nordeste, onde reuniu em comícios mais de 100 mil pessoas.

Mas os erros da "Folha" e dos demais jornais são muito maiores que o Ombudsman aborda. Vai da desinformação dos repórteres e editores até a omissão pura e simples de fatos que possam beneficiar candidatos que não são do agrado do capo Frias. E positivamente o Lula não é candidato do coração dos Frias, pai e filho. Parece, pelo que a "Folha" aborda no seu dia-a-dia, que assim como "O Estado de São Paulo" tem o Afif no coração, a "Folha" tem o Maluf no seu.

Colunistas tomam partido

Essa mesma "Folha" que agora tem Ombudsman, tem também pelo menos quatro colunistas diários: Clóvis Rossi, Gilberto Dimenstein, Newton Rodrigues e Jânio de Freitas. Deles, o mais isento até agora tem sido o Jânio de Freitas. Os demais, como Clóvis Rossi e o Gilberto Dimenstein, escrevem o que o patrão manda, ou até pensa.

E o Newton Rodrigues simplesmente collorou, para azar de sua biografia, que até há pouco tinha um certo brilho (no bom sentido).

O "Jornal do Brasil" tem os melhores colunistas políticos do país, nas figuras de Villas Boas Correa e Ricardo Noblat. Villas Boas é um ulyssista de primeira hora que não pode e em função das circunstâncias não deve, ser claro nas suas colocações. Mas analisa com profundidade o que acontece na política nacional. Ricardo Noblat tem aberto sempre em suas colunas a possibilidade de Lula subir nas pesquisas e mostra que é um dos únicos candidatos com estrutura de campanha nacional.

Mas é em "O Globo" que a coisa fica preta. Teresa Cruvinel, que faz a coluna política da página 2, simplesmente assina o que o patrão Roberto Marinho ou seu pré-posto Jorge Serpa escrevem. A "Última Hora", do Rio de Janeiro, é simplesmente uma vergonha. Sebastião Nery, seu principal colunista, é um assalariado de Collor. "O Estado de São Paulo" não tem colunista fixo de política, além da coluna canal 3, mas só dá espaço a quem combate Lula ou qualquer outro candidato que cheire esquerda.

Mas tem também os franco-atiradores que atuam na chamada imprensa média, como Tarso de Castro, que escreve diariamente na "Folha da Tarde" e na revista "Afinal", que é waldirista de coração, mas não tem como defender seu candidato, até porque ele não é. Antigo brizolista, conhece os defeitos do caudilho, sabe das armadilhas do Covas e detesta a direita, de Maluf, Collor e Afif. Pode acabar apoiando o Lula, apesar da influência que o filhote de Gorbachev exerce sobre essa pequena-burguesia intelectualizada deslumbrada.

A questão é essa. Colunista que assina matéria tem que ter opção. Quem finge que não tem, escreve o que o patrão manda e acaba não sendo respeitado por ninguém.

Brizola fracassa em Pernambuco

Verdadeiro fiasco político e eleitoral. Assim foi a visita do candidato Leonel Brizola a Recife, no último dia 26 de setembro. Na agenda, debate no auditório da Sudene, inauguração festiva do comitê de campanha e um encontro com o governador Miguel Arraes, cercado de grande expectativa alimentada pela imprensa. O apoio de Arraes e o anúncio do plano de governo na Sudene seriam a "arrancada" da campanha brizolista em Pernambuco, que praticamente inexistiu, e a superação das resistências advindas dos setores progressistas da população.

Batalha de Itararé

"Uma tremenda batalha de Itararé", uma batalha que não houve, comentava em tom de ironia, no dia seguinte, o vereador do PCdoB em Recife, Renildo Calheiros. É que a passagem de Brizola em Recife foi marcada por uma sucessão de equívocos, desmentidos e desencontros, em meio à indiferença da população.

O candidato do PDT chegou ao auditório da Sudene carregado nos ombros por dois robustos guarda-costas. A claque uniformizada irrompeu ruidosa, na tentativa de dar um tom de comício ao que seria mais uma reunião do fórum promovido pela Associação dos Servidores, com apoio da superintendência daquele órgão. Pior: o vexame logo se completava com a longa explanação do candidato, repetitiva e marcada por frases de efeito

e de precário conteúdo.

"Ele está nos subestimando", comentava Maria das Neves Santos, do departamento de apoio ao pequeno produtor, enquanto o candidato destilava suas receitas para o que supõe serem os principais problemas da região. Ligar diretamente a Sudene à Presidência da República como meio de fortalecê-la, construir Cieps por toda a parte. "No trajeto do aeroporto até aqui, já escolhi alguns locais apropriados", disse. "A dívida externa? Uma questão de autoridade. (sic) Suspendemos o pagamentos dos juros e imediatamente nos sentaremos à mesa com os credores (sic) para negociar quanto, como e quando pagaremos", assinalou. "Contem comigo", esbravejava a todo instante, ao que a claque, sentindo-se convocada, tentava puxar aplausos da platéia. Ao final da explanação, como nada fora dito sobre o assunto, alguém gritou do fundo do plenário: "E a reforma agrária?" Brizola não se fez de rogado. Mais uma vez apresentou uma solução simples: cada brasileiro da zona rural ao casar terá, em seu governo, um pedaço de terra para plantar... mas não se fale em reforma agrária, não, porque "a desapropriação é uma violência contra quem já possui a terra há muito tempo, só se justifica em certos casos de grandes porções de terra que serão devidamente estudados. O que faremos — completava — é a compra de terras para doá-las às famílias que queiram plantar". E adiante:

"O que pretendo fazer é uma colonização agrária".

Ele não entende nada

"Incrível, o homem parece não entender nada de semi-árido, política de incentivos fiscais e dos problemas da região", observa o economista Cezar Garcia, autor de fundamentado estudo acerca dos 30 anos da Sudene.

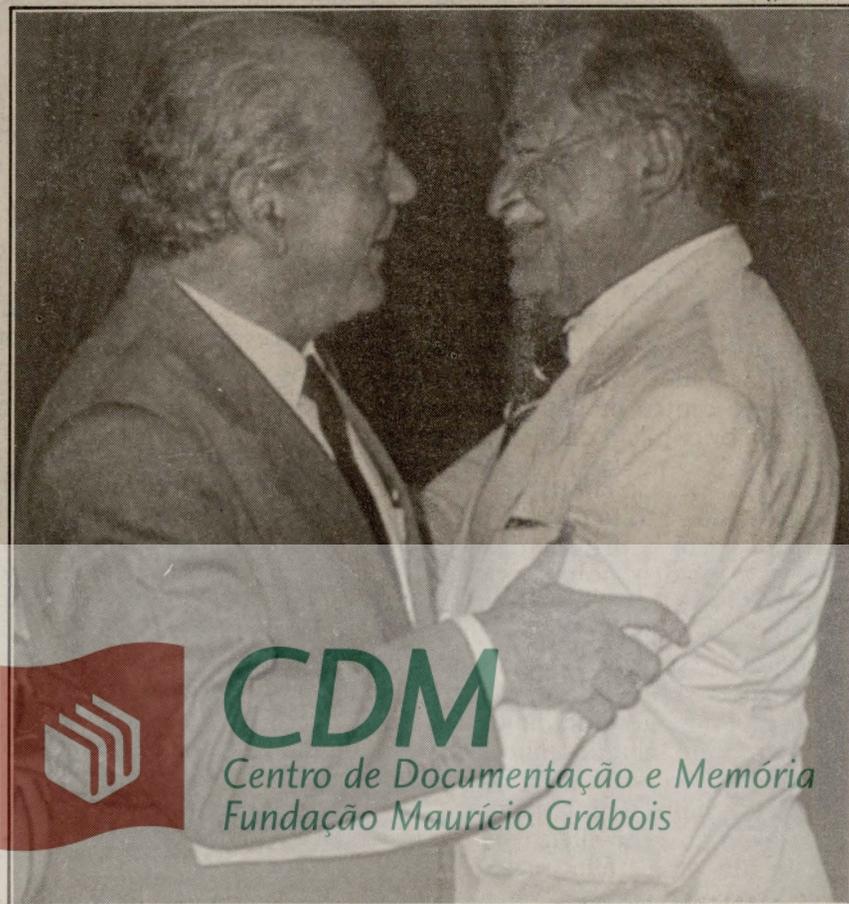
Quanto ao propalado apoio do governador de Pernambuco, o próprio Arraes se encarregou de desmentir. Em encontro com os dirigentes estaduais do PCdoB, Luciano Siqueira e Alanir Cardoso, ele disse: "Não tenho a menor intenção nesse sentido". E ainda confidenciou ter recebido no dia anterior 15 prefeitos peemedebistas que o procuraram em busca de uma definição. Os prefeitos declararam ao governador — é o próprio Arraes que conta — que "com Brizola não dá porque lá no interior ele é apoiado pelo rebotalho da direita". A saída do encontro com Arraes, o presidente regional do PCdoB, Luciano Siqueira, comentou que o governador se manterá indefinido até o segundo turno e não deseja distanciar-se da Frente Brasil Popular, o que no início da noite era confirmado pela absoluta inexistência de qualquer fato novo no encontro de Arraes com Brizola.

Não estranha, nesse quadro, que a inauguração do comitê de campanha do caudilho pedetista não tenha mobilizado o eleitorado pernambucano.

(Da sucursal)

Sérgio Dutti

Brizola fez o maior fiasco em Recife, teve um encontro apenas formal com o governador e não conseguiu nenhuma adesão.



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O PROGRAMA DA FRENTE

Independência será a maior conquista

Luis Antonio Paulino*

O projeto econômico, social e político que a Frente Brasil Popular apresenta à nação brasileira busca a transformação da sociedade, a construção de um novo país, livre, democrático, com desenvolvimento para a maioria, no qual a marginalização e a miséria reinante por força do atual sistema econômico e do governo antipopular que aí está seja suprimida. Busca, portanto, um novo padrão de desenvolvimento econômico, independente, com distribuição de renda e voltado para as necessidades do povo brasileiro.

Ao analisar as condições para a implantação deste novo padrão de desenvolvimento a questão que se coloca é quais as características mais relevantes, que formam a base sobre a qual o novo modelo será construído.

A característica mais relevante desse novo modelo de desenvolvimento é a independência. É inconcebível imaginar que seja possível a reversão do atual modelo de desenvolvimento do país, concentrador de renda, que ao mesmo tempo em que conduziu o Brasil do 49º lugar entre os países capitalistas em 1955 para o 8º lugar em 1980, manteve o país no 50º lugar no que se refere aos índices de bem-estar social; no mesmo período o país triplicou o PIB per capita mas reduziu o valor real do salário-mínimo a menos de 1/3 do valor inicial.

Mistificação sobre dependência externa e internacionalização

O atual modelo econômico, concentrador de renda, é resultado sobretudo da dominação imperialista no país. A piora na distribuição de renda não é um fato isolado na sua história econômica. Está relacionado, de um lado, com a estrutura agrária e, de outro, com o padrão de industrialização dependente. A tendência à concentração de renda é inerente ao tipo de capitalismo que veio a prevalecer em nosso país. Principalmente no período do chamado milagre, o Estado empenhou-se em criar condições para que o perfil da demanda de produtos finais de consumo correspondesse aos interesses das empresas transnacionais. Criou-se assim uma estrutura industrial dependente da tecnologia importada, cuja expansão requer a perpetuação de um padrão concentrado de renda. Isso para não falar dos "ajustes" impostos pelo FMI à nossa economia, baseados no arrocho salarial para gerar os saldos comer-

ciais necessários para o pagamento dos serviços da dívida externa.

Mesmo entre setores tradicionalmente identificados com posições de esquerda vai se generalizando hoje uma opinião equivocada de que o chamado "discurso nacionalista" está superado, é coisa do passado, de que a realidade mundial hoje é outra e que é impossível pensar a realidade econômica de qualquer país sem levar em conta a chamada internacionalização da economia e, portanto, o virtual desaparecimento das economias nacionais, dos mercados nacionais.

Não há dúvida de que as mudanças tecnológicas em andamento são de grande magnitude e profundidade e tendem a modificar substancialmente a estrutura de produção mundial, com implicações sobre o emprego, a produtividade, a utilização de recursos naturais e as próprias relações internacionais. A conformação de macromercados, com o exemplo do projeto de unificação da Europa-1992 é desdobramento deste processo de evolução das novas tecnologias. Mas também não deve haver dúvida de que os trabalhadores não são o sujeito histórico desse processo, controlado por grandes grupos monopolistas e marcado pelos interesses das classes dominantes, e que as conseqüências previsíveis destas tendências históricas são trágicas para os países dependentes, caso sejam mantidas as bases atuais de relações econômicas e comerciais com as grandes potências capitalistas. As novas tecnologias tendem a reduzir os custos da força de trabalho e permitem a utilização de novos materiais que modificam o peso relativo de muitas matérias-primas tradi-

cionais produzidas nos países dependentes. Isso significa que mão-de-obra barata e matérias-primas não são necessariamente vantagens comparativas importantes para muitos dos setores mais dinâmicos e estratégicos da economia mundial.

As modificações que estão ocorrendo a nível mundial, portanto, longe de diminuir a exploração dos povos e a dominação imperialista só faz aprofundar a sua dependência aos grandes monopólios econômicos.

A chamada internacionalização da economia, que nada mais é do que a dominação cada vez maior dos grandes monopólios, a hierarquização dos mercados por empresas e não por nações, tira dos Estados a capacidade de se autocoodenarem que fica com as grandes empresas. O que assistimos portanto é um aprofundamento sem precedentes da dominação imperialista dado que a impossibilidade de novos investimentos na modernidade tecnológica determinada por essa mesma dominação, através de vários instrumentos dentre os quais se destaca hoje a dívida externa, tende a promover maior concentração de poder e riqueza, criando um hiato cada vez mais profundo entre as nações dependentes e os países imperialistas.

A dívida é o principal instrumento de domínio do capital estrangeiro

Justificar, portanto, a dependência com o argumento da internacionalização da economia é o mesmo que resolver um conflito decretando antecipadamente a vitória de um dos lados.

A ruptura com todos os laços de dependência ao capital estrangeiro, longe de significar um atraso como querem alguns, é a condição básica para a busca da modernidade, do verdadeiro progresso. Caso contrário, só nos restará na nova divisão internacional do trabalho ficar condenados ao atraso, financiado com a fome do povo.

A dívida externa é o maior problema econômico do Brasil e o principal instrumento de dominação imperialista sobre a economia brasileira na atualidade.

Entre 1980 e 1988, o Brasil pagou 132 bilhões de dólares, sendo 87 bilhões de juros, mas a dívida em vez de diminuir, quase dobrou, atingindo 112 bilhões de dólares. O Brasil transferiu nesta década, anualmente, uma média de 4,5% de tudo o que produziu apenas para pagamento de juros de uma dívida que não para de crescer. Em contrapartida, na média do continente, a produção por habitante caiu 6,5% e a inflação disparou. Desde o início dos anos 80, não é a entrada de dinheiro novo que faz a dívida crescer. É a necessidade de tomar empréstimos para pagar os juros de empréstimos anteriores.

Levando-se em conta que os empréstimos foram contraídos com base em juros flutuantes, estima-se em 30,7 bilhões de dólares os prejuízos causados na primeira metade da década de 80, pela manipulação dos juros.

No quarto trimestre de 1988, as operações realizadas com o Brasil responderam por 43,3% dos lucros obtidos em todo o mundo pelos quatro maiores bancos norte-americanos. O Citibank, que realizou no Brasil 6% dos seus investi-

mentos, recebe daqui 25% dos seus lucros. O país passou a transferir recursos e como o governo brasileiro não emite dólares, temos que exportar cada vez mais nossas mercadorias para obter os dólares necessários. Por outro lado, os imensos superávits comerciais gerados para o pagamento dos juros constituem um foco de inflação, dado que os saldos comerciais devem ser convertidos em cruzados novos, o que implica em novas emissões de moeda pelo Banco Central.

Impõe-se a suspensão do pagamento da dívida e a ruptura com o FMI

O impacto recessivo dessa situação também é claro. No passado, a economia brasileira cresceu a uma taxa de 7% ao ano. Para tanto sustentou uma taxa média de investimento de 26% do PIB. Isso só foi possível porque a poupança era alta (20 a 22%). Hoje enviamos para o exterior uma parcela importante de nossa poupança. O resultado é uma baixa taxa de investimento na economia.

Enfim, o ajustamento pelo qual passou a economia brasileira para criar as condições de pagamento da dívida foi o receituário ortodoxo do FMI: arrocho salarial, controle de crédito doméstico e desvalorização cambial, medidas que no seu conjunto visam diminuir a demanda interna da economia pela diminuição do consumo dos trabalhadores, pela redução das importações e dos investimentos e gerar assim saldos cada vez maiores com o objetivo de levantar dólares para garantir o pagamento da dívida e o lucro dos banqueiros.

Outro aspecto importante desse ajustamento são os efeitos sobre as finanças públicas: a necessidade de exportar cada vez mais levou o governo a criar um conjunto de incentivos diretos à exportação, que chegam a 37% do valor das exportações. Só em 1987 isso significou uma transferência de cerca de 9,6 bilhões de dólares do Estado para o setor privado como renúncia fiscal.

Suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos do Brasil para o exterior, é condição básica para que se possa romper com a dependência econômica e iniciar a construção de novo modelo de desenvolvimento independente, baseado na distribuição de



A Frente Brasil Popular foi às ruas em setembro combater o modelo capitalista dependente

Alberto William/Fóton



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

*Mestrando em Economia e Finanças Públicas na FGV-SP

A força do povo organizado

No dia 30 de setembro comprovou-se uma verdade que os líderes da Frente Brasil Popular têm repetido desde janeiro, quando se iniciaram os entendimentos entre o PT, o PCdoB e o PSB para se coligarem a fim de disputar unidos a sucessão presidencial: a de que reúnem a grande maioria do movimento popular e sindical organizado, consciente e avançado do país. Cerca de 2 mil ativistas de mais de 200 entidades realizaram naquele dia no Centro de Convenções do Anhembi, em São Paulo, a Plenária Nacional Popular de apoio à candidatura de Luís Inácio Lula da Silva.

Refletindo o grau de amadurecimento político das bases que representam, dirigentes sindicais operários e camponeses, líderes de associações de moradores, militantes dos movimentos feministas, juvenis, estudantis, negros, ecologistas, sem-terra, deficientes físicos de diversas regiões do país aprovaram um manifesto ao povo brasileiro conclamando-o a votar no Lula e a aderir ao programa da Frente Brasil Popular. Em diversas intervenções destacou-se que o povo brasileiro deve cerrar fileiras e empenhar-se em duas frentes de luta imediatas: contra a tentativa do governo e das classes dominantes de descarregar sobre os trabalhadores o peso da crise e pela eleição de Lula à Presidência da República.

O vice-prefeito de São Paulo, Luís Eduardo Grenhalg, declarou que "é chegada a hora de a classe operária ocupar a direção do país para fazer as reformas de que o

Brasil necessita". Observando que há dois pólos nitidamente opostos nesta campanha, Grenhalg assegurou que "nenhum candidato vai ter a coragem e a legitimidade, como o da Frente Brasil Popular de enfrentar o imperialismo e subordinar o poder militar".

O representante do PSB, Gilson Menezes transmitiu aos ativistas do movimento sindical e popular a convicção de que "nossa campanha está crescendo, pois se baseia no movimento operário, e popular e tem uma proposta moderna". E anunciou que "o povo irá às ruas garantir a posse de Lula".

O secretário-geral do PT, José Dirceu, chamou os presentes a uma reflexão sobre o momento político que o país está vivendo. Depois de lembrar que o Brasil viveu uma imensa onda grevista durante este ano, Dirceu chamou as lideranças do movimento popular a "refletirem sobre a responsabilidade que têm neste momento histórico e entenderem que este é o momento de chamarmos os partidos do povo e as entidades dos trabalhadores à luta nas ruas e transformar a campanha eleitoral em luta social". O dirigente do PT lembrou ainda que as elites desencadearam uma furiosa campanha contra a Frente Brasil Popular, quando viu concretizada nessa frente a unidade do povo. Mas, finalizou Dirceu, "o grande comício de São Paulo e os demais comícios realizados por todo o país mostram que a conjuntura eleitoral está mudando a favor da FBP e o povo está se identificando com seu programa".



Caravanas de toda parte atuaram com entusiasmo na plenária, aclamando Lula e Bisol

O vice-presidente nacional do PCdoB, José Renato Rabelo também introduziu uma reflexão política: "É importante indagar por que, apesar do crescimento das lutas populares, de sua amplitude e força, prossegue o arrocho salarial? Por que, em que pese o crescimento das lutas estudantis, o ensino prossegue em crise e custa cada vez mais caro? Por que, muito embora o avanço das lutas dos camponeses, a terra continua concentrada? Por que os direitos das mulheres, dos negros, dos índios continuam sendo negados, numa conjuntura em que também seus

movimentos se desenvolvem?" Na opinião do dirigente nacional do PCdoB, isto ocorre em razão de "o poder continuar concentrado nas mãos das classes dominantes retrógradas". Por isso, concluiu Renato, "as lutas do povo brasileiro precisam crescer mais ainda". Reiterando a convicção de que o caminho da libertação do povo passa pelo reforço da unidade e pelo avanço do grau de consciência, organização e mobilização do povo, o dirigente comunista encerrou fazendo uma conclamação a que o movimento popular "eleve o nível de suas lutas e

colha a vitória nas eleições elege o Lula presidente da República".

A Plenária Nacional Popular foi mais um acontecimento nesta campanha eleitoral indicativo da polarização entre esquerda e direita no processo político em curso. Enquanto as forças classistas, combativas e conscientes do movimento sindical e popular aderem em massa à Frente Brasil Popular, Collor de Mello anda na companhia do gangsterismo e do peleguismo sindical, o sindicalismo de direita, representado nas figuras de Rogério Magri e Luiz Antonio,

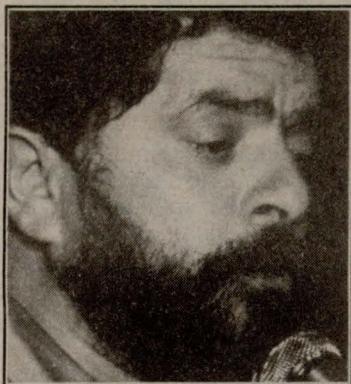
Lula: "Temos condições de andar de cabeça erguida"

As classes dominantes estão articuladas e tentam induzir o povo a acreditar nas mentiras de seus candidatos. Há tanta gente fazendo promessas falsas, falando em melhorar salários, moradia, educação e a qualidade de vida dos brasileiros, mas são pessoas conhecidas da época da ditadura e da "Nova República". Prometem algo como um vale-tudo.

Agora eles estão jogando com o Afif Domingos, que aparece como trabalhador. Ele está imaginando que o povo não tem memória e não sabe pensar. Como votou Afif na Constituinte? Pela estabilidade no emprego? Pela redução da jornada de trabalho? Ele votou contra e além disto faltou a 63% de todas as sessões da Constituinte. O que aconteceria ao trabalhador se faltasse a 63% de sua jornada? Seria mandado embora por justa causa. Agora o cidadão que faltou a 63% das sessões constituintes do Congresso Nacional passa por bom moço, trabalhador.

Nós, da Frente Brasil Popular, estamos percebendo que os próximos 45 dias serão os mais interessantes. Todo trabalhador tem um projeto na cabeça: direito ao emprego, direito à moradia, direito à escola, direito à comida. Estamos aprisionados dentro de um sistema capitalista arcaico, onde os poderosos (uma minoria) podem tudo e a maioria nada pode.

As classes dominantes, os poderosos, jogam com a ignorância das pessoas. Não toleram o povo organizado. Por isto, ainda conseguem que muitos atribuam a existência do desemprego, da fome,



da prostituição, da alta mortalidade infantil, a Deus, a algum ser superior, que seria responsável pelas desgraças dos brasileiros.

Mas é preciso ver que a razão de tanta gente estar passando fome é meia dúzia de espertalhões que se apoderaram de tudo no país, utilizando os meios de comunicação para enganar o povo. Os poderosos conseguiram, com esta dominação, este quadro: a maioria não come e um pequeno grupo se locupleta, faz de tudo, consome o que quer.

E, para isto, os poderosos apóiam-se em políticos de proveta. Esses não são iguais a vocês. Vocês são pessoas que têm dedicado a vida à luta. Vejo aqui companheiros que foram presos e que já perderam o emprego em função de sua luta por uma sociedade melhor, mais justa. Vocês não são militantes comuns, cabos eleitorais ou marionetes de políticos profissionais. Antes são um grupo de guerreiros e revolucionários, que enfrentam toda sorte de luta. A história das classes dominan-

tes é feita de traições. Mas a nossa não. Para meia dúzia que se vendem aos poderosos surgem milhares de trabalhadores.

As classes dominantes são impiedosas, tentam passar por cima dos trabalhadores como se fossem um trator. E, com isto, produzem políticos que nunca passaram fome, mas falam muito bem da fome, moram em mansões mas falam em favela.

As classes dominantes possuem todos os meios até para fazer o povo acreditar em falsidades flagrantes.

Agora falam na hiperinflação. Na verdade a hiperinflação pode não estar acontecendo para eles, mas para os trabalhadores já está ocorrendo hiperinflação há muito tempo. Quem é o culpado desta situação? O poder econômico determinado pela burguesia.

E eles dizem: "não façam greve", "não reclamem", "não sejam rebeldes". Eles não sabem as dificuldades reais do povo, é por isto que pedem paciência.

Na verdade, inflação não é culpa de salários, é culpa da dívida externa, da dívida interna, do agiota e da ganância de lucros dos empresários.

Nós sabemos como combater a inflação: em primeiro lugar vamos suspender o pagamento da dívida externa, imediatamente; em segundo, vamos negociar a dívida pública, dívida interna, de acordo com os interesses do povo; terceiro, vamos acabar com a especulação financeira; quarto, vamos fa-

zer uma reforma agrária neste país; quinto, vamos realizar um congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, e sexto, vamos cumprir a Constituição no que diz respeito aos juros.

Nestes 45 dias temos muito o que fazer para tornar real a possibilidade das classes trabalhadoras chegarem ao poder, oportunidade rara que existe atualmente. Acho que vocês sabem que não basta a gente ser o melhor, ter o melhor programa, a melhor proposta. Nós lidamos contra uma classe dominante capaz, meios de comunicação sofisticados. Uma classe dominante que consegue fazer o trabalhador acreditar em coisas absurdas como no Collor. É preciso perguntar, qual o marajá ou corrupto que ele colocou na cadeia em cinco anos de governo no Estado de Alagoas?

Eu nunca vi tanta mentira em minha vida como nesta campanha eleitoral.

Nós temos feito os maiores comícios, em Teresina com 10 mil pessoas na passeata, em São Luís, com mais de 10 mil, em Belém, apesar de uma chuva torrencial, fizemos o maior comício da campanha, em Macapá, reunimos 2 mil, em Santarém, mais de 5 mil, em Belo Horizonte, uma multidão, em Montes Claros — que diziam ser reduto do Caiado — mais de 8 mil.

A grande coisa que nos temos e a dignidade de andar de cabeça erguida, por isto temos que dar muito mais de nossa militância. Se ca-

da um de nós nos jogar, podemos desiludir o Gallup, o Ibope, o Afif o Collor, a Rede Globo. E em apenas 45 dias de campanha devemos montar o que as classes dominantes montaram há séculos.



Bisol: "A FBP é o poder constituinte"

Há mais de 20 anos criou-se no povo brasileiro uma idéia de poder constituinte. A Assembleia Nacional Constituinte não satisfaz o anseio embutido nesta idéia. Isto porque o poder constituinte devia desconstituir a ordem constituída para depois constituir a nova ordem.

Hoje, esse poder constituinte se expressa na Frente Brasil Popular. É a verdadeira revolução. Estamos vendo que nas últimas semanas a campanha está adquirindo maior solidez.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Entidades do povo estão com Lula

O manifesto da Plenária Nacional Popular, aprovado por unanimidade, alerta para a grave crise do país e enfatiza que somente a candidatura da FBP tem condições de garantir a liberdade e o progresso. Também sindicalistas da Corrente Sindical Classista lançaram manifesto de apoio à Lula.

Firme apoio do sindicalismo classista

Aproximam-se as eleições de 15 de novembro. Nesse dia, 82 milhões de cidadãos brasileiros, em sua grande maioria pertencentes às camadas pobres da população, estarão chamados a escolher quem deverá dirigir o nosso país pelos próximos 5 anos. Há interesses poderosos em jogo.

O que está em jogo, não é uma questão secundária. Pelo contrário. Está em jogo a possibilidade de ocorrerem profundas alterações na estrutura de poder no Brasil. Durante dezenas e dezenas de anos, fomos governados por uma oligarquia, por um punhado de representantes das elites burguesas e reacionárias que sempre foram privilegiadas. Não é por acaso que a maioria do nosso povo se encontra submetida à mais profunda miséria, subnutrição e pobreza absoluta.

O quadro é caótico. Em toda a nossa história os salários nunca estiveram tão baixos quanto agora. É vergonhosa a mortalidade infantil em nosso país; as doenças endêmicas e tropicais campeiam por todos os cantos; a concentração da riqueza em mãos de poucos acarreta nas cidades a proliferação de favelas e cortiços. No campo, a situação é mais dramática. Praticamente um camponês ou posseiro é assassinado por dia a mando dos latifundiários da UDR, pois a concentração das terras é absurdamente elevada. Apenas 1% dos mais ricos detém praticamente 30% de toda a riqueza nacional.

O que estará em jogo no próximo dia 15 de novembro é a perspectiva da população tomar em suas mãos o destino da pátria. O que estará em jogo nestas eleições é a possibilidade real de modificarmos a estrutura de poder dominante no Brasil. O que será colocado em cheque é o modelo econômico centralizador, exportador das riquezas nacionais para beneficiar exclusivamente as potên-

cias imperialistas. As classes dominantes farão tudo o que estiver ao seu alcance para impedir a vitória do povo.

O povo brasileiro, cansado da exploração, conscientizado por anos de luta em defesa da democracia e contra a ditadura militar, considerando o curso dos acontecimentos, já vem participando ativamente das próximas eleições presidenciais. A população em geral sabe que neste momento o voto será sua maior arma contra os exploradores e espoliadores da nação.

Como integrantes da Corrente Sindical Classista, comprometidos com um sindicalismo de luta, combativo, unitário, independente, politizado e internacionalista, estamos profundamente empenhados nesta batalha eleitoral.

Nós apoiamos a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular. Esse apoio decisivo e militante se dá por compreendermos que os partidos que integram a frente — Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil e o Partido Socialista Brasileiro — com posições avançadas e de esquerda, expressam hoje o que existe de mais comprometido com as modificações profundas da situação em que vivemos. A FBP pode e vai ampliar ainda mais o seu leque de apoiadores.

Apoiamos a Frente Brasil Popular por entendermos que ela tem melhores propostas e o programa que permitirá a superação da crise que atravessamos. Temos a plena convicção de que com a união de todo o povo em torno da FBP poderemos pela primeira vez em nossa história levar um operário à Presidência da República.

* Todo apoio à candidatura Lula a presidente!

* Viva a Frente Brasil Popular!

* Viva a unidade de todo o povo brasileiro!

* Por um Brasil Socialista!

Sérgio Barroso

Diretor da Federação Nacional dos Médicos

Nivaldo Santana Silva

Presidente do Sindicato da Purificação, Dist. Água e Serv. de Esgotos de São Paulo.

Edmundo Vieira

Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim

Divino Goulart

Presidente da FETAEG

Renildo Souza

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Salvador

Raimundo Moacyr Martins

Presidente do Sind. dos Trabs. na Construção Civil do Pará

Álvaro Gomes

Presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia

Aloísio Nunes de Arruda

Tesoureiro do Sindicato dos Petroleiros do Ceará

Pedro Pozenato

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul

Carlos Magno Machado

Sindicato dos Professores de Minas Gerais

Renato Artur Nascimento

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro

Onório Angelo da Rocha

Presidente da Associação dos Servidores da Universidade Fed. de Goiás

Maria José Rocha Lima

Presidente APLB

Elza Maria Campos

Presidente do Sindicato das Assistentes Sociais do Paraná

Hélio Antonio Candido

Vice-Pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto

Sérgio Rocha Taboada

Presidente do Sindicato dos Bancários do Acre

Cláudio Gomes Fonseca

Presidente do Sindicato dos Professores e Especialistas em Educação do Município de São Paulo

Helena de Freitas

Presidente da Associação dos Docentes da UNICAMP

Vagner Gomes

Presidente da chapa "Unidade Metroviária" do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

David Ramos

Presidente do Sindicato dos Químicos de Americana e Limeira

José Joaquim

Presidente do Sindicato dos Químicos de Campinas

Hélio Geraldo Freitas

Presidente dos Químicos de Ribeirão Preto

Gilda Almeida Souza

Presidente do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado de São Paulo

Amaro Umbelino de Barros

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Venceslau

Valmir Ferreira

Vice-Presidente dos Aeroviários de São Paulo

Enéas Silva Santos

Secretário-Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Pindamonhangaba

Vanderley Gomes da Silva

Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios de São Paulo

Oswaldino Ferreira

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos

Antonio Fernandes

Diretor do Sindicato dos Têxteis de Americana

Ariovaldo

Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santa Bárbara



Ao povo brasileiro

Íntegra do manifesto aprovado por unanimidade na Plenária Nacional Popular

Dia 15 de novembro, 82 milhões de brasileiros irão às urnas para eleger o presidente da República, que tomará posse em 15 de março de 1990. Foram 29 anos sem eleições diretas para presidente, dos quais 21 anos sob ditadura militar e cinco sob o governo antipopular da chamada "Nova República". O resultado todos nós conhecemos: 112 bilhões de dólares de dívida externa, que, segundo dados do próprio governo, já foi paga uma vez e meia; mais de 40% de inflação mensal; 14 milhões de favelados; 12 milhões de camponeses e trabalhadores rurais sem terra; um milhão de acidentes de trabalho por ano; 13% da renda nacional em mãos de 1% da população.

O crescimento econômico desigual levou o Brasil à contradição de ser a oitava economia do mundo capitalista e o 64º país em desenvolvimento social. Além de termos o menor salário mínimo do mundo, 62 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, 40 milhões abaixo da linha da miséria.

Porém, ao longo destes anos, o povo resistiu e fortaleceu-se. Através dos movimentos populares e sindicais ocupamos ruas e terras, denunciemos o arbítrio e a violência, reivindicamos melhores condições de vida, defendemos os direitos humanos, lutamos pela anistia, combatemos e derrotamos a ditadura militar. Influímos na nova Constituição e conquistamos o espaço político que hoje fez do povo organizado, sujeito ativo na construção da democracia real.

Nossa luta faz as leis. Trabalhadores, desempregados, aposentados, índios, mulheres, negros, ecologistas e defensores do meio ambiente, os sem-terra e comunidades das periferias, portadores de deficiência e vítimas da hanseníase e da AIDS sabem agora, na prática, que a união faz a força. Além da extensa rede dos movimentos específicos que abrangem todo o Brasil, politicamente representados nas entidades sindicais e populares e nos partidos que integram a Frente Brasil Popular (PT - PCdoB - PSB).

Todo este avanço ainda é pouco diante dos nossos objetivos centrais: a transformação profunda, econômica e social do Brasil, a conquista da democracia popular, a construção do socialismo.

Nesta direção, as eleições presidenciais são um passo importante e parte integrante desta luta. Por isso é preciso eleger um candidato identificado com as aspirações populares. É preciso mudar o Brasil. Temos que fazer da atual campanha eleitoral um momento privilegiado da luta social. Vamos levar às ruas e ao campo as nossas bandeiras e reivindicações, como a suspensão do pagamento da dívida externa, a reforma agrária, o fim da violência contra os trabalhadores rurais, as mulheres, os negros, os índios e os menores abandonados, a punição dos assassinos dos trabalhadores e dos crimes de colarinho branco, a reposição imediata das perdas salariais, a defesa da Amazônia e da soberania nacional. Vamos exigir reforma urbana, moradia, transporte, educação, saúde e terra. Vamos unir nossas lutas em todo o Brasil. Nesse sentido, esta Plenária convoca todos os sindicatos, as entidades e associações do movimento popular, de aposentados, do movimento de jovens, de estudantes e do movimento negro para:

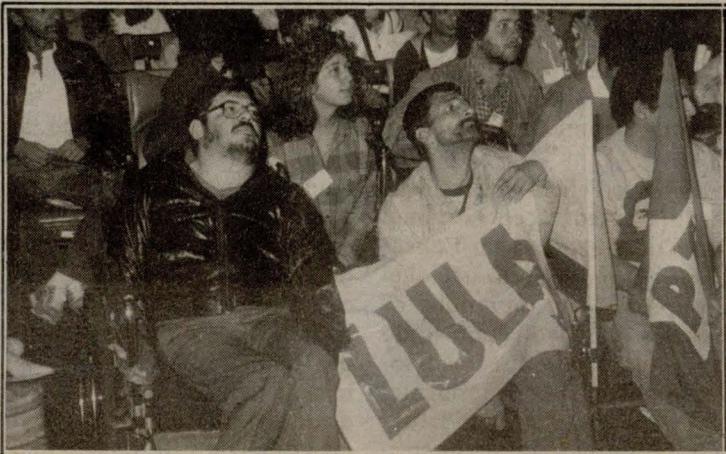
Dia 12 de outubro — Jornada de protesto contra o pagamento da dívida externa e em defesa da soberania nacional.

Dia 26 de outubro — Jornada de luta pela terra, por melhores salários e distribuição da renda.

Compreendendo ainda que nos projetos da classe dominante não existe saída para a crise capaz de contemplar os interesses dos trabalhadores, por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais:

Dia 15 de novembro — Vamos dar um basta ao governo dos ricos e eleger com a Frente Brasil Popular Lula presidente da República.

Vamos construir o Brasil do povo. São Paulo, 30 de setembro de 1989, Plenária Nacional Popular.



Os deficientes físicos também participaram ativamente

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Representantes do povo apóiam

Sérgio Barroso — diretor da Federação Nacional dos Médicos e secretário geral da Corrente Sindical Classista — Acharmos que somente um governo de base popular pode levar ao fim a tutela militar, garantir a completa e irrestrita liberdade de organização dos partidos políticos e a total liberdade e autonomia sindical. A CSC é formada por militantes de diversos partidos e deliberamos que cada um apóie seu candidato desde que comprometido com alguns pontos que consideramos fundamentais, como o não pagamento da dívida externa, reforma agrária antilatifundiária, defesa e democratização das estatais, salário mínimo do Dieese e uma política salarial que siga uma proposta unitária elaborada pelo movimento sindical. Por isso, a maioria apóia a FBP. Não tenho dúvidas em afirmar que a grande massa trabalhadora está com Lula. Ele receberá uma votação marcadamente operária e popular.



Sérgio Barroso

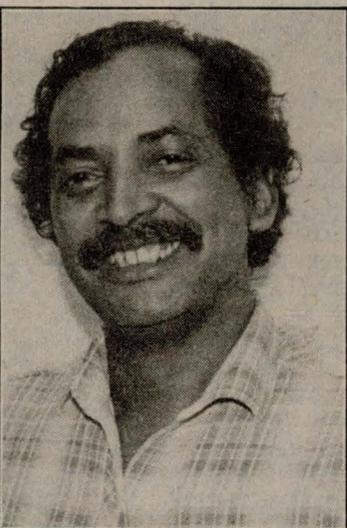
Nivaldo Santana — presidente do Sindicato da Sabesp e Cetesb — Precisamos de uma alternativa operária e popular para a crise, que ataque fundo os problemas estruturais do país, como a dependência externa, a concentração fundiária e o militarismo. Essa alternativa precisa ser construída a partir das bases, na perspectiva de forjar uma sólida unidade política do povo para enfrentar e vencer as elites dominantes. A batalha para a eleição do Lula joga um papel valioso nessa direção e certamente descortinará um novo horizonte para o nosso país. Na nossa categoria, constituímos o comitê de base da FBP e temos feito panfletagens, pichações e reuniões com os trabalhadores e posso dizer que a

receptividade tem sido muito boa.



Jô Moraes

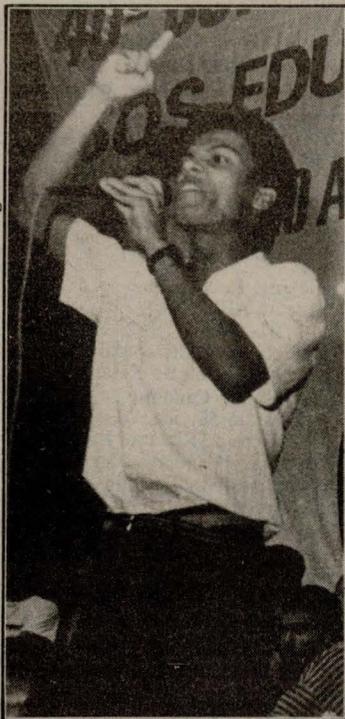
Álvaro Gomes — presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia — Aprovamos no Congresso encaminhar aos presidentes nossas reivindicações que tratam de questões como a dívida externa, reforma agrária, a estatização do sistema financeiro. Dos candidatos, o que se comprometeu com esses pontos foi o candidato da FBP. Os demais candidatos, pelo programa de governo que apresentaram, não contemplam a plataforma básica que apresentamos. No movimento bancário da Bahia, particularmente em Salvador, a receptividade à campanha de Lula tem sido muito boa. Apesar do Sindicato como entidade não estar apoiando nenhum candidato, os diretores estão apoiando o nome de Lula. Já foi criado um comitê bancário da FBP e no Congresso dos Bancários da Bahia fizemos uma prévia, onde Lula obteve mais de 90% das intenções de voto, o que é um indicativo bom, porque os bancários presentes eram lideranças e têm facilidade de refletir o povo.



Vital Nolasco

Vladimir Dantas — presidente da Conam — Temos uma plataforma, aprovada no último Congresso que aborda a questão da moradia tomando por base o déficit de 14 milhões de moradias. Esse programa obrigatoriamente terá de ser acompanhado pela reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa e a reforma urbana, democratizando o uso do solo urbano.

Na campanha presidencial, a entidade não se posiciona mas, particularmente, tenho plena confiança de que o único candidato que poderá cumprir esse programa é o candidato da FBP, uma vez que candidatos como Collor, Afif e Maluf não o fariam de maneira alguma porque são representantes do grande capital e dos grandes latifundiários.

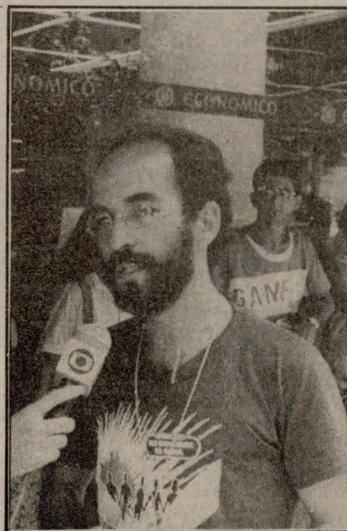


Waldemar Souza

Maria de Fátima Ferreira — presidente do Conselho Federal dos Assistentes Sociais — As reivindicações que estamos levando aos presidentes tratam das políticas sociais tais como a seguridade social, a saúde, previdência e assistência social aplicadas de modo a beneficiar milhares de brasileiros. Queremos uma nova regulamentação e reconhecimento profissional para essa profissão, que como as demais tem prestado grandes serviços à sociedade, principalmente junto aos setores populares. A entidade não se posiciona, mas, acredito que o único candidato realmente comprometido com os interesses das camadas mais carentes da sociedade é o candidato da FBP.

Milton Barbosa — Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado

— Queremos o rompimento de relações com a África do Sul e a nacionalização do capital deles no país. Um efetivo combate à violência policial, para terminar com esses grupos de extermínio e a discriminação com que a população negra é abordada nas ruas. Queremos também a democratização do ensino e que conste no currículo escolar a história da África e do negro no Brasil, além de um combate à discriminação racial na admissão no emprego e no trabalho. Os candidatos de direita já provaram que não estão nem aí para o negro, pois nunca fizeram nada contra a discriminação racial.



Álvaro Gomes

Rovilson Brito — Coordenação Geral da União da Juventude Socialista — Estamos apresentando um programa que define o desenvolvimento do país calcado na independência do Brasil, por isso defendemos a imediata suspensão do pagamento da dívida externa, reforma agrária antilatifundiária, o fim do militarismo e a vigência das liberdades democráticas. Levantamos um programa específico para a juventude. Entendemos que a única candidatura que pode cumprir esses pontos é a candidatura da FBP. A UJS faz parte do comitê nacional de juventude da frente, e temos feito campanha dentro das escolas, faculdades, e em todos os lugares em que se encontra a juventude. Nesses lugares discutimos sobre a campanha e criamos comitês da FBP.

Roberto Felício — Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação — O movimento nacional dos professores em todos os Estados desenvolveram todo um processo de discussão sobre as eleições para presidente. Optamos por uma candidatura que possa garantir os interes-

ses do professorado e do povo. Em Brasília formamos um comitê com várias entidades da área de ensino, inclusive com as de estudantes. Em todos os Estados vamos divulgar junto à categoria dois documentos: o primeiro assinado por Lula e dirigido aos professores; o segundo assinado por cerca de 26 representantes do professorado.

Primavera Moura — Secretária Geral — Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro — Famerj — “A candidatura de Lula tem crescido de uma maneira geral. Lula com certeza terá grande votação no Rio. O problema que ainda enfrentamos é que a frente ainda não organizou um comitê estadual. Já em alguns bairros e municípios, existem comitês, sendo que alguns nascem espontaneamente.

Waldemar Souza — Vice-presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes — A campanha cresce nas universidades, criando centenas de comitês. Cresce unindo os estudantes e o povo. Lula corresponde aos anseios da juventude que quer trabalho, viver bem; e só uma ordem econômica avançada permitirá a satisfação desses anseios.

Alexandre Machado — Diretor de imprensa da UBES — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — A juventude secundarista recebe com muita simpatia a candidatura de Lula. Ele tem um passado de grandes lutas. Suas posições, o programa da frente, refletem o novo.

Vital Nolasco — Vereador — PCdoB-SP — A campanha deu um salto de qualidade basicamente devido a três fatores: o debate de Lula na TV; o comício em São Paulo e o próprio programa de TV. A abordagem dos problemas do povo contribuiu para que a campanha desse um salto.

Beatriz Pardi — Vice-presidente da Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial no Estado de São Paulo — Um conjunto muito grande da categoria apóia a candidatura Lula. Já estamos organizando os comitês de apoio por cidade ou locais de trabalho. Lula vai priorizar a educação para as camadas populares. Estamos mostrando que, diante do descaso desse governo que está aí, só o programa da FBP poderá apli-

Lula e intensificam a campanha

car uma proposta democrático-popular, pondo fim aos projetos dos partidos burgueses.

José Caetano Lavorato — Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas — Estamos organizando comitês conjuntos com os aeroviários. No Rio, já soltamos panfletos e camisetas. Nossa categoria é de classe média, tende para propostas liberais. No entanto, isso pode ser superado já que a FBP tem uma proposta consistente.

cebem com grande simpatia o apoio a Lula e os comitês no interior já são muitos.



Nivaldo Santana

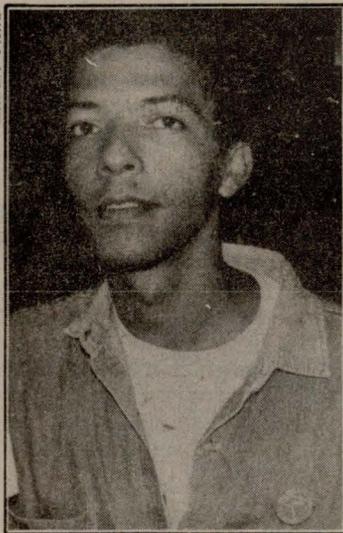
Wagner Gomes — Candidato a presidente da chapa 1 — Metroviários São Paulo — Temos um comitê da frente e estamos divulgando materiais propagandeando Lula e seu programa. A candidatura tem grande penetração junto aos trabalhadores do metrô, onde vem se consolidando.

Fernando Ferreira — Secretário geral do Sind. Quím. Guaratinguetá-SP — Em nossa região, sente-se que a única solução para o trabalhador é Lula. A gente não confia nestas pesquisas de opinião. O candidato da FBP é a grande esperança. Tem um compromisso direto com o trabalhador. Já temos núcleos atuantes junto aos químicos e aos bancários.

Renato Artur — Secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro — Quando um dirigente sindical da Frente Brasil Popular chega nas portas das fábricas é abordado pelos operários que cobram material de campanha. Isto já aconteceu diversas vezes comigo no Estaleiro Caneço. Nosso sindicato tem posição clara contra as candidaturas da direita e muitos dos seus diretores apóiam o Lula. Estão surgindo comitês operários da Frente Brasil Popular, a exemplo do que foi criado no grande estaleiro Ishikawajima. No Rio de Janeiro, além da batalha contra a direita, devemos combater também o brizolismo, que muito embora seja uma corrente antioperária, ainda engana muita gente.

Jocely de Oliveira — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Cachoeiro do Itapemirim (ES) — Nenhum outro candidato, senão o Lula, consegue penetrar nas fabri-

cas. Temos feito campanha permanentemente nas portas das fábricas e criado comitês, obtendo grande receptividade e participação. Estamos conseguindo criar a unidade operária nos marcos da Frente Brasil Popular. Isto reflete amadurecimento político dos trabalhadores.



Alexandre — Ubes

Roberto Dantas Araújo — Presidente do Sindicato Nacional dos Aeroviários e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aéreo

— A Frente Brasil Popular está fazendo uma boa campanha e um dos indicadores disso é que no Rio de Janeiro estamos conseguindo furar vários redutos brizolistas. A nível nacional existem comitês dos aeroviários e aeronautas de apoio a Lula e à FBP em Belo Horizonte, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Belém.

Geraldo Cândido da Silva — Presidente da Federação Nacional dos Metroviários — No Rio de Janeiro a campanha toma corpo e penetra nos trabalhadores, inclusive em redutos brizolistas. A última visita de Lula nos Estaleiros Mauá e o comício que fez em Niterói foram um grande sucesso. O mesmo fenômeno está ocorrendo em outras categorias, como petroleiros e bancários. O crescimento ainda maior da campanha nesta reta final depende dos esforços dos ativistas da Frente Brasil Popular, em particular os sindicalistas que devem trabalhar 24 horas por dia para ganhar o voto do trabalhador, e discutir o programa de 13 pontos. Entre os metroviários também existe um comitê da frente, com forte participação dos trabalhadores.



Renato Artur

Pedro Pazenato — Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias — A campanha está crescendo entre os metalúrgicos gaúchos. Estamos criando os comitês da categoria, o que dá um maior suporte à campanha e abre maiores perspectivas de Lula obter uma boa votação no Rio Grande do Sul. Em nosso Estado é de grande importância combater o brizolismo, que se apresenta como pretensamente progressista e, apesar de se dizer trabalhista não tem um programa que favoreça a classe operária.

Euci Terezinha — Presidente da União de Mulheres de Caxias do Sul (RS) — Lula é o único candidato que tem propostas para a conquista de direitos pela mulher, para que ela se torne uma verdadeira cidadã. Estamos em intensa atividade de mobilização e divulgação para falar da importância do voto da mulher no Lula e no Bisol.

Lilian Martins — União Popular de Mulheres do Estado de São Paulo — No comitê municipal de mulheres da FBP em São Paulo, do qual nossa entidade participa, estamos preparando quatro grandes atividades para os próximos dias: uma agitação na porta da fábrica Estrela, que tem quase 7 mil operárias, um arrastão no centro da cidade, uma passeata nos marcos do dia nacional de mobilização (27 de outubro) e uma festa no Bar Avenida. Como material de divulgação estamos usando o manifesto do encontro nacional de mulheres com Lula, que imprimimos numa quantidade de 100 mil e um manifesto específico destinado à mulher, na mesma tiragem. Um gesto de voto feminino em São Paulo é progressista. É o que se tem visto nas últimas eleições.

Além disso, a mulher vai tomando cada vez mais uma postura independente e não vota mais no candidato em que o pai ou o marido mandam votar.

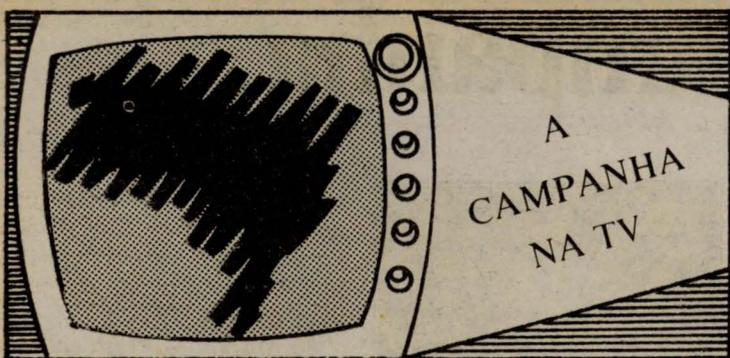
Jô Morais — Presidente da União Brasileira de Mulheres — As mulheres brasileiras enfrentam nesta campanha o desafio de desmascarar os discursos demagógicos dos pretensos defensores da causa da mulher. A campanha vai mostrando que somente a candidatura de Lula assumiu compromissos com a causa da mulher, como indicou o encontro organizado com mais de duas mil mulheres de todo o país. Por isso Lula conta com o apoio da maioria da militância feminista do país.



Rovilson Brito

José Antônio da Silva — Movimento dos deficientes físicos — O nosso movimento surgiu a partir de uma tomada de consciência. O que Afif faz na sua propaganda eleitoral é uma safadeza que causa indignação. Ele quer usar demagogicamente os deficientes físicos como massa de manobra. Mas os deficientes físicos não vão deixar-se enganar por essa demagogia barata.

Tais Bentes Normande — Presidente da União de Mulheres de Maceió — As mulheres formaram um comitê de apoio à candidatura de Lula em Maceió e estão desenvolvendo inúmeras atividades, inclusive de contribuição financeira. O manifesto aprovado no encontro nacional de mulheres com Lula está sendo amplamente divulgado nos bairros, feiras, mutirões no centro da cidade etc. Em Maceió há um grande sentimento anti-Carlos Lula, sendo considerado como o candidato mais progressista e mais vinculado à luta da mulher.



Separar o joio do trigo, eis a questão

Plínio Lins*

O horário gratuito no rádio e televisão já causou seu primeiro efeito: remeteu de volta ao rol dos indecisos uma parcela de eleitores que, até então, tinham tendências mais ou menos definidas de preferência. "Eu ia votar em fulano, mas, depois que vi umas coisas sobre ele, resolvi pensar mais um pouco." Este tipo de raciocínio disseminou-se bastante, segundo as recentes pesquisas, nas quais o eleitor já está sob o efeito do horário gratuito.

O que significa isso? Que o eleitor brasileiro continua à procura da candidatura que represente "o lado de cá, contra tudo que aí está". Ele espera uma definição mais clara dos campos. E é precisamente este o papel que a candidatura de Lula se propõe a cumprir.

A "Rede Povo" tem trabalhado nesse sentido, mas o eleitor ainda não está suficientemente esclarecido sobre essa linha demarcatória das forças que disputam a eleição. Os programas de TV e rádio da Frente Brasil Popular deverão imprimir maior contundência no discurso, nos depoimentos e denúncias, para dar ao eleitor a nitidez de que ele precisa para identificar, afinal, "onde está a mudança de verdade".

Lula e as forças políticas e populares da frente têm os elementos necessários para clarear a cabeça do eleitor: credibilidade, programa avançado de governo e um passado de lutas que serve de referência para as massas. A frente tem autoridade para denunciar, na TV e no rádio, a falsidade das promessas das demais candidaturas, a mesmice que representam e o que está por trás de cada uma delas. O eleitorado busca exatamente isso, e não existe outro candidato, senão Lula, capaz de fornecer esses elementos fundamentais para a decisão do voto.

Uma forma bastante cria-

tiva para ajudar o povo a entender o "imbróglio" foi usada recentemente na propaganda de Lula, com a paródia da "Quadrilha" de Drummond (Geisel andava com Figueiredo, que andava com Sarney, que hoje anda com Ulysses. Sarney andava com Maluf, que andava com Afif e Collor...). A idéia repercutiu e foi bem assimilada pelo público. O caminho é por aí: mostrar que todos eles, de uma forma ou de outra, já estiveram lá, ou são de lá, e nunca resolveram nada — a solução agora é colocar o Lula lá.

Ao lado da denúncia sobre a cumplicidade de classe das demais candidaturas, é preciso reforçar a divulgação do programa de 13 pontos da Frente Brasil Popular. São compromissos claros e sintonizados com aquilo que o povo deseja de um governo novo e diferente. Ao mostrar os 13 pontos, basta instigar a memória do eleitor, lembrá-lo da vida progressiva dos candidatos das elites, como se lhe perguntasse: "Francamente, você acha mesmo que algum desses outros candidatos é capaz de fazer isso que o Lula propõe para o Brasil?" A resposta já está na cabeça do eleitor.

Triste papel

Não demorou muito e o candidato do PCB, Roberto Freire, já disse a que veio. Até a segunda semana de propaganda na TV e rádio, nenhum outro candidato tivera o desplante de atacar Lula, porque não há o que atacar. E o próprio Freire vinha mantendo o discurso de "bom-moço", não denunciando ninguém. Quando resolveu atacar alguém, qual foi o alvo escolhido? Pois é, exatamente Lula. Contra os outros, Freire não tem nada. O candidato do PCB cumpre o triste papel que lhe incumbiram de desempenhar.

*da equipe de articulistas

Afif, um candidato nota ZERO

Mário Simões*

O novo xodó eleitoral das classes dominantes tem nome e endereço: é Guilherme Afif Domingos e abriga-se no Partido Liberal. Bastou que ele subisse alguns pontos nas pesquisas para que passasse a ser a nova alternativa, o outro "salvador da pátria". A campanha pró-Afif faz parte da estratégia das elites dominantes que é viabilizar dois candidatos seus no segundo turno.

Afif é empresário, tem 45 anos, e começou a ganhar projeção quando foi Secretário da Agricultura e Abastecimento do governo biônico de Maluf em São Paulo, em 1980. Depois assumiu a presidência da Associação Comercial de São Paulo e foi candidato a vice-governador do Estado na chapa de Reinaldo de Barros pelo PDS. Responde até hoje a processo, junto com Maluf e Barros, por terem utilizado a Imprensa Oficial para produzir material para sua campanha eleitoral.

Sempre procurou um discurso de defesa dos pequenos produtores e empresários, contra o gigantismo do Estado no estilo do neo(falso)liberalismo que diz representar.

É com esse mesmo discurso que se apresenta o candidato à Presidência da República: a defesa dos pequenos contra os grandes, que ele faz questão de ressaltar que não o apóiam. Numa mistura de populismo, messianismo e teatralidade, Afif tem conseguido crescer no vazio deixado pelas falidas candidaturas de direita, particularmente de Ulysses, Maluf e Aureliano. Tem conseguido também o voto da classe média que apoiava Collor.

Oportunista, aproveitou-se da observação feita por um deficiente auditivo para apresentar-se como candidato sensibilizado pelos seus problemas. Na Constituinte, entretanto, ausentou-se das votações do dia 18 de maio de 88 que, dentre outros artigos de interesse dos deficientes, garantia-lhes, e aos idosos, um salário mínimo mensal.



Eles são iguaizinhos. E se merecem

Conduta antipopular

Sua conduta na Constituinte, aliás, é muito sintomática para desmascarar esse candidato elitista das classes dominantes que só usa sapatos de cromo alemão, camisas italianas e roupas importadas ou das griffes mais caras do país. Ele esteve ausente ainda nas votações do salário mínimo real, da aposentadoria proporcional ao tempo de serviço e da proteção ao mercado de trabalho da mulher.

Não foi só a negligência que marcou sua postura. Ele deixou bem clara sua posição em temas de elevada importância para o país. Afif votou contra a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, a jornada de 6 horas para turnos ininterruptos, a prescrição em 5 anos das ações trabalhistas, o direito de greve, o direito de greve do serviço público, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, a estabilidade do dirigente sindical, o sindicato como substituto processual, a unicidade sindical, a reforma agrária (votou com a proposta da UDR), o defensor do povo, o monopólio na distribuição do petróleo, a nacionalização do sub-solo e o direito de voto aos 16 anos.

Contrariando ainda sua postura de defensor dos pequenos e médios empresários, votou contra o tabelamento de juros e a proteção à empresa nacional. Não foi à toa que o DIAP — Departamento Inter-sindical de Assessoria Parlamentar — deu-lhe nota ZERO por sua atuação na Constituinte.

Falsa moral

Se politicamente suas propostas não se sustentam, um outro pilar de sua campanha foi golpeado com força: a moralidade. Na edição de 1º de outubro último a "Folha de São Paulo" trouxe matéria com Guilhermina Afif, tia do candidato, que o acusa de ter enganado na partilha da herança da família. Afif, o candidato, era "uma espécie de tutor de toda a família" e testamenteiro do avô. A tia afirma que foi lesada e briga na justiça para

Arquivo

reaver seus bens: jóias, peles, terrenos, empresas e apartamentos. Cássio, filho da tia, portanto primo do candidato, é deficiente físico e esteve sete meses em coma no hospital e sequer recebeu a visita de Guilherme Afif.

Outra faceta do reacionarismo de Afif ficou clara na disputa recente entre setores do PFL pela liderança do partido na Câmara. O embate envolveu, de um lado, José Lourenço, que era líder. De outro estava o não menos reacionário Ricardo Fiúza, patrocinado por Antônio Carlos Magalhães. Houve uma revoada de deputados de pequenos partidos para o PFL com o objetivo de garantir a eleição de Fiúza. Pois foi o PL de Afif que cedeu mais aves de arribação: seis deputados. O mais interessante, entretanto, é que foram estes mesmos seis que se filiaram ao PL na véspera do prazo final para o cômputo do horário gratuito. Saíram do PFL para o PL só para que Afif tivesse 10 minutos na TV e no rádio. Nem só de mentiras sobrevive a campanha de Afif, o mau-caratismo também faz-se presente.

A farsa montada pelas classes dominantes para viabilizar a eleição de um dos seus diletos pupilos precisa ser desmascarada.

*correspondente em Brasília

Diga-me com quem andas...

Somente 25 dos 559 constituintes tiveram nota ZERO na avaliação do DIAP, menos do que 5% do total. Entre eles está o engomado candidato do PL, Guilherme Afif Domingos. Ele conseguiu tirar nota menor que dois constituintes que se notabilizaram pelo reacionarismo: José Lourenço, líder do PFL na Constituinte, e Ricardo Fiúza, atual líder do PL. Eles conseguiram média 0,25 pela avaliação do DIAP.

Entre os que tiraram ZERO estão o filho e o irmão do ministro Antônio Carlos Magalhães; o histórico entreguista Bob Fields (senador Roberto Campos); o sempre ausente Mário Bouchardet, cassado pela Câmara; o irmão do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Antônio Carlos Franco; o filho do esquálido ex-ministro da Justiça, Oscar Corrêa, o Oscarzinho; o ex-governador biônico de Goiás e aliado umbilical da UDR, Irapuan Costa Júnior; o diretor da Confederação Nacional da Agricultura e simpatizante da UDR, Francisco Diógenes; e o líder do governo Sarney no Senado, Saldanha Derzi.

Afif sempre alinhou-se aos setores reacionários da sociedade brasileira, seja nos tempos da ditadura, seja na Constituinte, seja agora como candidato.

A UNE disposta a acordar

Aguinaldo Zordenoni/Fóton

Luciana de Souza Bento*

O congresso dos estudantes faz na prática a crítica de um período marcado pelo sectarismo, e torna menos distante a esperança de um movimento universitário forte.

A universidade brasileira nunca esteve tão prejudicada. Ela vive hoje sua maior crise, tendo suas verbas cortadas em 50% com relação ao ano passado. É angustiante entrar numa universidade e constatar o descaso com que ela vem sendo tratada. A apatia dos estudantes, descrentes com seus cursos e sem perspectiva para seu futuro profissional, é grande.

Este ano a entidade máxima dos estudantes universitários do Brasil completa 10 anos de sua reconstrução. Este fato se dá num momento delicado para o movimento estudantil, quando a UNE se encontra atolada e afastada dos estudantes, e a divisão é a prática de vários grupos atuantes no movimento.

Entretanto, o 40º Congresso da União Nacional dos Estudantes, que aconteceu na Universidade de Brasília (UnB) de 21 a 24 de setembro, demonstrou a compreensão do movimento estudantil para o importante e decisivo momento que vivemos. Deu resposta à altura da vontade da maioria dos estudantes, optando pelo caminho da unidade e elegendo, por esmagadora maioria, uma diretoria proporcional.

80% dos delegados a favor da proporcionalidade

Há três anos a corrente estudantil Viração vem defendendo a proporcionalidade na diretoria da UNE, como caminho para se conquistar a unidade do movimento estudantil. Através deste método, as diversas tendências que atuam no movimento estariam presentes na diretoria da entidade, abrindo espaço para um debate mais amplo sobre os problemas da universidade e do país e possibilitando a elaboração de plataformas unificadas de luta. No entanto, as duas últimas gestões que dirigiram a UNE insistiram na concepção equivocada de que afastando Viração e alojando-se na diretoria da entidade estariam resolvendo todos os problemas da luta universitária. Não perceberam a aguda crise por que passam a universidade, as entidades estudantis e o país. E fingiram desconhecer a enorme força que Viração representa em todos os Estados.

Finalmente, porém, a necessidade de superar divergências secundárias acabou prevale-

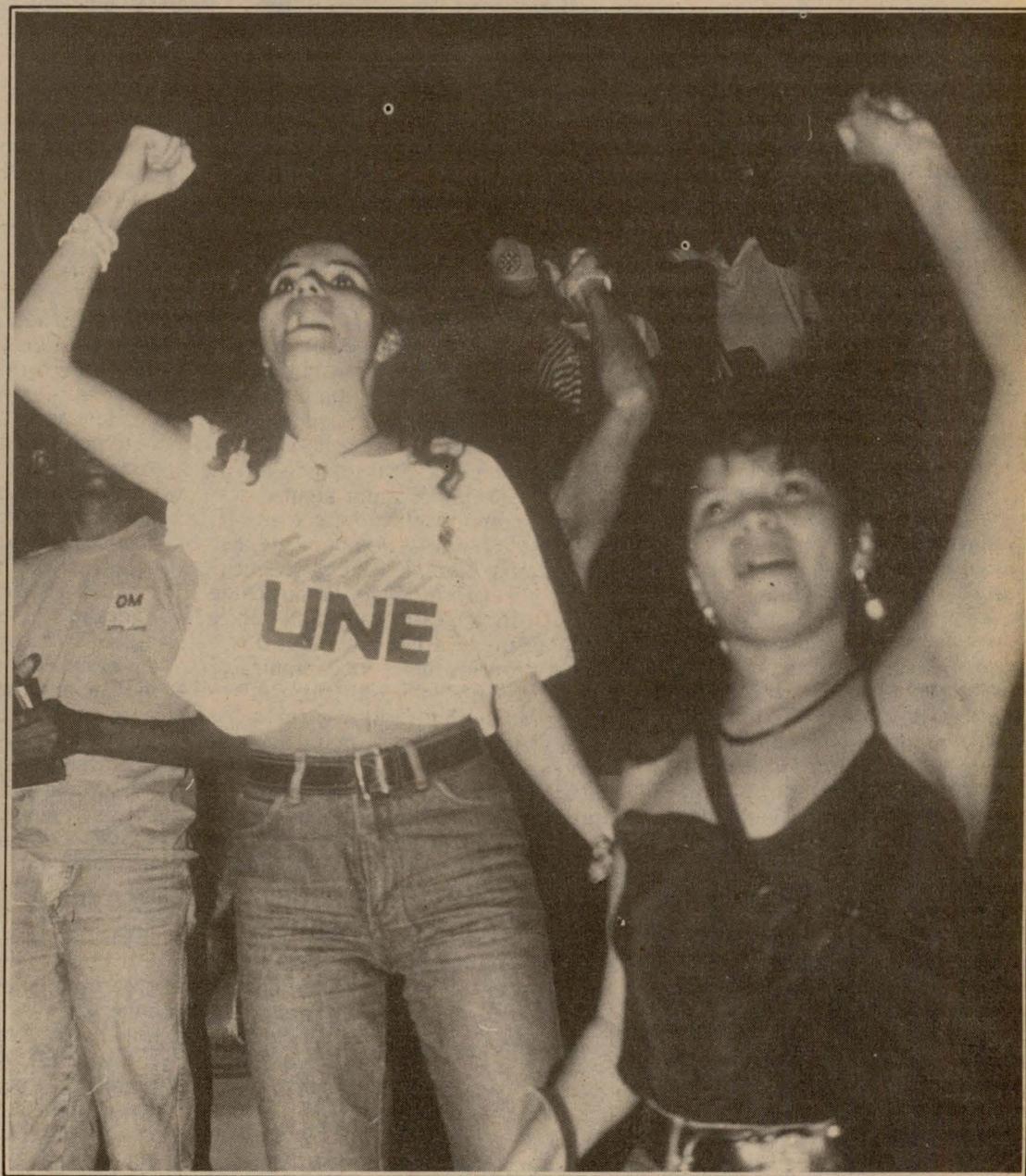
cendo. No congresso de Brasília cerca de 80% dos delegados presentes votaram a favor da proporcionalidade, derrotando os grupos que tentaram colocar a questão em segundo plano e dissimular sua importância.

Passeata frustra manobra contra o congresso

O resultado refletiu o sentimento das bases. As discussões travadas para escolha dos delegados em todo o Brasil permitiram que se tivesse uma idéia clara da vontade da grande maioria dos estudantes: o avanço da luta, sob bandeiras unitárias que permitam grandes mobilizações e vitórias, e não campanhas fragmentadas e discursos estreitos, que não empolgam mais ninguém. E o resultado desta vontade ficou evidente, inclusive para os que tentaram obstaculá-lo.

Apesar de todo o sentimento favorável à unidade, a diretoria da UNE tentou inviabilizar a plenária final, transferindo-a para um local denominado Grande Circo Lar, que fica distante da Universidade de Brasília, e marcando-a para as 22 horas de sábado. A coordenação nacional de Viração entrou em contrato com a empresa de ônibus supostamente contratada para transportar os estudantes e constatou que nada havia sido acertado para o deslocamento. Viração apresentou então à comissão organizadora do congresso a proposta de realizar a plenária no Teatro de Arena da UnB. A comissão adiou até às 19h30 um posicionamento. Foi feita então uma reunião de emergência da tendência Viração, que desembocou numa passeata com mais de 1500 estudantes até o local onde se realizava uma reunião do Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE, convocado pela diretoria da entidade para pronunciar-se sobre o problema. Às 21h30, após intensas pressões, a comissão organizadora do congresso admitiu que não havia feito contacto com a empresa transportadora, e concordou em realizar a plenária final do congresso no Teatro de Arena.

A primeira votação do congresso já demonstrou o motivo da tentativa de evitar a plenária. Viração perdeu por apenas um voto a disputa sobre o credenciamento ou não de delegados que estavam em situação irregular. Ficou claro que iso-



É preciso transformar esta animação em saídas reais para a crise do movimento estudantil

ladamente era a força de maior representatividade no encontro.

O tempo escasso e a falta de organização inviabilizaram o debate sobre as diversas teses apresentadas ao congresso. Nos grupos de discussão que deveriam ter funcionado dia

Desorganização impediu debate mais profundo

22, muitos debatedores ficaram à espera dos responsáveis pela organização, que não apareceram sequer para indicar o local das reuniões. A programação era mudada a todo instante, o que fez com que os participantes se dispersassem. Apesar disso, alguns debates confrontaram as propostas apresentadas e abriram, ainda que de forma débil, a discussão.

As diversas teses foram apresentadas na plenária final, divididas em três temas: conjuntura nacional, universidade e movimento estudantil. Em todas as propostas Viração apresentou teses em unidade com outras forças políticas, vencendo as votações por ampla

maioria. Ficou aprovado um documento a ser entregue em nome da União Nacional dos Estudantes aos candidatos à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, Roberto Freire e Leonel Brizola. O documento abordará questões como educação, drogas, reforma agrária, economia e outros temas. Os demais candidatos não receberão o manifesto, pois foram considerados "inimigos dos estudantes". Foram aprovadas também as propostas de uma ampla campanha de filiação das entidades estu-

Manifesto político a ser entregue aos presidenciais

dantis brasileiras à UNE e da regionalização dos futuros congressos da entidade, onde serão escolhidos os vice-presidentes regionais. Ficou decidida ainda a promoção de um seminário nacional para discutir a reestruturação da UNE e do movimento estudantil.

O congresso da UNE certamente criou melhores condições para a construção de uma sólida unidade estudantil. As concepções divisionistas e sec-

tárias sofreram uma enorme derrota. A nova diretoria, composta proporcionalmente, contempla os setores mais representativos do movimento.

16 diretores ligados ao PT, e 13 da tendência Viração

A UNE agora tem 31 diretores, sendo 16 ligados às correntes petistas, 13 viracionistas, 1 do PDT e 1 do PSB. O estudante Cláudio Langoni, ex-vice-presidente Sul da UNE, tornou-se agora seu presidente. Waldemar Silva Souza, estudante da Universidade Federal da Bahia e integrante de Viração é o vice. As batalhas que os estudantes deverão enfrentar após o congresso são duras e devem ser assumidas com responsabilidade. Não existe a ilusão de que o sucesso do encontro resolverá todos os problemas do movimento estudantil. O trabalho de sustentar a UNE deve ser feito em cada universidade, em cada sala de aula, num esforço conjunto entre bases e lideranças.

* Enviada especial ao congresso da UNE

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

SIVUCA

“A verdadeira mús

Entrevista feita por Tarciana Portela e Zélito Passavante*

Autor de sucessos como “Feira de mangaio” e de “João e Maria” — esta com Chico Buarque de Holanda —, Sivuca recebeu A Classe Operária em Pernambuco, para uma entrevista exclusiva. Nela fala de seu trabalho, da música brasileira, do domínio da produção estrangeira nas emissoras de rádio. Fala também de reforma agrária e das condições que acha necessárias a um presidente da República, nestas vésperas de eleições.

Classe: Qual o papel da música na identidade cultural de um povo?

Sivuca: É da maior importância. A música reflete exatamente o que é o povo. Veja bem: Recife é uma das poucas cidades do mundo que tem música própria, que é o seu frevo (como música principal, além de ter outras como maracatu, bumba-meu-boi, caboclinho). Você escuta uma música de origem russa, e imediatamente você se situa na área, na região. Uma música oriental é inconfundível. De maneira que eu acho que a música desempenha um papel altamente importante na cultura de cada povo. A verdadeira música emana do povo. Grande mestres do século passado usaram nada mais nada menos do que temas musicais do povo para poderem se identificar como compositores, como criadores. Foi o caso de Beethoven, de Tchaikovski, o caso do próprio Johann Sebastian Bach. Tem algumas coisas do Bach que são cantigas populares. De modo que eu acho que a música tem que ser realmente apoiada no sentido de levar o povo a não perder a sua identidade cultural.

Classe: E essa invasão estrangeira nos meios de comunicação, como você vê?

Sivuca: Da maneira como está sendo feita, eu lamento profundamente, pois

não nos traz nenhum benefício. Eu entendo que até se toque uma música estrangeira de qualidade e que se escute, a nível de informação e de permuta de idéias. Mas quando a coisa começa a ser imposta por alguns núcleos, como as gravadoras e as estações de rádio — notadamente as FM — estão fazendo, daí eu realmente deploro. Essa imposição da música de fora atrofia a música, nos marginaliza. Uma vez que nós não dispomos dos nossos próprios meios de comunicação, como é que nós vamos divulgar o nosso trabalho? Fica difícil. Daí a gente vê tantos valores, tantas pessoas com capacidade de fazer boa música marginalizadas por aí, sem oportunidade de se projetar no cenário musical nacional. Por isso eu considero o quadro atual altamente distorcido. Uma situação que nós precisamos mudar. Muitas vezes a pessoa que vai comprar o disco até tem bom gosto musical, mas chega na loja e não encontra um bom disco para comprar. Mesmo assim, quando um artista brasileiro — como o Alceu Valença — faz show (estou citando o Alceu porque é daqui de Pernambuco, e tem uma boa proposta musical. Apesar de usar instrumentos eletrônicos na sua música, ele é altamente identificado com sua origem), mas como eu ia

dizendo, quando ele faz show, o público acorre em massa e aplaude com muita generosidade...

Classe: Esse domínio da produção cultura existe só no Brasil?

Sivuca: Se você fecha os olhos e sintoniza uma rádio da Espanha, você a identifica por causa da música que toca. Mas feche os olhos aqui no Brasil e ligue o rádio, e tente identificar... Eu sinto com profundo pesar a invasão ditada de fora para dentro. O que eles mandam para nós é o que há de pior. Aliás, esse joio da música é um fenômeno internacional. Na própria América os músicos de jazz, que querem fazer boa música, queixam-se de que as rádios não tocam suas músicas. Agora, aqui, as concessões de canais de rádio estão completamente erradas. A maioria das estações são dadas apaniguadamente a políticos. E aí fica essa coisa. Você veja o caso do rock. O rock, no Brasil, é sinônimo de violência. Qualquer show de rock que você vai e você vê o que acontece no show e depois do show. A rapaziada sai fazendo pega de automóvel, quebrando tudo... É energia destrutiva completamente condenável.

Classe: Então o músico brasileiro é discriminado?

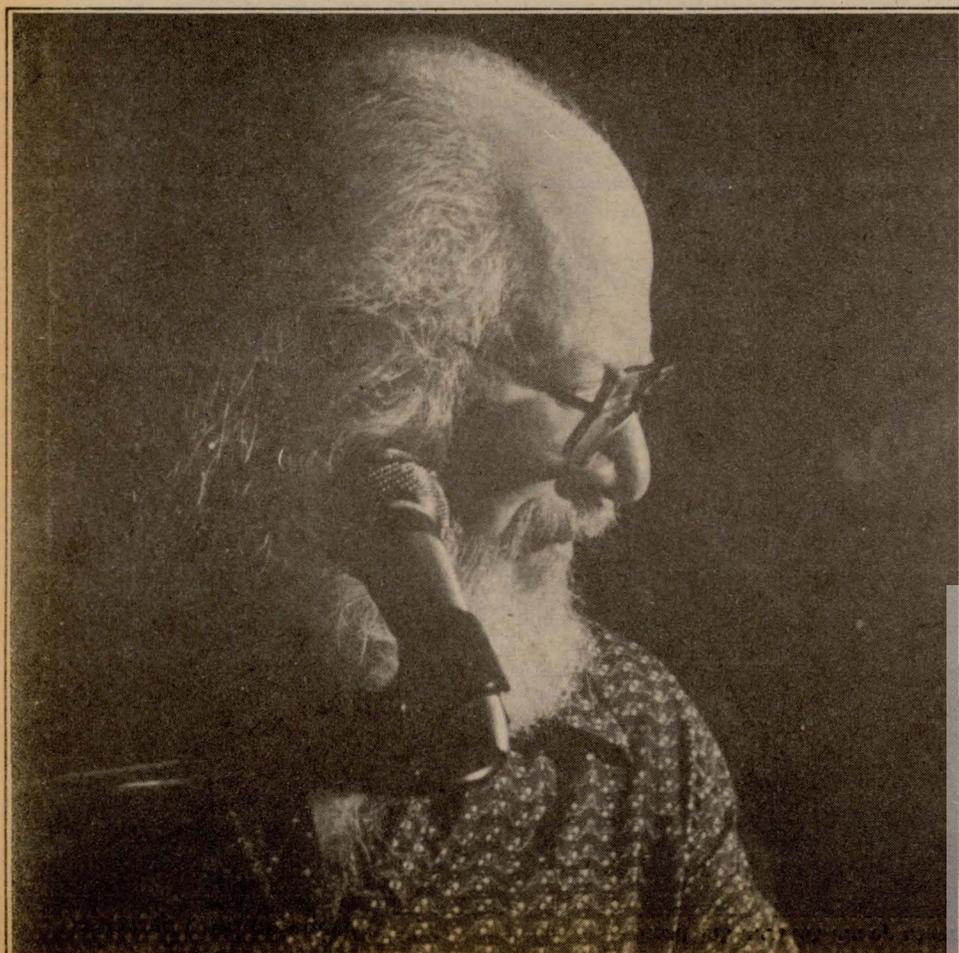
Sivuca: A gente fica com a impressão de que as pessoas estão divulgando e assistindo por senso de caridade, o que é uma vergonha. É tempo de se reformular essa coisa toda. Perguntei uma vez a um músico francês em Paris: — “Como está o sindicato de vocês?” Ele disse — “Nós temos o sindicato, mas não funciona muito bem. Mas não precisamos muito não, porque o governo defende o nosso mercado de trabalho”... Inclusive eu tive que parar um show numa casa, porque a prioridade era para um grupo francês, e nós éramos brasileiros. Isso não acontece aqui com grupo estrangeiro. Duvido muito que o sindicato pare uma orquestra estrangeira numa casa aqui no Brasil. A começar que a opinião pública não vai deixar, porque nós sempre tratamos o estrangeiro como um hóspede, nas melhores condições possíveis.

Classe: E a questão da música como linguagem universal?

Sivuca: Essa história de dizer que o músico brasileiro é bom e toca todas as músicas do mundo... Não toca. Arremeda, mas tocar não toca, porque sempre toca com sotaque. O jazz, por exemplo, tocado pelos norte-americanos tem um sentido. Tocado pelos europeus, tem outro. Tocado por nós, brasileiros, parece samba. De maneira que nós tocamos as notas. Essa história de dizer que a música é internacional, é a língua do mundo — naturalmente, você pode dizer da notação musical. Mas a execução musical já começa a ter sotaque, porque é uma língua, e sendo língua tem sotaque. Basta ver os países escandinavos. São três países com a mesma origem e a mesma língua, mas com sotaques diferentes. O norueguês fala de uma maneira, o sueco de outra e o dinamarquês de outra ainda. Assim é também o Brasil. Nós falamos a mesma língua, mas o nordestino tem uma maneira de ser e o gaúcho falando tem outra.

Classe: As músicas estrangeiras que dominam a programação das rádios representam o que há de melhor na produção dos outros povos?

Sivuca: Pelo contrário, representam o que há de pior. Eu morei nos Estados Unidos 13 anos, e os músicos, os verdadeiros músicos, já reclamavam



Fotos: Araújo



A imposição da música de fora

atrofia a nossa música, nos

marginaliza. Uma vez que nós não

dispomos dos nossos próprios meios

de comunicação, como é que nós

vamos divulgar o nosso trabalho?



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A execução musical tem sotaque, por
ma língua, mas o nordestino fala de

ca emana do povo”

dessa mesma situação. Eles reclamavam de que a música de jazz não era tocada nas estações. É um problema internacional.

Classe: Mas a quem isso interessa?

Sivuca: Interessa a um segmento da sociedade que é muito imperialista e que só vê dinheiro, só vê uma caixa registradora. Interessa aos diretores de companhias de gravação que não têm a paciência de trilhar o caminho mais difícil, de divulgar o que é bom. Interessa aos que querem fazer música como elemento descartável.

Classe: Como você vê o quadro da música brasileira hoje?

Sivuca: A capacidade criativa do músico brasileiro é sempre boa. Existe na música brasileira um Milton Nascimento, um Paulinho da Viola, um Zé Ramalho, um Fagner, um Alceu Valença, um Capiba, um Sivuca que estão sempre fazendo música. Mas o quadro é desfavorável do ponto de vista “promoção”. Do ponto de vista “criação”, continua bom. Na “promoção”, nós esbarramos nas estações de rádio, nós esbarramos na Globo, enfim, em todos os meios de comunicação. Quando eu digo “nós”, eu não me refiro a mim, que felizmente tenho portas abertas. Mesmo que algumas pessoas queiram fechar essas portas, não vão conseguir. Isso porque eu virei uma espécie de tradição no cenário musical brasileiro.

Depois de 50 anos de música — 5 de amador e 45 de profissional — ninguém mais pode me mandar de volta para Itabaiana. Mas tem muita gente que está sofrendo, porque a divulgação torna-se difícil e nem todo mundo tem condições financeiras de se autopromover.

Classe: Essas dificuldades colocariam um perigo de perda de identidade cultural?

Sivuca: Acho que o perigo existe sim, se bem que ainda está longe. As perdas ainda não são irreparáveis. Mas a continuar essa situação, nós vamos acabar sendo uma espécie de povo nômade do ponto de vista cultural.

Classe: Você é defensor ardoroso da música nordestina. É só por bairrismo?

Sivuca: A cultura nordestina é muito forte. A música nordestina é muito forte. E além disso, eu sou nordestino, né? Vou defender o que? A música francesa, sueca? Não. Eu defendo aquilo que eu faço, aquilo que eu vejo, aquilo que eu sinto. A música nordestina está em mim, e eu toco aquilo que eu sou. Defendo a música nordestina, um pouco também para que o meu espaço continue aberto.

Classe: A música nordestina tem um espaço especial na música brasileira?

Sivuca: Olha, a música nordestina já está tendo esse espaço. E se não tivesse, nós lutaríamos para criar esse espaço. A música nordestina merece um lugar de destaque no cenário nacional.

Classe: E o que você diz do fato da produção musical, de qualquer região, sempre ter que passar pelo eixo Rio-São Paulo?

Sivuca: Isso é uma distorção. Assim como 70% da população brasileira viver nas grandes cidades é uma distorção, que tem que ser corrigida. Ou o país cresce com o Estado, ou então atrofia. Uma das medidas que eu acho necessárias para que isso termine é a reforma agrária. Isso só pode terminar com uma eficiente reforma agrária. O trabalhador do campo precisa de uma vida mais digna, mais decente, que daí acaba essa ida à

cidade grande, onde vai também viver na miséria. Agora, eu luto por isso cantando, que uma nação se faz cantando.

Classe: Você morou 5 anos na Europa e 13 nos EUA. No que isso influenciou sua formação?

Sivuca: A primeira coisa que isso me deu foi a certeza de que cada povo tem a sua cultura e a sua música. Nos 13 anos que vivi nos EUA, nunca liguei uma estação de rádio para ouvir música estrangeira. Só ouvia a música deles. Quando ouvia música estrangeira, era em programas especializados. Aqui nós temos o inverso. Nós não ouvimos a nossa música, mas música americana, um pouco de origem européia — mas muito pouco. A coisa é tão perigosa, que na Rádio Globo do Rio é proibido tocar duas músicas brasileiras seguidas. Isso está errado. Eu acho que tem que tocar predominantemente a nossa música, e depois tocarmos a de outros países. Agora, no exterior eu também aprendi a me organizar, a organizar o roteiro dos shows que faço, a adquirir uma dinâmica de estruturar shows para que eles tenham princípio, meio e fim, com um ponto culminante. Isso tudo eu aprendi notadamente nos EUA, onde convivi mais com a linha de shows, com a linha de produções musicais.

Classe: Como você situa a música brasileira no quadro mundial?

Sivuca: A música brasileira é um fenômeno. É altamente querida no exterior. O povo gosta de nossa música. Evidentemente, nós não temos um programa de divulgação melhor a nível exterior. Nossa divulgação fica por conta das pessoas que se interessam, e cantam, e tocam a nossa

música. O público gosta de nossa música. Nos últimos quatro anos eu fui três vezes para a Escandinávia; na Alemanha gravei quatro discos e estão rodando mais dois... Acho que nossa música não condiz com nossa situação econômica, que é péssima, pois a nossa música continua progredindo.

Classe: E o que fascina na nossa música?

Sivuca: No meu entender, são os ingredientes da nossa música. Nós temos influência francesa, nós temos influência portuguesa, nós temos influência negra, nós temos uma linha melódica muito bonita, nós temos um ritmo muito forte. Nós temos uma música popular belíssima. É isso que fez do Brasil um grande encontro de culturas — africana, européia e mesmo oriental. Desse encontro resultou essa beleza que é a nossa música popular.

Classe: E a sucessão presidencial, que boas novas pode trazer ao nosso povo?

Sivuca: É prematuro para um comentário definitivo. Mas acho que tem que existir uma coisa melhor. O Brasil sofreu mais de 20 anos de regime forte. Hoje temos um regime dúbio, com um governo desacreditado. A situação em que está o país não pode continuar. Então, qualquer pessoa que quiser se habilitar a ser o presidente do Brasil, tem que vir imbuído das melhores intenções, de uma certa dose de probidade. O Brasil precisa de uma distribuição de renda condigna, precisamos de um sistema educacional que funcione, de um Ministério da Saúde preventivo. Nós precisamos reformular toda a infra-estrutura, que está tudo errado.

**Colaboradores da Classe em Recife*



A música brasileira é um fenômeno. É altamente querida no exterior. Nossa música não condiz com nossa situação econômica, que é péssima. Nossa música continua progredindo.



As estatais na mira da direita

Antonio Martins

Firmemente decidido a adotar no país um processo de privatização em massa das empresas estatais e dos serviços de infra-estruturas, os conservadores promovem uma ampla campanha para esconder do povo as raízes essenciais da crise brasileira, e para levá-lo a dar apoio político a um modelo de desenvolvimento ainda mais dependente e concentrador que o atual.

Menos governo, menos miséria. Em 1º de outubro, ao começar portanto o período de 45 dias que definirá a disputa pela sucessão presidencial, o jornal "Folha de S. Paulo" lançou mão de um recurso que só emprega em ocasiões excepcionais, e estampou no alto da primeira página, logo abaixo da manchete, seu editorial principal, que levava o título acima. Ao mesmo tempo, iniciou a publicação, no caderno dedicado à cobertura da campanha eleitoral, de uma longa série de matérias em que criticava sem exceção todos os candidatos à Presidência, procurando demonstrar que eles estavam evitando pronunciar-se sobre a medida que, segundo o jornal, seria a saída para livrar o país da crise profunda em que mergulhou: a "reversão completa do papel do Estado na economia", com privatização indiscriminada e em massa das empresas estatais.

Para a "Folha" até a Petrobrás deve ser posta à venda

E a "Folha" passou a defender tal projeto com uma radicalidade raras vezes vista até então. Afirmou que a campanha eleitoral iria "resumir-se a decepção, marasmo e vazio", enquanto os presidenciáveis não decidissem encampar a tese que ela própria defendia com tanto destemor. Disse que mesmo o discurso com insistência pela TV é vago, porque eles não chegam ao detalhe de relacionar a lista de empresas que entregarão aos particulares. E chegou a sugerir não apenas a transferência da "produção de aço e a de energia elétrica" para o setor privado, mas a própria venda da Petrobrás, providência que só não teria sido adotada ainda graças à "reverência diante de um mito histórico".

É possível que a "Folha", que desde o período que antecedeu o "Plano Verão" realiza um notável esforço para tornar-se o porta-voz principal das teses econômicas dos conservadores, tenha exagerado na ênfase em favor das teses privatistas, levando sua defesa até um limite que mesmo os expoentes mais tradicionais da direita brasileira evitam atingir. Mas os militantes progressistas que se preocupam em estudar em profundidade a realidade brasileira, e que sabem que o simples agravamento

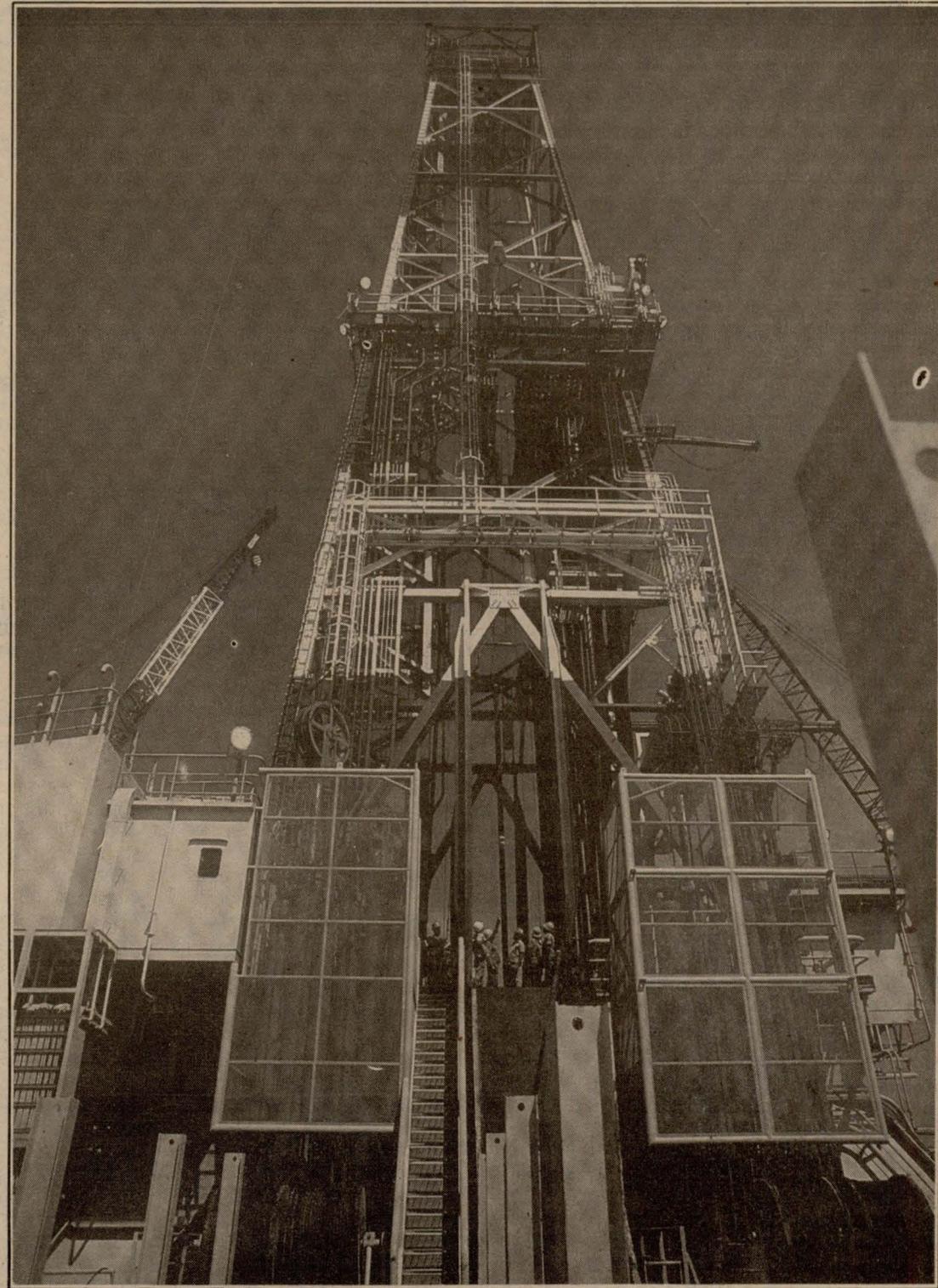
das condições de vida das massas populares não é suficiente para levá-las a compreender e a enfrentar os motivos que estão por trás de seu próprio drama, não podem se iludir. O jornal paulista não expressou uma opinião isolada.

A direita brasileira imita seus gurus do exterior

Por motivos que veremos mais à frente, e acompanhando um pensamento que há alguns anos se tornou majoritário entre os círculos econômicos conservadores de todo o mundo, os líderes mais importantes das classes dominantes convenceram-se que a crise que contamina cada vez mais a economia, que coloca sob permanente instabilidade a vida política nacional e que ameaça em última instância a própria estrutura social sobre a qual repousa o poder das elites, pode ser resolvida privatizando em massa as empresas estatais, e transferindo para os grandes grupos particulares os serviços de infra-estrutura básica, como a geração de energia, a construção de rodovias e a manutenção das comunicações. Os conservadores desencadeiam agora uma ampla campanha de convencimento, que procura explorar a desinformação sobre temas econômicos que reina entre os trabalhadores e boa parte de suas lideranças visando criar condições políticas para a adoção destas medidas.

"O projeto feito pela elite está esgotado", diz o empresário

Sobram fatos para ilustrar a opção dos setores mais expressivos das classes dominantes pelas teses privatistas. Em 18 de agosto último, por exemplo, o jornal "Gazeta Mercantil" promoveu em São Paulo um ciclo de debates que reuniu 60 dos mais destacados representantes da grande burguesia nacional. Lá estavam, por exemplo, Antonio Ermírio de Moraes, Olavo Setúbal, Paulo Villares, Roberto Caiuby Vidal, Paulo Cunha, Cláudio Bardella e Olacyr de Moraes. E segundo relatou depois a própria "Gazeta" o resultado mais importante do encontro foi a constatação de que havia um "consenso" entre os participantes, segundo o qual "a solução dos problemas nacio-



Plataforma da Petrobrás na Bacia de Campos. Os trabalhadores construíram as estatais não só com seu esforço físico, mas também com sua energia política.

nais passa pela união da elite empresarial", visando "assumir os papéis do Estado". O empresário Paulo Cunha, presidente do Grupo Ultra, chegou a ser mais explícito. "O projeto para o país feito há 50 anos pela elite está esgotado. Precisamos formular outro, explicitá-lo à sociedade e obter sua adesão para garantirmos um lugar no futuro", disse ele num texto destacado pelo jornal por sintetizar o pensamento que predominou durante o conclave.

Igualmente enfático tem sido o ministro Maílson da Nóbrega. Em todos os debates e entrevistas a que comparece, ele diz que a política de juros estratosféricos que adota, fazendo inchar a olhos vistos a dívida interna, é apenas uma saída parcial, que prepara algo mais profundo. A verdadeira solução "é a redução do papel

do Estado na economia", que será feita com a força política de um governo "legítimo", disse ele dia 23 de setembro num café da manhã com empresários e banqueiros americanos, no elegante Upper East Side da ilha de Manhattan.

O FMI adverte: "ajuda" só virá com medidas "fortes"

Entre os credores externos, os governos dos países imperialistas e as instituições que gerenciam as finanças internacionais, as pressões em favor da privatização são aliás cada vez mais firmes e ostensivas. O Fundo Monetário Internacional vem profetizando há meses a assinatura de um acordo provisório que permita a rolagem da dívida brasileira, o que causa permanente intranquilidade entre as classes dominantes do

país, temerosas de um colapso nas relações cada vez mais estreitas que mantêm com parceiros estrangeiros. Ao abrir a 44ª reunião anual do fundo, no dia 22, seu presidente, Michel Camdessus, afirmou que o entendimento não se tornaria viável antes que o Brasil adotasse "um ajuste econômico com medidas fortes". Nesse caso, afirmou, "o FMI ficará encantado em ajudar".

No mesmo dia, ao conceder entrevista coletiva, Camdessus fez questão de abordar com destaque o tratamento dispensado pelo organismo que preside à Argentina, que desde a posse de Carlos Menem vem promovendo um processo de venda e de desnacionalização de empresas estatais que parece não conhecer limites. "Impressionou-me muito a determinação de seu governo em

atacar os problemas do país pela raiz”, disse a um jornalista argentino ao anunciar que o fundo decidira conceder àquele país, em regime de urgência, um empréstimo-ponte de 1,5 bilhão de dólares, o mesmo que vem negando ao Brasil.

15 páginas de “Veja” para a defesa radical da privatização

A justificação ideológica e política da entrega das estatais enfrenta contudo dificuldades evidentes, e certamente é por isso que mesmo os candidatos da direita evitam assumi-la às claras. É fácil enxergar que a privatização equivaleria a transferir para um grupo reduzido de grandes conglomerados econômicos um patrimônio que foi construído ao longo de décadas, e com enorme esforço, pelo povo brasileiro. E basta recorrer à história para ver também que além de contribuir com seu empenho físico para a edificação destas empresas os trabalhadores mais conscientes empregaram na defesa delas parte de seu discernimento e de sua energia política, em mobilizações que marcaram épocas, como a que conquistou o monopólio estatal do petróleo.

Na tentativa de superar estas dificuldades, a campanha em favor da privatização serve-se de alguns truques. Um deles foi fartamente utilizado pela revista “Veja”, que dedicou nada menos que 15 páginas de sua edição de 2/8 ao assunto. “Veja” inova porque reconhece, e retrata em tons dramáticos, a terrível crise a que chegaram os serviços de infra-estrutura no país, algo que vem sendo denunciado há tempos pelos economistas mais lúcidos da esquerda. Mas ao mesmo tempo “Veja” constrói uma interpretação **malandra** para o problema.

Ela destaca e amplifica o contraste entre a situação financeira do Estado brasileiro e de suas empresas, que é crítica, e os copiosos lucros auferidos nos últimos anos pelos grandes grupos privados, mesmo com o país mergulhado num período de estagnação e com as condições de vida do povo em constante agravamento.

Os conservadores não podem dizer por que o Estado quebrou

Ela argumenta em seguida que se o Estado faliu, e se perdeu as condições para tocar os investimentos de que o país necessita para se desenvolver, nada é mais natural que transferir os papéis que assumiu no processo econômico à iniciativa privada, que apresenta saúde financeira tão admirável. Ela chega a sustentar, apoiando-se em declarações do ex-ministro Delfim Netto, que na realidade o país vai bem, “o problema é o Estado”.

A este argumento a “Folha de S. Paulo” acrescentou um outro, ao lançar sua retumbante campanha pela desestatização geral. Ela procurou relacionar a presença do Estado na atividade produtiva com o empobrecimento visível da população nos últimos anos. Ela mostrou que certos indicadores de condições de vida colocam o Brasil em situação inferior a países que se supõe pertencerem aos redutos mais perdidos da miséria mundial, como a Etiópia, a Tanzânia, o Paraguai e o Sri Lanka. E ela argumentou mais tarde que a venda das 179 empresas estatais produtivas renderia 46 bilhões de dólares, que poderiam ser utilizados para promover “três anos de ação social” e minorar o sofrimento incessante dos pobres.

Para sustentar estes argumentos, porém, a campanha pró-desestatização da direita tem que recorrer ao artifício da **ilusão intelectual**. Ela precisa limitar-se a **descrever** a falência financeira do Estado, a prosperidade dos grandes grupos econômicos e a miséria das massas. Ela não pode **investigar** que **motivos** levaram o país a esta situação. Ela precisa **afastar** os trabalhadores do **debate** e da **crítica** do modelo de desenvolvimento que as elites impuseram no país desde os anos 50, e que na verdade desejam hoje **aprofundar**.

Um argumento que revela apenas indigência intelectual

Clóvis Rossi, o jornalista renomado que a “Folha de S. Paulo” designou para coordena-

nar a série de matérias a favor da privatização, precisou recorrer a um expediente que revela indigência intelectual para referir-se às causas do impasse a que os investimentos estatais chegaram. Ele procurou explicar o fato dizendo simplesmente que o Estado brasileiro é “patológico”. A simplificação grosseira, contudo, era necessária.

Porque se tivessem se encorajado a estudar de forma científica o problema ao invés de lançar frases preconceituosas sobre ele, tanto Rossi quanto os redatores de “Veja” acabariam percebendo que a causa da falência do Estado brasileiro encontra-se precisamente nas transferências brutais e intermináveis de riqueza que ele promove em favor dos mesmos grupos econômicos a quem a direita quer agora entregar as estatais. E não só.

Eles teriam entendido também algo que é ainda mais importante. A sociedade brasileira não se encontra diante de um problema causado por faltas simples e facilmente corrigíveis, como a suposta incompetência administrativa, desestímulo para trabalhar e parasitismo dos dirigentes e funcionários das empresas e órgãos públicos. Ela se defronta na verdade com o fracasso e o desmoronamento dos alicerces em que se apoiou a construção nas últimas décadas do país em que vivemos.

A principal estrutura hoje em ruínas é o recurso ao endividamento externo, que as classes dominantes garantiam ser capaz de promover o progresso contínuo do país, e do

qual pretendem continuar lançando mão. Nas páginas 16 e 17 a *Classe* vai mostrar de que forma ele conduziu ao encalçamento do Brasil, e por que nenhuma medida para retomar a marcha rumo ao progresso poderá ser bem-sucedida sem romper radicalmente com ele.

Nenhuma referência ao problema básico da dívida externa

Mas iremos demonstrar ainda que o endividamento produziu deformações notáveis na estrutura produtiva e social **interna** do país, e que a privatização das estatais reforça, ao invés de corrigir, estas deformações. Veremos, por exemplo, que ao contrário do que diz “Veja”, mesmo vendendo todas as suas empresas o Estado brasileiro ainda continuaria a enfrentar crescentes desequilíbrios financeiros, simplesmente porque a causa do esvaziamento dos recursos públicos **não está** nas estatais.

Vamos ter que desmentir a “Folha de S. Paulo”, também. Vamos explicar que a miséria que cresceu entre o povo foi causada pelos esquemas financeiros montados no país para pagar a dívida externa. E que sem reverter estes mecanismos — algo que causa calafrios às mesmas pessoas que defendem a privatização de estatais — os trabalhadores continuarão pobres, mal nutridos e doentes. Porque de nada adiantarão os “3 anos de ação social” prometidos por Clóvis Rossi se não alterarem os mecanismos que funcionam hoje

Arquivo

como alavancas para o aumento ainda mais dramático da desigualdade entre os brasileiros.

Finalmente, é útil lembrar que é diante de seus grandes problemas que os homens encontram ânimo e forças para avançar, inclusive na resolução de suas dúvidas intelectuais. Porque se a esquerda brasileira enfrentar com coragem o debate provocado pelos conservadores ao lançarem a campanha aberta em favor da privatização ela poderá avançar na própria definição de seu programa econômico para o país.

Uma oportunidade para a esquerda definir seu programa

A plataforma da Frente Brasil Popular tem o mérito indiscutível de destacar a suspensão do pagamento da dívida externa, medida capital para reverter o modelo de desenvolvimento que levou a nação ao desastre. Mas que alternativa propor diante de problemas que são reais, e que a direita explora com o intuito de conquistar apoio popular para posições conservadoras? Como agir, por exemplo, em relação à falência do Estado brasileiro, que contraiu uma dívida **interna** de magnitude e de consequências equivalentes às da dívida externa, e que, sacrificado por ela, parou de fato de realizar os investimentos indispensáveis ao progresso? E como conviver com uma estrutura industrial e agrícola que devido ao empobrecimento contínuo dos trabalhadores orientou a parte dinâmica de sua produção para o exterior e para o consumo de uma minoria de brasileiros privilegiados?

Depois das eleições mudanças serão inevitáveis

Não se trata de questões acadêmicas ou secundárias. O esgotamento das estruturas em que se sustentou o desenvolvimento nas últimas décadas impõe de forma inescapável mudanças. Seja qual for o resultado das eleições, os próximos anos serão marcados por disputas políticas renhidas. A direita percebeu que precisa **aprofundar** a dependência externa do país, a internacionalização de nossa economia e a concentração de riquezas. Ela tudo fará para eleger em 15 de novembro um presidente que procure impor estes objetivos à sociedade, ou para levar à desmoralização ou à traição um eventual governo progressista. Os trabalhadores precisam atingir um grau de mobilização muito superior ao atual para resistir a esta investida, e para aproveitar as possibilidades evidentes de mudança progressista abertas pela crise. Não será possível mobilizar os trabalhadores para rotar intelectualmente a ofensiva conservadora.



Obras paralisadas da hidrelétrica de Tucuruí, publicada por “Veja”. A direita quer esconder do povo as causas da falência do Estado



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Assim chegamos ao caos

Se os trabalhadores entenderem as causas verdadeiras da crise eles não hesitarão em resistir à ofensiva privatizadora da direita, e em apoiar as medidas drásticas que é preciso adotar para tirar o país do atoleiro alterando profundamente suas estruturas retrógradas

Ao longo dos últimos anos o grau de consciência dos trabalhadores brasileiros evoluiu inquestionavelmente, graças às lutas reivindicatórias em que eles se envolveram, e que sempre levam a rever idéias incorretas em que se acreditava, e ao próprio debate político que surgiu depois que o povo conquistou certas liberdades democráticas. Já ficaram para trás os tempos em que a maioria esmagadora da massa popular julgava que a causa da precariedade das condições de vida estava na ação maléfica dos "atravessadores", que levavam às nuvens o preço dos produtos de consumo popular porque eram inescrupulosos e ávidos por ganhar dinheiro fácil. Hoje a maior parte dos assalariados enxerga por exemplo a necessidade de se mobilizar por melhores reajustes salariais. E entre boa parte de suas lideranças há certa compreensão sobre alguns temas políticos e econômicos mais gerais, como a dívida externa.

Os desafios atuais exigem uma nova consciência política

O problema é que este patamar de consciência deixou de ser suficiente para enfrentar um drama político decisivo como o que o país passou a viver há algum tempo. O Brasil chegou a uma *encruzilhada histórica*, em que ficou evidente a exaustão definitiva de um ciclo de desenvolvimento, e surgiu a necessidade concreta de promover mudanças fundamentais em certas estruturas econômicas.

Ao contrário do que costumam pensar certas correntes políticas, contudo, as crises não levam por si só às transformações revolucionárias. E por maior que seja a combatividade dos trabalhadores em suas disputas reivindicatórias isto também não é bastante para assegurar a adesão em massa deles às propostas que visam sair da dificuldade pela via progressista.

E o que ainda ocorre em nosso país. Massacrado por uma campanha infernal repetida incessantemente pelos meios de comunicação mais importantes, uma boa parte do povo aceita como válidos os preconceitos espalhados pela direita. E crê que as formidáveis dificuldades que o Brasil enfrenta foram causadas pelo inchamento da máquina estatal, que por ser intrinsecamente corrupta (ou "patológica") faliu e levou o país de roldão ao abismo, e que precisa

ser desmontada sem piedade para permitir um novo surto de desenvolvimento. Enquanto pensar assim essa gente, ainda que bem intencionada, ajudará na prática os conservadores a promoverem o conjunto de mudanças que estão dispostos a adotar na economia, e que conduzirão à concentração ainda maior da riqueza, e ao aprofundamento da dependência econômica.

Substituir as idéias fantásticas por exame profundo dos fatos

Se os trabalhadores entenderem, contudo, as verdadeiras causas da crise, se substituírem as interpretações fantásticas a respeito dela pelo exame profundo dos movimentos que levaram o país a penetrar no atoleiro em que se debate, perceberão certamente a que ponto são insensatas as soluções aconselhadas pelos conservadores, a começar da privatização das estatais. E terão motivos para apoiar com suas lutas numa nova situação o conjunto de medidas que um governo popular efetivamente disposto a mudar o país terá obrigação de tomar mas que inevitavelmente enfrentarão resistências poderosas e um clima político marcado pela turbulência.

Para chegar às razões verdadeiras que levaram o Brasil ao seu desastre é preciso começar por um estudo mais rigoroso do endividamento externo, este fenômeno que marcou tão decisivamente as sociedades latino-americanas nas últimas décadas mas cujas consequências são tantas vezes desprezadas ou vistas superficialmente.

Embora haja ainda hoje gente como o ex-ministro Delfim Netto, disposto a argumentar que a dívida contribuiu, pesados prós e contras, para o avanço do país, os dados não deixam margem a dúvidas. Entre 1967 e 1981, quando um surto de liquidez financeira internacional permitiu que o Brasil recebesse empréstimos em volume superior aos juros remetidos ao exterior, o capital estrangeiro contribuiu *secundariamente* para a realização dos investimentos que tornaram possível o expressivo surto de desenvolvimento de então. Ele representou em média apenas 13,4% da Formação Bruta de Capital, o índice que é usado para quantificar a quantidade de bens e serviços que são produzidos no país ou importados e que são empregados para ampliar ou modernizar o par-

que industrial e agrícola, e tornar possível uma produção maior no futuro. Do final dos anos 60 até 1981 o Brasil, que em 1964 acumulava uma dívida externa de 3 bilhões de dólares, recebeu em créditos mais algo em torno de 33 bilhões de dólares.

Impossível entender a crise sem ver a dívida externa

A partir de 1982, contudo, uma alta assombrosa nas taxas internacionais de juros e promovida pelos credores fez virar rapidamente o braço da viola. Os empréstimos rarearam até desaparecerem por completo. E passamos a *remeter* ao exterior boa parte de nossa poupança, o que se traduziu num golpe demolidor contra os investimentos. Os recursos fugiram em velocidade duas vezes superior à de entrada. Agora as remessas equivalem em média a 24,01% da Formação Bruta de Capital, e durante alguns anos chegaram a representar quantia superior à soma de todos os gastos feitos no país com a compra de novas máquinas e equipamentos para a indústria e a agricultura. Entre 1982 e 88 pagamos 65 bilhões de dólares aos bancos estrangeiros, o dobro do que haviam nos emprestado. Mas continuamos devendo 120 bilhões de dólares. Foi e continua sendo um desastre completo, e entretanto a direita jamais propôs algo que possa reverter-lo quando se discutem as saídas para a crise. Pelo contrário, ela quer estreitar ainda mais os laços que nos ligam aos países imperialistas.

A dívida é, portanto, a origem fundamental de nossos problemas. Erráramos, porém, se tentássemos enxergar nela a causa exclusiva da enrascada monumental do país.

Estariamos praticando uma espécie de nacionalismo à moda antiga, que não consegue ver que as diferentes classes sociais relacionam-se de forma distinta com os parceiros estrangeiros e que se ilude supondo que seria possível unir todas elas contra o "inimigo externo".

Porque a própria dívida não é paga solidariamente por todos os brasileiros, e porque graças a este fato cuja compreensão é indispensável ela acabou gerando internamente problemas e distorções de enorme magnitude.

O Estado paga os empréstimos que a burguesia tomou

A burguesia brasileira, em especial seu setor monopolista, foi a responsável principal pela contração de empréstimos no exterior, no período em que era possível obtê-los. Mas, se as grandes empresas fossem obrigadas a pagar ou saldar estes débitos depois que as taxas internacionais de juros experimentaram a alta vertiginosa dos anos 80, o resultado seria uma onda de falências fantástica, que não tem lógica nos marcos do capitalismo moderno.

Quando a sociedade está sob a égide deste sistema social é inevitável que a dívida seja assumida pelo Estado. Só ele dispõe de instrumentos para redistribuí-la entre a sociedade e para concentrá-la especialmente sobre os assalariados, se isto for necessário para impedir que se interrompa o processo de acumulação. Foi o que sucedeu no Brasil, dando origem ao aparecimento da *dívida interna*.

Através de mecanismos financeiros intrincados, que primeiro permitiram que as empresas pagassem não os dóla-

res que deviam mas seu equivalente em cruzeiros, e que depois acabaram transferindo para ela boa parte destes cruzeiros, o Estado brasileiro tomou para si a responsabilidade de pagar a dívida externa aos bancos estrangeiros. Em 1985 ele já pagava 90% dos débitos em dólar, embora tivesse sido o tomador de apenas 20% dos empréstimos, como se viu. A iniciativa privada estava salva da quebra generalizada.

E o Estado estava condenado a um processo de arruinamento financeiro inevitável.

Porque evidentemente ele não produz as mercadorias que podem ser convertidas em dinheiro para fazer frente aos juros externos. Ele estimula o *setor privado* a exportar e a gerar *dólares*. Compra estes dólares e os usa para saldar uma dívida que não fez. E paga ao setor privado em moeda nacional.

Montanhas de moeda nacional, que não podem sequer ser colocadas em circulação, pois disparariam a alta incontrolável de todos os preços. E que por isso aparecem sob a forma de *títulos da dívida interna*, uma espécie de moeda em hibernação, que pode ser transformada em dinheiro vivo no momento em que seu possuidor assim o determinar.

Uma moeda diferente, que valoriza sempre acima da inflação

Estes títulos têm contudo uma propriedade, que os diferencia da moeda vulgar que os trabalhadores levam no bolso e com a qual lutam para enfrentar as necessidades do dia-a-dia. Eles rendem juros, eles aumentam a riqueza de seus possuidores, permitindo que continuem lucrando mesmo quando a economia mergulha na crise.

Há quem pense que quem usufrui disso que se convencionou chamar de *ciranda financeira* constitui um setor que não tem vínculos com o processo produtivo, grupo seleto de velhacos que descobriu que no país onde impera a "Lei de Gerson" é mais fácil ganhar dinheiro "especulando" que investindo na produção. Esta é, contudo, uma visão ingênua do problema.

Numa ampla matéria publicada em sua edição de 9/8 a revista "Exame", que circula entre empresários e executivos, demonstrou com exemplos vivos que os verdadeiros beneficiários da "ciranda" são as grandes empresas brasileiras.

"Exame" relata que os dirigentes destas empresas promovidas a *classe média* da década, uma série de ajustamentos internos, para enfrentar uma conjuntura que já se anuncia-



Os mecanismos criados para saldar os débitos externos acabaram criando também uma dívida interna. Na tentativa de pagá-la o Estado faliu.



va difícil. A característica mais marcante das mudanças foi terem se capacitado para usufruir das grandes oportunidades de ganhos oferecidas pelas aplicações financeiras sobre as quais o Estado paga juros. E a revista reconhece o surgimento do que chama de "peculiaridade marcante" do processo. "Aqueles fatores adversos que caracterizaram o início da crise do Estado — inflação alta, juros elevados, desvalorizações reais da moeda e até os choques — acabaram transformando-se hoje em instrumento para ampliar a lucratividade", diz.

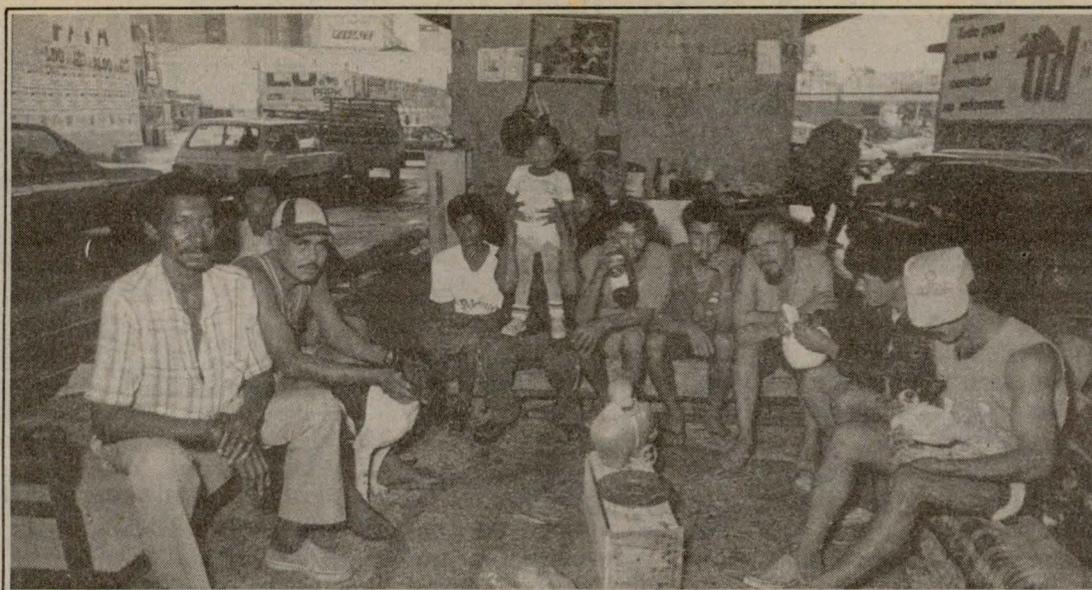
Um modo de lucrar mesmo com o país mergulhado na crise

Mais adiante surgem números, para dar comprovação matemática ao fenômeno. Um levantamento feito pela Fipecavi, uma fundação ligada à USP, com base nos balanços corrigidos de 175 companhias industriais representativas, demonstrou que em 1987 — "quando o governo pagou juros reais de 19% ao ano", ressalta "Exame" — nada menos que 29% das receitas destas empresas foram provenientes de aplicações financeiras. Já em 88, quando os juros pularam para 34% acima da inflação, os ganhos financeiros deixaram de ser um fator complementar de lucro para se transformarem no *principal*, passando a responder por 58% das receitas.

Alavancada por taxas de juros sempre crescentes, a dívida interna chegou este ano a 60 bilhões de dólares. Ela funciona como um seguro contra crises para as empresas, permitindo que elas continuem ganhando mesmo com o país remetendo boa parte de sua poupança ao exterior e com a produção industrial estagnada nos mesmos níveis de 1980. O depoimento insuspeito do economista Carlos Brandão, que como presidente do Banco Central ajudou a montar esta máquina de aumentar fortunas, é significativa. Em 11/9 ele declarou à "Gazeta Mercantil" que, segundo seus cálculos, o Estado transfere aos aplicadores no "over" a monumental quantia de 18 bilhões de dólares ao ano.

Quem paga esta conta? Se a simples emissão de dinheiro ou de títulos fosse capaz de gerar riqueza, o Estado certamente poderia promover a felicidade dos grandes empresários sem prejudicar nenhum setor da sociedade. Como o mundo não se move deste modo, porém, é preciso que alguém arque com o prejuízo. É preciso que muitos percam para que alguns possam ganhar muito.

Acertou quem previu que a perdedora seria a grande massa assalariada. A década de 80 registra um aumento visível das desigualdades sociais entre



Miseráveis fazem do viaduto sua casa. O modelo de desenvolvimento imposto pelos conservadores concentrou ainda mais a riqueza.

os brasileiros. Ele pode ser engargado nas estatísticas do IBGE, que indicam uma forte queda na participação dos salários na riqueza nacional. Ele pode ser constatado observando-se que pela primeira vez no século aumentou o índice de analfabetismo, que a evasão escolar atinge índices alarmantes e que a parcela da população considerada subnutrida é hoje significativamente maior que há dez anos. Ele pode ser visto a olho nu nas ruas das grandes cidades, onde vive e dorme uma multidão inédita de mendigos, de pedintes, de desvalidos.

Produzindo para o consumo dos ricos, daqui e do exterior

O aumento da desigualdade trouxe mais uma deformação. A indústria e a agricultura passaram a destinar uma parte cada vez mais importante de sua produção para atender ao consumo de uma minoria de privilegiados, que ampliaram seu poder de compra, e para a exportação. A produção de soja, em sua maior parte voltada para o mercado externo, já atingiu 25 milhões de toneladas, cerca de 35% da colheita total de grãos. O Sindicato da Construção Civil de S. Paulo anunciou no fim de agosto que os imóveis de alto luxo já representam 1/3 do total de unidades construídas na cidade. A necessidade de remeter 12 bilhões de dólares ao ano aos credores estrangeiros e a transferência interna de 18 bilhões de dólares aos proprietários de títulos públicos trouxeram consequências terríveis para o povo. Mas ampliaram os lucros de uma parte considerável das empresas, criando para elas um mercado disposto a consumir em quantidade bens caros e sofisticados.

Nos últimos anos este modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo e interno e na elitização acelerada do consumo passou a dar sinais cada vez mais eloquentes de que seu esgotamento estava próximo. Foi então que

ganhou força crescente entre a direita a tese da privatização das estatais. É interessante entender a lógica que a orienta.

Embora a "Folha de S. Paulo" nada fale sobre isso, se a proposta vingar os 45 bilhões de dólares em que, segundo Clóvis Rossi, está orçado o patrimônio das 149 estatais produtivas, não será pago em dinheiro. Inclusive porque esta soma é cerca de 15 vezes maior que toda a moeda em circulação no Brasil, além de ser 44 vezes superior ao patrimônio consolidado do Grupo Votorantim, o mais pujante de nossa burguesia.

A suposta privatização das estatais seria feita "convertendo" as montanhas de títulos da dívida pública que o Estado colocou nas mãos dos grandes grupos econômicos, através dos mecanismos que se viu há pouco, em ações das empresas que foram construídas com o esforço do povo.

É uma cartada arriscada, e os que a propõem não o fazem por serem gente de índole perversa, que vive maquinando fórmulas para impor perdas e sacrifícios aos trabalhadores. O problema é outro.

É que o Estado brasileiro simplesmente não tem mais meios de continuar pagando uma dívida interna que durante anos foi a salvação da lavoura para o setor privado, mas que o levou à insolvência mais completa. Para tentar manter o pagamento ele reduziu de forma drástica os investimentos em setores essenciais de infra-estrutura, como a pesquisa de petróleo, a geração de energia, a construção de estradas, os serviços de comunicação e a produção de aço, comprometendo seriamente o desenvolvimento do país no futuro próximo. E surgiu ainda uma outra dúvida.

Privatizar estatais sem gastar um único cruzado

Os credores da dívida interna passaram a se indagar se na verdade não estavam sentado sobre um barril de pólvora.

Na mesma edição de "Exame" em que se narram os fantásticos instrumentos através dos quais as empresas lucram mesmo com o país atolado em crise surge em determinada altura uma indagação. "O que se discute agora, constatado que as empresas estão com dinheiro em caixa, sem dívidas e exibindo vistosos lucros, independentemente de sua maior ou menor eficiência em comparação com os padrões internacionais, é se a qualidade desses bons resultados está fincada em bases sólidas ou corre o risco de desmoronar como um castelo de cartas", adverte. E em seguida expõe com nitidez sua real preocupação. "Abre-se, portanto, a possibilidade de que o patrimônio do setor privado, resguardado em aplicações financeiras, sofra um deságio — ou aquilo que o ex-ministro Antonio Delfim Netto costuma chamar de 'um totó na dívida'."

Trocar castelo de cartas por patrimônio valioso e garantido

A lógica do Estado capitalista tem uma saída perfeita para este tipo de problema. Ela implica em transformar a montanha de papéis que foi colocada nas mãos dos grandes empresários e que tem sua validade crescentemente questionada em algo mais sólido. Ela implica em transformar este ilusório "castelo de cartas", que pode vir abaixo com "um totó" em patrimônio real, salvaguardado pelo direito constitucional de propriedade. Ela implica em privatizar as estatais através da conversão dos títulos da dívida interna.

Ao contrário do que procura argumentar a direita, contudo, os trabalhadores nada ganhariam com a medida, que representa o aprofundamento, e não a reversão, do modelo de desenvolvimento que os massacrará. Como a proposta não envolve qualquer tentativa de romper a dependência externa, o Brasil continuaria enviando aos credores uma boa parte

dos frutos do esforço nacional. Como esta dívida seguiria sendo paga pelo Estado ele permaneceria obrigado a recorrer aos dólares gerados pelos exportadores, a endividar-se internamente em cruzados, e a transferir oceanos de riqueza, dos assalariados para os grandes grupos econômicos. E finalmente como o país prosseguiria endividado e o povo pobre, os trabalhadores persistiriam empregando grande parte de seu suor e seu talento para atender aos desejos de consumo dos privilegiados daqui e do exterior.

Um programa que vá além de suspender o pagamento da dívida

Por todos estes motivos a ofensiva privatista da direita precisa ser combatida pelo povo com o melhor de suas energias e discernimento. Mas o esforço para entender a economia brasileira a que o tema obriga pode ser igualmente empregado para caminhar rumo à compreensão mais precisa das decisões dramáticas que é preciso adotar para sair da crise através de um plano que favoreça o povo e à mudança profunda de nossas estruturas sociais.

Um governo popular eventualmente saído das eleições de novembro tem certamente a obrigação de suspender o pagamento da dívida externa. Mas não só. Ele não pode deixar de tomar em relação à dívida interna as medidas que se mostrarem necessárias para recuperar o poder de investimento do Estado, e para frear sem piedade a transferência colossal de renda para os ricos. Ele precisa promover uma firme recomposição do poder aquisitivo dos salários, inclusive para reaquecer o consumo interno, estagnado há pelo menos uma década. Ele deve empregar o poder das empresas estatais para colocá-las a serviço de uma política econômica progressista, que traga por exemplo a inversão dos procedimentos que sempre beneficiaram aos monopólios com tarifas subsidiadas. Ele terá de acionar seus instrumentos de política fiscal para dirigir a reorientação da produção industrial e agrícola, direcionando-a para abastecer o povo.

Pelos interesses há tanto tempo consolidados que decisões como estas colocam em risco não é preciso ser sagaz para prever que haverá resistência dramática contra elas, e que os que se acostumaram a ganhar com a dependência e a crise tentarão projetar o país num clima de turbulência. Mas se os trabalhadores tiverem conhecimento dos motivos que levaram o país a essas decisões e se há para tirá-lo dela, eles estarão preparados para enfrentar as batalhas que virão. (A.M.)

As razões da integração dos comunistas na CUT (final)

Ao concluir, neste artigo, a sua análise sobre a atual situação do movimento sindical, o membro da direção nacional do PCdoB responsável pelo setor, Ronald Freitas, mostra que a integração da CSC na CUT é o caminho para a unidade e o avanço na luta dos trabalhadores.

A situação que atravessamos caracteriza-se por um esgotamento do modelo político que as classes dominantes têm imposto ao país ao longo das últimas décadas. A crise atual mescla aspectos conjunturais e políticos, com problemas estruturais de fundo, como a questão da dominação estrangeira, da reforma agrária etc. que inviabilizam qualquer solução duradoura nos marcos do capitalismo.

As massas do povo, com destaque para o proletariado, são os principais prejudicados com essa realidade e aspiram ardentemente por uma solução que supere essa situação. O seu nível de consciência política e organização independente ainda é débil e insuficiente para colocá-la em condições de um confronto pleno com a burguesia, com as elites dominantes. A confusão de idéias em seu seio é grande, e em certo sentido o reformismo e as concepções social-democratas são o guia de ação da maioria dos movimentos sociais organizados, inclusive do movimento sindical.

Porém, a resistência e luta das massas tem ocorrido de forma generalizada, massiva e em crescente radicalidade. São as greves de trabalhadores por salários e liberdade, ocupações de fazendas por camponeses sem terra para trabalhar e de terrenos vazios por habitantes das cidades sem ter onde morar. São as revoltas contra os aumentos abusivos de transportes, aluguéis, mensalidades escolares etc. As massas, na busca de uma saída para essa crise, têm se manifestado apoiando o que identificam com as mudanças necessárias para superar essa situação.

Avanço das esquerdas

Nas eleições municipais de 1988, parcela significativa do povo manifestou uma preferência pela esquerda, elegendo candidatos dessa linha, em várias capitais e cidades importantes. Criando-se um clima político novo, propício ao avanço das forças progressistas, e lançando-se as bases para que na disputa presidencial de 1989 as forças progressistas de esquerda avançassem unidas. A constituição da Frente Brasil Popular, unificando os partidos de esquerda (PT, PSB, PCdoB), com um programa avançado, os 13 pontos, com um candidato operário, Lula, disputando a Presi-

dência da República, foi um importante passo no sentido de criar uma alternativa eleitoral na disputa sucessória, capaz de unificar o povo contra as elites, e jogar a luta política em nosso país em um patamar mais alto.

A constituição da Frente Brasil Popular é dado novo no cenário político do país e está destinada a ser um pólo aglutinador da luta popular e progressista. Ao conseguir unificar os partidos de esquerda numa frente política avançada, abre perspectivas para o desenvolvimento das lutas populares, potenciando a intervenção das entidades de massa nas lutas sociais. Mais de 90% da militância social de nosso país encontra-se aglutinada nessa frente. O papel histórico da frente não se limita, por maior que seja, à disputa eleitoral de 15 de novembro próximo, se projeta como o embrião de um movimento político-social que poderá se transformar numa grande força de massas, capaz de conduzir o nosso povo e o nosso país à sua plena libertação. Representa um realinhamento de forças políticas à esquerda, que repercute em todas as frentes de atuação do movimento social, particularmente no movimento sindical. Indica a necessidade de atuação uni-

tária, política e orgânica, das forças de esquerda nessas frentes.

ção unitária, política e orgânica, das forças de esquerda nessas frentes.

O Caminho a seguir

A realidade sindical, mostra, como vimos, ao lado de uma grande disposição para a luta, uma grande confusão de idéias, uma divisão cristalizada, uma aspiração sentida dos trabalhadores por uma central que os represente, e a consolidação da CUT como essa central.

A CGT, as confederações e alguns sindicatos que seguem falsa orientação, compõem o campo da direita sindical. A CUT e a CSC configuram o campo da esquerda, e são objetivamente impelidas a atuar em conjunto.

A atuação do Partido no movimento sindical, se bem que vitoriosa e crescente, é ainda limitada. Não estamos na direção dos maiores sindicatos e de categorias decisivas. Particularmente nos grandes centros industriais como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, temos presença insuficiente no seio da classe operária e do movimento sindical. A política de frente única com a CUT, levada à prática pela CSC, tem aberto certos espaços e se mostrado correta, permitindo uma ampliação de nosso raio de ação. As condições da realidade político-sindical hoje exigem que, para continuar o processo de cresci-

mento da CSC é necessário dar um passo à frente nessa política.

A continuidade da CSC como uma articulação sindical organizada independentemente da CUT, buscando ampliar seu campo próprio com vistas à unificação de todo o movimento, na atual situação político-sindical, não corresponde à realidade da correlação de forças, consciência política e nível organizativo, existentes no movimento. Torna-se necessário avançar ainda bastante na politização da luta sindical, na propaganda das concepções classistas, na estruturação unitária do movimento, para que ele como um todo possa ser um instrumento voltado para a luta emancipacionista do proletariado.

Decisão coerente

Diante das modificações na situação política, da constituição da FBP, da situação e evolução do quadro sindical, da relativa consolidação, da CUT como a central sindical real, da falência do projeto da CGT, da constituição da CSC como uma articulação sindical atuante e prestigiada, consideramos que a integração da CSC na CUT é o caminho que nos possibilita avançar na frente sindical, situados no leito principal de sua luta, e aí, polarizando setores de massa, procurar transformar a CUT em uma central realmente representativa do conjunto do movimento sindical. Atuando de acordo com as exigências

maiores da luta emancipacionista, política e social, da classe operária e do povo brasileiro.

A decisão política de integração orgânica da CSC na CUT, se situa na linha da continuidade de luta pela hegemonia de nossas idéias, e de construção e consolidação da corrente. A integração não deverá se dar espontaneamente e sim de forma dirigida. É necessário que se transforme num evento político-sindical de repercussão, que a coloque como um elemento destacado na luta pela unificação do conjunto do movimento sindical. Deverá se realizar em um congresso, onde se discuta a situação do país, a contribuição e participação do movimento sindical para superar as dificuldades que atravessamos, e realize a integração da CSC à CUT.

Essa posição se situa na linha de continuidade de nossa atuação sindical, na luta por construir o movimento sindical unido, combativo, consciente. Tal como quando defendemos a unidade da Comissão Nacional Pró-CUT; quando nos opusemos à divisão e à criação da CUT em 1983; quando participamos da fundação da CGT e posteriormente dela nos desligamos; quando estimulamos a constituição da CSC e realizamos a política de frente única com a CUT.

É uma linha político-sindical coerente, de acordo com os nossos objetivos estratégicos, que tem nos levado a êxitos significativos.

Jesus Carlos / Foton



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

No reino dos barões do açúcar, 1 milhão de homens em luta contra a exploração patronal

Arquivo

Um milhão de canavieiros nordestinos, em campanha salarial desde o começo de setembro, ameaçam deflagrar greve a qualquer momento, caso as negociações entabuladas com os usineiros não cheguem a bom termo. Aliás, 250 mil deles decidiram paralisar suas atividades, em Pernambuco, a partir do dia 2 deste mês. É ainda de expectativa o clima na Zona Canaveira dos Estados da Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia, onde inúmeros "paradeiros" — paralisações isoladas, na gíria dos trabalhadores rurais — ocorreram nos últimos dias.

Miguel Lucena*

A campanha salarial é unificada, sob a coordenação dos sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Cana, das federações estaduais, da Confederação Nacional (Contag), Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Corrente Sindical Classista (CSC). Os canavieiros reivindicam um piso de NCz\$ 600,00, com vigência a partir de outubro, acrescido de 25% do salário mínimo.

Além do piso salarial, destacam-se como importantes as cláusulas que tratam da tabela de tarefas para regime de produção, o fim da medição por vara feita para determinar a quantidade de cana cortada, as medidas preventivas contra a violência nos locais de trabalho e a Lei do Sítio. Este último dispositivo obriga os patrões a concederem aos empregados, de forma individual ou coletiva, uma área de terra, dentro da própria usina, para o cultivo de culturas de subsistência.

Os canavieiros querem, também, assegurar estabilidade de um ano para a trabalhadora rural gestante, tempo que passa a contar ao término da licença-maternidade de 120 dias garantida na Constituição Federal. Reivindicam, entre outras coisas, jornada semanal de 40 horas e a proibição de falsos empreiteiros, arrematadores de mão-de-obra que atuam como atravessadores e, na maioria das vezes, realizam contratos falsificados, burlando a legislação.

A Classe acompanhou as assembleias dos canavieiros realizadas em 36 municípios paraibanos. Na Paraíba, eles somam 150 mil e são oriundos de diversas regiões. No corte, na colheita e moagem da cana, trabalham homens, mulheres e crianças, de segunda-feira até o domingo, inclusive feriados.

Greve contra a intransigência

Nos encontros, realizados no dia 24 de setembro, um assunto tomou conta das discussões: o descumprimento, por parte dos patrões, de 90% das cláusulas contidas na convenção vigente, firmada em outubro de 1988 na Delegacia Regional do Trabalho.

Os primeiros sinais de que os canavieiros estão dispostos a paralisar suas atividades, em defesa das reivindicações apresentadas, foram dados no início de setembro. Exigindo o cumprimento da convenção firmada no ano passado, eles começaram a fazer "paradeiros" em diversas usinas e engenhos. O mais importante deles ocorreu na Gramame Industrial e Agrícola S/A (Giasa), do grupo Tavares de Melo. A empresa está instalada no município de Pedras de Fogo, a 100 quilômetros de João Pessoa, e emprega dois mil trabalhadores.

Nessa paralisação, que começou no dia 4 de setembro e foi até o dia 12, a Polícia Militar da Paraíba mobilizou 300 homens. Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedras de Fogo, Manoel Alexandre (o Neco), a PM "chegou batendo nos grevistas. Isolou a estrada que dá acesso à usina e, em vez de nos dar segurança, agiu como uma organização de capatazes dos usineiros".

Relatos de canavieiros mostram que os usineiros insistem em mantê-los na condição de escravos. "Quem não andar na linha, eles levam para o quarto do cuscuz", denunciou um dos participantes da assembleia realizada no STR de Santa Rita, a 20 quilômetros de João Pessoa. Nesse quarto, segundo ele, os empregados "são surrados" quando reclamam da medição errada que os feitores ou cabos fazem no metro da cana cortada.

As reclamações são constantes no que diz respeito à medição. "Eles não usam trena ou fita métrica. Como a produção do canavieiro é calculada por braça, os cabos reduzem em muitos metros a sua produção, provocando o cálculo errado", denuncia o secretário geral da Contag.

Em pior situação ficam as mulheres. Além de deixarem os filhos em casa, sem comida e proteção, são discriminadas no trabalho. Enquanto o canavieiro tem uma diária de NCz\$ 9,00, o que é muito pouco, a mulher recebe metade dessa quantia, juntamente com os trabalhadores de menor idade.

Sem direito à assistência médica nos locais de trabalho, não dispoem de qualquer



Em Pedras do Fogo, os canavieiros se preparam para a luta

equipamento de proteção individual para se livrar dos pelos irritantes e das palhas afiadas da cana, os assalariados da Zona Canaveira vão resistindo. A cada campanha salarial, numerosos contingentes de trabalhadores aderem à luta, em busca de uma saída que ponha fim à exploração dos barões do açúcar.

Eles, inclusive, chegam a discutir questões estruturais, como a necessidade de se realizar urgentemente no país uma reforma agrária que combata o latifúndio. "Nós queremos é a usina", assinala Antonio Faustino, que nas horas vagas é repentinista e escritor de cordel: "Meu filho morre de fome/ Usineiro a culpa é sua/ Mas se nós tomar a usina/ Tem festa na nossa rua"

Lucro exorbitante, antítese do arrocho

Dados fornecidos pela Contag revelam que o preço da cana-de-açúcar alcançou um patamar superior ao da inflação, de outubro de 88 a setembro de 89, enquanto os salários dos canavieiros foram reduzidos drasticamente em seu poder de compra. Além do mais, foram esmagadas, somente nesse período, 4.677.125 toneladas de cana.

O preço da cana cresceu 1.041%, a inflação atingiu 854% e os salários, 785%. A cana ultrapassou os índices inflacionários em 19,5% e subiu 28,9% mais que os salários.

Se o salário acompanhasse o preço da cana, deveria ser, em setembro, NCz\$ 353,71 (os patrões pagam, hoje, NCz\$ 274,92). Como o produto será reajustado em 35% em outubro (conforme a inflação de setembro), a remuneração desse mesmo mês deveria ser de NCz\$ 477,50, sem levar em conta qualquer percentual de aumento de produtividade.

O presidente da Fetag, Liberalino Ferreira, informou que, só na Paraíba, os empresários

conseguiram lucrar US\$ 600 mil, com o não cumprimento da convenção coletiva de trabalho. "Esse dinheiro foi subtraído dos trabalhadores", protestou.

No momento em que os canavieiros nordestinos passam fome, os usineiros estão presentes a empreender um dos maiores negócios da Nova República, envolvendo lucros da ordem de US\$ 600 a 800 milhões.

Segundo o jornalista Alberto Tamer, do jornal "O Estado de S. Paulo", em matéria publicada a 23 de julho deste ano, o negócio ainda não foi concluído. "Trata-se de autorização para que usineiros do Nordeste, principalmente de Pernambuco, exportem 1,4 milhão de toneladas de açúcar, cujos preços no mercado internacional estão altos, variando entre US\$ 330 e 480 a tonelada. A intenção é chegar até 2 milhões de toneladas que é a média tradicional de exportação do Nordeste, o que poderia elevar o montante da transação a US\$ 960 milhões", informa.

Tamer acrescenta que os usineiros de Pernambuco estão seguros de que conseguirão vender o açúcar, tanto que já fecharam contratos de exportação de 1,4 milhão de toneladas a partir de setembro. "Todo o lucro da operação", observa, "ficará com os usineiros nordestinos ou quem vier a exportar". O Instituto do Açúcar e do Alcool paga, no mercado interno, o preço de 150 dólares a tonelada. "Se o IAA cumprir a lei e comprar os 2 milhões de toneladas para exportar, ao preço interno de 130 dólares, que é o que está em vigor, pagaria aos usineiros 260 milhões", completa. O jornalista do "Estado" informa, ainda, que as negociações para liberar imediatamente as exportações para os usineiros do Nordeste partem do

ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio. Ele alega que a meta do governo é privatizar o comércio internacional do açúcar. "Quem está por trás de tudo, porém, é o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar de Pernambuco, José Gustavo Maranhão, e o deputado Gilson Machado, seu aparentado, que é amigo do presidente Sarney", diz Tamer.

Em defesa do meio ambiente

Os canavieiros nordestinos cuidaram, em sua pauta de reivindicações, não só das questões salariais ou trabalhistas, mas tiveram, também, a preocupação de instituir uma cláusula que considera crime contra a natureza a aplicação sem controle de pesticidas, herbicidas e agrotóxicos em geral.

O engenheiro agrônomo Donato Lopes, assessor da campanha dos canavieiros e membro da Corrente Sindical Classista, entende que essa cláusula é de fundamental importância. "Nos países chamados desenvolvidos, onde o padrão de reprodução capitalista já está modernizado, o Estado se encarrega de treinar a força de trabalho. No Brasil, os próprios trabalhadores são obrigados a se reciclar, sozinho. Quando não o fazem, como é o caso dos aplicadores de herbicidas na limpeza dos canaviais, ficam à mercê dos acidentes de trabalho, por falta de técnica e fiscalização", observa.

Para Donato, a aplicação descontrolada de herbicidas tanto coloca em risco a vida do trabalhador, como "leva perigo aos demais componentes do ciclo ecológico que o cerca", através da contaminação das águas.

*correspondente da Classe na Paraíba

Pernambuco: canavieiros já estão parados

Márcio Meteker

Os assalariados rurais da Zona da Mata de Pernambuco começaram sua campanha salarial no domingo, 24 de setembro, a décima-primeira, desde 1979, quando retomaram suas lutas. Os 47 sindicatos, reunindo um total de 250 mil trabalhadores, aprovaram uma pauta com 61 reivindicações, encabeçada por um pedido salarial equivalente a NCz\$ 600,00. Para responder à habitual intransigência patronal, todas as assembleias deram um grito: "Caso haja impasse nas negociações, daqui a uma semana a greve será decretada. E não deu outra coisa."

Os patrões, logo na primeira rodada de negociações, apresentaram uma contraproposta em bloco, onde pediram a exclusão de 11 reivindicações e acrescentaram quatro novas e inéditas propostas. Na primeira, asseguraram o ressarcimento aos trabalhadores que comparecem à Justiça do Trabalho, como partes ou testemunhas, durante o horário caracterizado como jornada de trabalho, desde que executem suas tarefas em outros horários. Na segunda, os empregados obrigam-se a executar todas as atividades "compatíveis com suas condições (de trabalhador rural), independentemente da sua condição, mesmo se for um acidentado, o que contraria uma das exigências dos assalariados. Na terceira, garantem ao trabalhador de 16 anos ou menos, um salário correspondente à metade do que recebe um adulto — e isto numa época em que o menor de 16 anos já vai comparecer às urnas para eleger o presidente. Por último, o patronato propõe a exclusão dos empregadores com menos de 10 empregados da convenção coletiva.

Total rejeição

Tais proposições foram rejeitadas em bloco pelos traba-

lhadores. Entretanto, o mais patético foi a contraproposta patronal no que diz respeito à um salário de apenas NCz\$ 392,12 por mês, quando a correção do salário-mínimo, a partir de primeiro de outubro, seria de NCz\$ 380,00. Além disto, há, implícita no acordo, a suposição de que tal salário sofreria um reajuste de apenas 3% a cada alteração do salário-mínimo, quando os trabalhadores querem uma garantia de 25% acima do salário-mínimo.

Arrocho

Em 8 de outubro do ano passado, os usineiros concederam aos trabalhadores um salário de NCz\$ 35,00. Daquela data até primeiro de setembro do ano em curso, a inflação acumulada foi de 1.188%. Somente para acompanhar a inflação, o salário teria de pular para NCz\$ 451,00. No mesmo período, os patrões foram beneficiados por um aumento da produtividade calculado em 13,58%, obtida pelo aumento do teor da sacarose na cana-de-açúcar. E mais: com a privatização da exportação do açúcar, tiveram ainda 7,4% de lucros extraordinários.

Além do salário todo o ano, os trabalhadores se deparam com um problema que é um



Os trabalhadores não aceitaram a proposta de arrocho apresentada pelos usineiros. E deflagraram a greve

verdadeiro cipoal de complicações. Não para eles, que executam suas tarefas como se estivessem obedecendo a um catecismo. Tão rotineiros que são. Trata-se da tabela de tarefas, basicamente as do período da safra. É um conjunto de detalhes, que só no título 2 da tabela discrimina 29 itens que definem coisas como tipo de terra a ser trabalhada, tipos de mata, sulcagens com ou sem arado de boi, semios de cana e adubos, além de pesos e medidas que vão da quantidade da cana cortada às contas e cubos de terras trabalhadas.

A tabela de tarefas que ainda está em vigor foi elaborada em 1965, numa negociação que contou inclusive com a participação de oficiais do 4.º Exército, e numa ocasião em que as listas de cassação e des-

tuição de diretorias sindicais eram uma rotina. Vê-se bem que coisa boa não podia sair dali. E mesmo assim, o respeito à convenção coletiva de então só veio a se tornar realidade a partir de 1979. Por outro lado, ao longo do mesmo período, foi introduzida a mecanização crescente do campo. Isto pôs fim a muito tipo de tarefas válidas para os anos anteriores.

É preciso dizer ainda que todos os anos os trabalhadores solicitam medidas preventivas contra a violência, através da proibição de armas de fogo por parte de cabos, administradores e fiscais de campo. Os patrões, matreiramente, aceitam a proibição, salvo se os capatazes forem autorizados por autoridades competentes, mediante porte legal de armas.

Esta cláusula é prontamente acordada, mas os trabalhadores nada podem fazer em relação ao porte legal de armas. O resultado, no ano subsequente, é marcado por crimes de morte, principalmente sobre aquele que vai à Justiça do Trabalho reclamar o cumprimento da lei.

A estabilidade do delegado sindical é outro ponto que os usineiros pretendem derrubar, embora seja uma garantia constitucional. Os patrões dizem que só existirá a imunidade desde que não haja a indisciplina "técnica, econômica ou financeira" e deste modo dão o primeiro passo para a eventual montagem de armadilhas contra os trabalhadores considerados indóceis. (Marco Aurélio Albertim, correspondente da Classe em Recife)

BB: as mentiras de Sarney

O governo, especialmente o presidente Sarney e seu fiel escudeiro Saulo Ramos, fez um terrível barulho contra o reajuste de 152,35% concedido aos 138 mil funcionários do Banco do Brasil pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ambos mentiram grosseiramente alardeando que o banco não tem condições de pagar a correção salarial determinada pelo tribunal.

Conforme Ricardo Berzoini, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo, o TST não fez nada além de considerar como justas e legais parte das reivindicações dos funcionários do BB, mas o governo, por outro lado, "insiste na política de arrochar salários, como vem fazendo desde sua posse, em 1985".

Além da posição de "clara interferência do governo na Justiça e na negociação dos trabalhadores", afirma Ricardo Berzoini, que "não é verdade que o BB corre o risco de ter prejuízos em função do reajuste. A alegação dos governantes, e de Sarney, não corresponde aos fatos, é inverídica".

— Somente nos meses de julho e agosto — informou — o banco teve um lucro líquido de 240 milhões de cruzados novos. O que prejudicou o desempenho do banco, e continua a prejudicar, é a

política do governo e o compadrismo com os interesses do latifúndio e de grandes empresários. Por isto é que no primeiro semestre o lucro líquido do BB foi modesto, de apenas NCz\$ 48 milhões. A poupança verde, com taxa de juros inferior à taxa de captação, resultou em perdas, assim como o congelamento cambial, ambas medidas determinadas com a edição do chamado Plano Verão. Ao lado disto, subsiste adiamento de grandes débitos contrai-dos pelos latifundiários, totalizando cerca de 6 bilhões de cruzados novos, numa prática de favorecimento pernicioso aos grandes fazendeiros, que só tem explicação nos compromissos assumidos por Sarney com os poderosos. É isto que devemos combater e não a recomposição dos salários dos trabalhadores. Nós estamos abrindo uma discussão com a sociedade, com a OAB e com o próprio Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o risco que representa a interferência do Poder Executivo sobre o Judiciário, uma atitude abertamente antidemocrática que lembra os tempos da ditadura militar. Estamos resistindo e continuaremos lutando contra essas pressões do governo, que quer manter a qualquer preço sua política de arrocho salarial, completou.

CGT, esfacelada, está à altura da USI

Consumou-se, como era de se esperar, a divisão da chamada Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). No dia 1º de outubro foram realizados, no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, dois diferentes encontros que, além da débil representatividade, tiveram em comum a reivindicação da sigla: ambos reuniram sindicalistas da CGT.

No Rio ocorreu a plenária convocada por Rogério Magri, com cerca de 500 pessoas, onde, entre outras coisas, ficou decidida a filiação da entidade à famosa Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livre (Ciosl), central sindical europeia, pró-capitalista de tendência socialdemocrata.

Já em Belo Horizonte foi Joaquim dos Santos Andrade quem dirigiu um congresso, também com cerca de 500 pessoas, onde os delegados decidiram considerar nulo o resultado do encontro ocorrido no final de abril deste ano em Praia Grande e reconduziram Joaquim dos Santos Andrade à Presidência da

CGT. Joaquim dos Santos Andrade e seus seguidores (inclusive membros do PCB como Arnaldo Gonçalves, dos metalúrgicos de Santos) acusaram Magri de ter fraudado o congresso da CGT em Praia Grande, que afastou Joaquim dos Santos Andrade e conduziu o presidente do Sindicato dos Eletricistas ao comando da entidade, à base do tumulto e da pancadaria.

A disputa pela sigla ganha, desta forma, novos contornos, mas já sobressai o desgaste dos dois velhos pelegos, e especialmente do senhor Rogério Magri. De tudo isto o que está mais do que patente é a falta de representatividade da CGT. Se antes a entidade já estava capenga, com o racha tornou-se pouco mais do que um fantasma no movimento sindical brasileiro. Magri e Joaquim dos Santos Andrade têm, cada um, uma representatividade a esta altura equiparada do chefe da chamada União Sindical Independente (USI), aliás outro velho pelego, Antonio Magaldi.

Quem sai favorecido pelo racha, conforme Sérgio Barroso, secretário geral da Corrente Sindical Classista (CSC), "é o sindicalismo progressista, enquanto o campo da direita vai ficando mais nítido". Jair Meneguelli, presidente da CUT, acredita que a tendência dos sindicalistas honestos que ainda permanecem na CGT é engrossar as fileiras da CUT. Já Nivaldo Santana, presidente do Sindicato da Sabesp/Cetesb, atribui o "esfacelamento da direita no movimento sindical" ao "crescimento da unidade entre as forças progressistas, da luta e da consciência dos trabalhadores, que não agüentam mais os pelegos e os agentes do patronato infiltrados em seu meio". Visão semelhante é a do presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia, Alvaro Gomes. "É uma disputa entre os sindicalistas comprometidos com o patronato e demonstra a fragilidade de suas concepções, que tendem a ser desmascaradas", comenta.

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

O papel nocivo do "partidão"

Rogério Lustosa *

O "Partidão" e seu candidato, Roberto Freire, andam eufóricos. E a burguesia, empenhada em afastar o perigo de uma vitória da esquerda nas eleições, cuida de abanar a alegria pecebista. Suas pesquisas, embora já meio desmoralizadas, procuram dar alento a Freire. Mas entre os trabalhadores, cresce a desconfiança com este "comunismo" bem comportado, que trocou o vermelho pelo rosa claro, desbotado.

Mui moderno

As manifestações das classes dominantes em favor de Freire são reveladoras. Até D. Marly Sarney já declarou que seu voto é Freire. O jornalista Carlos Castello Branco comenta que o PCB trouxe à disputa da sucessão o "neo-comunismo", gorbacheviano, moderno, que aspira a socializar dentro da democracia". Quer dizer, dentro das regras atuais.

Boris Gorenzvaig, presidente da Petroplastic, uma das maiores no ramo, com 800 empregados, também é Freire. E explica seu socialismo: "o que entra na empresa é repartido com os empregados". O candidato exulta com o apoio dos "setores empresariais que têm a preocupação de buscar uma nova sociedade socialista e moderna". Participação nos lucros não é coisa tão moderna. Mas afinal, nada de radicalismos!

Salvar o centro

O jornal "Voz da Unidade", porta-voz oficial do PCB, argumenta, na edição 465, que é perigoso polarizar a campanha entre esquerda e direita. E defende ardorosamente o centro que, no seu entender, "lutou pela transição democrática, sem a qual dificilmente será possível construir qualquer sociedade democrática no futuro".

Está aí a justificativa estratégica da candidatura Freire. Dividir o campo popular, para tentar impedir uma vitória da esquerda e abrir caminho para o suces-

so de um candidato do centro.

Ao mesmo tempo, o analista da "Voz" confessa que a problemática da "renovação do socialismo" deixa perplexos amplos setores da própria militância do PCB, que relutam em assumir as "formulações" de Freire. Ele acha que muitos não estão preparados para compreender "o significado de tudo aquilo que Freire tem dito".

Esta própria situação revela o tipo de partido em que se transformou o "partidão". Uma geléia sem estrutura definida. Onde as lideranças, em geral parlamentares, passam por cima do coletivo sem disciplina e, em contrapartida, sem saber com quem contam de fato. Os descontentes, também sem ter muito a quem prestar contas, embarcam noutras campanhas, ou ficam calados, esperando outras oportunidades.

Só para reformas

Evidentemente que uma (des)organização deste tipo não serve para a luta revolucionária. Quando muito pode batalhar por certas reformas nos marcos do sistema burguês. Aliás, o próprio Freire declarou que "existem instrumentos dentro da própria Constituição" que asseguram a extinção do latifúndio. Imaginem uma reforma agrária destas!

Por tudo isto, ao lado da campanha política da Frente Brasil Popular e da candidatura de Lula-Bisol, os comunistas têm pela frente o desafio de esclarecer os trabalhadores sobre o papel nocivo dos revisionistas, como renegados do marxismo-leninismo e da revolução.

Mais do que nunca é atual a afirmação de Lênin: "é impossível combater o imperialismo sem combater o oportunismo." Para unir a classe operária é necessário delimitar os campos com seus inimigos. E com os que penetram nas fileiras do povo a serviço da burguesia.

* da direção nacional do PCdoB

Direções ativas na luta concreta

Num partido revolucionário o método e o estilo de direção jogam papel primordial para a consecução dos seus objetivos. O desenvolvimento multilateral do partido comunista, seu enraizamento entre as massas, a boa aplicação de sua política de massas ampla, combativa e flexível exigem que as diversas instâncias de direção adaptem sua ação, seus métodos e estilo ao grau de crescimento político e ideológico do partido e do movimento de massas.

Em um país continental como o nosso, que exige a construção de uma vasta rede de comitês e em que o partido está em permanente processo de crescimento e renovação, os órgãos dirigentes, em particular o comitê central e os comitês regionais, somente conseguirão exercer seu mister de direção das demais instâncias se acompanharem a evolução dos fenômenos internos e apresentarem justas soluções para os problemas que se apresentam.

A cada instante ressurgem problemas de natureza variada decorrentes da ampliação do número de quadros e militantes e da ampliação da esfera das tarefas partidárias. É fundamental, nesse sentido, hierarquizar os problemas, encará-los de forma dialética, na sua mútua inter-relação.

Sem desconhecer ou menosprezar os demais problemas concretos que existem na atividade do partido esperando solução, pode-se afirmar, com toda a segurança, que o atual estágio de desenvolvimento do partido, o crescimento de sua influência política e de massas e, conseqüentemente, de sua

responsabilidade, está exigindo uma capacitação superior de seus dirigentes.

Os comunistas entendem por capacitação não apenas o estudo da teoria marxista-leninista, dos documentos e resoluções do Partido Comunista do Brasil, mas capacitação para dirigir o efetivo partidário exige associação entre estudo e prática. São momentos distintos mas inseparáveis. Sem um o outro não se completa.

Hoje, a ação prática do partido comunista requer de seus dirigentes respostas amadurecidas, aprofundadas, fundamentadas para os complexos problemas que o desenrolar da luta de classes coloca na ordem-do-dia.

A experiência histórica do movimento comunista internacional comprova cientificamente que o fator subjetivo das transformações revolucionárias avança e amadurece à medida em que as amplas massas trabalhadoras adquirem e incorporam como sua a doutrina do socialismo científico. Mas isso não se dá espontaneamente, mas somente através de um processo dirigido que envolva a ação política de massas, a agitação e propaganda e o labor organizativo. Tudo isso requer direção concreta.

Necessário se torna, portanto, dar respostas concretas a certas questões.

Que instrumentos o partido comunista está utilizando para a abordagem das massas a fim de difundir a linha do partido? Que tipo de preparação teórica está sendo feita para capacitar o conjunto dos militantes e da direção do partido?

As direções são organismos vivos do partido. A elas cabe, partindo do estudo da realidade em que atuam e do acompanhamento da atividade dos militantes, generalizar experiências que vão se acumulando para elevar o grau da interferência do partido na luta social e política. Essa generalização pressupõe a presença pessoal do dirigente nas principais batalhas e frentes de atuação. Isto é direção concreta.

A análise, o planejamento e o controle da atividade dos órgãos dirigentes do partido são necessariamente, pela própria natureza da organização comunista, fruto de um trabalho coletivo. É a única forma de evitar o subjetivismo e o espontaneísmo e de garantir a cientificidade dos métodos de análise, planejamento, execução e controle das tarefas.

A imprensa partidária é um poderoso instrumento de veiculação das conclusões emanadas desse processo. A publicação de materiais que reflitam a verdadeira realidade da atividade orgânica do partido, que transmitam o nível de capacitação política e ideológica das direções em todas as instâncias, ajuda o coletivo partidário a melhorar o conhecimento sobre a realidade partidária e podem servir como referenciais na orientação de seminários, palestras, aulas, debates etc., que o partido realiza com as massas e os aliados.

A atenção das direções partidárias, assim, se volta para questões essenciais, como por exemplo: o grau de conscientização socialista que a classe operária adquire nas suas lutas e na absorção da propaganda comunista; a forma pela qual a concepção classista se reflete no movimento de massas, especialmente o sindical; outrossim, com a juventude, observar como ela se sensibiliza pelas causas democráticas, populares e progressistas que o proletariado consciente defende; no campo, as direções devem ficar atentas para o modo como os camponeses encaram hoje a luta pela reforma agrária e o proletariado rural formula novas reivindicações.

Toda a atividade partidária, e portanto das direções, é permeada pela máxima atenção dedicada à luta teórica, sem a qual as preocupações práticas aqui apontadas viram letra morta. Num momento em que se proclama o fracasso do socialismo, como ideologia e sistema social, torna-se tarefa da ordem-do-dia fundamental a superioridade do socialismo de sua doutrina e preparar a união da classe operária para descontinuar, na aplicação das tarefas cotidianas, o futuro que orienta a ação dos militantes.



A URSS no pântano capitalista

Umberto Martins

Quem diria?

Na edição do dia 3 de outubro a "Folha de S. Paulo" aplicou o selinho reacionário "Menos governo, menos miséria", um dos símbolos da campanha "neoliberal" e anticomunista em voga nos dias de hoje, sobre duas páginas de seu primeiro caderno (12 e 13) onde noticia uma das últimas novidades da *perestroika*. Os títulos principais são sugestivos: "URSS anuncia privatização para salvar economia" e "Gorbachev aplica o 'thatcherismo soviético'".

Apesar do sabor de grotesco e cinismo, as medidas divulgadas pelo governo soviético justificam o otimismo do jornal dos Frias. A iniciativa de privatização das estatais consta de um pacote de reformas ("radicais", segundo a "Folha") enviado no início deste mês ao Soviet Supremo, que deverá ser debatido — aprovado, emendado ou rejeitado — durante os próximos dois meses.

Arrocho salarial

Ao lado de tal iniciativa, apresentada pelos governantes como única saída para estimular a produtividade do trabalho, Gorbachev tratou de empurrar uma série de outras medidas antioperárias, entre elas o congelamento dos salários e uma maior liberalização dos preços; a proibição de greves até o final de 1990; a eliminação do teto máximo para os salários; igualdade de condições entre empresas públicas e privadas; e medidas militares para reprimir os conflitos nacionais. Algumas já foram aprovadas pelo parlamento no dia 2.

Os efeitos serão danosos para os trabalhadores. Em primeiro lugar fica institucionalizado o arrocho dos salários, através de um mecanismo bem conhecido pelos trabalhadores brasileiros — sobem os preços das mercadorias enquanto o rendimento de quem vive de salários permanece congelado. A proibição das greves em determinados setores (inclusive mineração), aprovada pelo parlamento dia 3, evidencia a disposição de forçar o arrocho.

A eliminação do teto salarial, por outro lado, resultará na ampliação das diferenças (já escandalosas) entre distintos tipos e grupos de trabalhadores e, por consequência, numa maior concentração de rendas dentro do país. A igualdade de condições entre empresas independentemente da forma de propriedade (pública ou privada) evidentemente só beneficiará a burguesia restaurada na URSS.

E tudo isto é feito em nome do progresso, do aumento da

produtividade, da eficiência das empresas, do bem-estar social, do socialismo, dos trabalhadores. Uma anedota que já conhecemos há décadas — lembra o cinismo de homens como Delfin Netto, Sarney e Cia. Embora ainda engane. De qualquer forma, os fatos mostram que a coincidência da propaganda e dos interesses de Gorbachev e da burguesia em todo o mundo não é mera casualidade, tem raiz de classe bem definida.

Caminho lógico

Para aqueles que acompanham com olhos críticos o desenrolar da política econômica soviética desde a ascensão dos revisionistas ao poder, em 1956, os atuais desdobramentos da *perestroika* não são nada surpreendentes. Constituem componentes lógicos do caminho de restauração do capitalismo na URSS trilhado desde Krushev. Uma lógica triste e miserável, que se realiza por meio da degradação das condições de vida dos trabalhadores, a estagnação econômica, o retorno do desemprego e de outras chagas típicas do capitalismo.

Gorbachev encena, com a sua *perestroika*, os capítulos finais de tal drama, o coroamento do processo de restauração capitalista com o pleno restabelecimento da economia de mercado e da propriedade privada. A falência e a privatização das estatais, acompanhada da criação de um amplo exército de desempregados, funcionam como a pá de cal dos revisionistas sobre as formas econômicas socialistas que resistiram às reformas precedentes.

Oposição

O caráter reacionário da *perestroika* está se tornando a cada dia mais transparente. E especialmente para o povo soviético. Os articulistas da grande imprensa favoráveis a Gorbachev não se cansam de lamentar que o presidente soviético não desfruta em sua terra da mesma popularidade que ganhou no Ocidente graças ao bombardeio da propaganda realizada pelas classes dominantes.

Com efeito, os frutos visíveis da *perestroika* são miseráveis:

desde 1985, quando a nova política econômica foi iniciada, aumentou a escassez de produtos no país, explodiram conflitos entre as nacionalidades, greves, registrou-se um crescimento assustador da criminalidade e da corrupção. E agora temos, claro e admitido, o arrocho dos salários. Floresceram, em compensação, os interesses privados, com o renascimento da burguesia proprietária dos meios de produção e o incentivo às multinacionais e ao endividamento externo.

A oposição às reformas de Gorbachev é cada dia maior. Um dos sintomas da desagregação da sociedade e da base de apoio dos atuais dirigentes do país, é a formação da Frente Unida de Trabalhadores Russos (noticiada com três meses de atraso pela grande imprensa brasileira), em um congresso de assalariados ocorrido em junho passado em Leningrado.

O encontro reuniu 110 delegados de 29 cidades russas, além de representantes da Moldávia, Letônia, Estônia e Tajiquistão. Ao lado de preocupações de caráter nacionalista, os congressistas repudiaram com firmeza as reformas capitalistas introduzidas por Gorbachev na URSS.

O sociólogo Vladimir M. Yakushev relatou ao jornal "Sovietskaya Rossiya" que no encontro "muitos advertiram que as reformas em andamento não beneficiam os trabalhadores, e sim todo tipo de enganadores, trapaceiros e vigaristas, o que provoca grande indignação entre o povo", acrescentando: "Se apostarmos nosso futuro no aprofundamento de relações de mercado completamente incontroláveis na economia, a situação do país ficará cada vez pior".

Por sua vez o estivador K.V. Fedotovo, de Leningrado, comentou: "No congresso houve um total desacordo com as práticas que estão enriquecendo os operadores das pseudo-cooperativas".

Já a professora Nina Andreieva, autora de um artigo crítico sobre a *perestroika* publicado pela revista *Princípios* nº 17 informou, em entrevista ao jornal espanhol "El País" no dia 20 de agosto, a criação de um grupo denominado Edinstvo (Unidad), no mês de

maio, que se dispõe a defender os princípios do marxismo-leninismo. Ela já recebeu mais de 7 mil cartas em apoio às suas idéias e a nova organização política reuniu, no dia de sua fundação, representantes de 26 cidades. Nina Andreieva

diz que as idéias revisionistas surgiram na URSS "no final dos anos 50, com os intentos de introduzir elementos do capitalismo na economia e com a incapacidade de introduzir transformações de caráter socialista".

Pinochet condenado em jornada por Chile livre

Com a realização do julgamento da ditadura de Augusto Pinochet por um tribunal popular, terminou em São Paulo no último dia 29 a "Jornada por um Chile livre", conjunto de eventos realizados ao longo do mês de setembro, promovidos pela Associação Brasileira Chilena de Amizade.

O Tribunal Popular foi presidido pela vereadora Teresa Lajolo, e julgou a ditadura imposta ao povo chileno desde o golpe de 11 de setembro de 1973, quando Salvador Allende foi assassinado pelos militares. Deram seu depoimento vários chilenos e brasileiros que, das mais diferentes formas, vivenciaram os horrores da ditadura de Pinochet, entre eles, um ex-preso político chileno, que por duas vezes foi levado à presença do pelotão de fuzilamento, quando então lhe perguntaram pelo paradeiro de pessoas que nem sequer conhecia, e como não respondia,

era fuzilado pelo pelotão que usava balas de festim.

Uma mãe brasileira contou que teve seu filho, que na época trabalhava no Chile como engenheiro civil, detido para averiguações no dia seguinte ao golpe, e até ele continua desaparecido.

Como estes casos, existem milhares de crimes cometidos pelo regime nefasto e anti-democrático tendo a frente o general Augusto Pinochet que nesses dezesseis anos de ditadura assassinou pessoas inocentes cujo único "crime" é ter o ideal de uma sociedade democrática e mais justa.

Dado o veredito por parte dos jurados, que eram representantes de partidos políticos, a sentença não poderia ser outra: a ditadura de Augusto Pinochet foi considerada culpada por unanimidade.

(Rogério Siqueira)

Madre Tereza de Calcutá na Albânia, sua terra natal

Recentemente a madre Teresa de Calcutá visitou a Albânia, sua terra natal. Natural de Skoplje, foi registrada com o nome de Gonxhe Bojaxhi. Após seu ingresso na Congregação das Missionárias de Loreto, trabalhou alguns anos como professora em Calcutá, na Índia. Mais tarde dedicou-se inteiramente à beneficência, na ajuda aos doentes, abandonados, pobres, vítimas da guerra e das calamidades da Índia e de outros países.

Como missionária da ordem da caridade, fundou escolas, orfanatos, hospícios, hospitais etc. Foi premiada por diversos países e organizações internacionais. Em 1979 recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Em Tirana, madre Teresa depositou flores na estátua "Mãe Albânia", no Cemitério dos Mártires da Nação. Levou flores também ao túmulo de Enver Hoxha, principal dirigente da luta de libertação da Albânia, e declarou: "estou comovida pelo grande respeito que vocês consagram aos mártires da nação, que deram suas vidas para a libertação da pátria".

Acompanhada pelo presidente do Comitê Albanês para

Relações Culturais e de Amizade, madre Teresa visitou o Jardim da Infância nº 40: "Estou impressionada e muito contente em ver o cuidado que vocês têm na educação das crianças que são o futuro do país. Essas crianças, que crescem em tão boas condições, devem ser felizes", afirmou. Ao visitar o Instituto de Oncologia de Tirana, declarou-se contente de ver que na Albânia as pessoas não pagam pelo serviço de saúde e que tudo é garantido pelo Estado. "Este centro médico está muito bem equipado e dispõe de pessoas atenciosas no tratamento dos doentes. Isto é muito positivo".

Madre Teresa ainda esteve com o ministro das Relações Exteriores, Reis Malile, e com Nexhmije Hoxha, presidenta do Conselho Geral da Frente Democrática da Albânia, entre outras autoridades e personalidades do mundo artístico e cultural. Visitou o instituto de combate à tuberculose e a colônia de férias de jovens em Durrës para depositar flores nas sepulturas de sua mãe, Rosa Bojaxhi, e de sua irmã, Age Bojaxhi.



Conflitos entre nacionalidades: agora militarizados

Arquivo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Insuportável mentira do ser

Clóves Geraldo*

Contar a história da derrocada do revisionismo tcheco, chamada de "Primavera de Praga", a partir da visão pequeno-burguesa de um médico (Daniel Day-Lewis), de uma fotógrafa (Juliette Binoche) e de uma artista plástica (Lena Olin), é o objetivo do diretor norte-americano Philip Kauffman (de "Os eleitos" e "Os invasores de corpos") em "A insustentável leveza do ser", baseado no romance do tcheco Milan Kundera. Para isto não se poupou fita e tampouco apoio técnico.

Durante 3 horas de projeção vemos os descaminhos dos três personagens, envolvidos à distância na curta experiência de devolução do poder à burguesia, ao capitalismo internacional e às "camadas médias", feita por Alexandre Dubcek.

Os três personagens de Kauffman e Kundera não são agentes da história, mas seus assistentes. Formam a periferia que comenta mas assiste a tudo à distância, envolvendo-se nos fatos de forma inconsistente (caso da fotógrafa Tereza, interpretada por Juliette Binoche).

Ambos vivem uma crise própria do segmento que representam: a pequena burguesia insatisfeita com o poder. Este, longe de estar com a classe operária e seus aliados — entre eles o campesinato — está entregue à burguesia, ao partido revisionista sob o comando do social-imperialismo soviético, e os diretores de empresas e os empresários agrícolas, que sobrevivem ao longo dos anos. Nada disto aparece no filme.

A crítica, lógico, elogia, e não poderia ser diferente, já que se trata de um filme de propaganda anticomunista. Numa das cenas, Tomaz, o médico, está numa danceteria com Tereza, onde tocam rock, e numa mesa próxima estão dirigentes de seu país. Quando um deles pede para se mudar a música, toca-se uma lamentosa cantilena, que esvazia a pista de dança.

Fica claro que Kauffman/Kundera defenderam sem meias palavras a invasão do país pela cultura norte-americana, e a música tcheca é "coisa velha". Não se fala ou se toca (seria ingenuidade pensar que assim fosse) que a crise retratada na tela é do re-

visionismo soviético, estendida a seus satélites.

Aos elementos mostrados soma-se o fazendeiro que está sempre acompanhado de um porco engravatado — representando a burocracia. Ele bebe, usa gravata, frequenta bares e mesmo assim não é largado pelo fazendeiro.

Kauffman coloca seus personagens numa crise existencial ao estilo Bergman, mas sem a profundidade deste. Tereza, Tomaz e Sabina formam o velho triângulo amoroso, com seus naturais pólos de atração. Quando vão para a Suíça, fugindo dos tanques soviéticos, encontram barreiras. Não conseguem se adaptar. O "paraíso capitalista" está cheio de pornografia e serviço mal remunerado. Não serve a Tereza e Sabina.

"A insustentável leveza do ser", após quase 3 horas de filme, se transforma numa "insuportável mentira do ser". No final, Tereza e Tomaz morrem num desastre. O pessimismo de Kauffman/Kundera pontilha tudo. O mundo contemporâneo não tem saída — eis sua mensagem.

*Colaborador da *Classe no Espírito Santo*



Arquivo

Um livro que pende entre a cabala e a ciência

Lejeune Mato Grosso de Carvalho*

"O pêndulo de Foulcault", o mais recente livro de Umberto Eco, está circulando no Brasil, com tiragem de 100 mil exemplares publicados pela Editorial Record. Após ter sido projetado mundialmente como romancista com "O nome da rosa", publicado em 1980, o italiano Eco desenvolveu seu antigo projeto de escrever sobre o pêndulo de Foulcault (instrumento inventado em 1851 por Jean Bernard Léon Foulcault, que ti-

nha a finalidade de demonstrar o movimento da rotação da Terra).

O autor afirma que levou 8 anos para terminar a obra, e teve que adquirir e ler cerca de 1.500 livros. Algumas páginas foram reescritas até 10 vezes, devido à complexidade da narração da trama. São 120 capítulos, cada qual com uma citação — em francês, inglês, latim ou hebraico. Essa erudição não impede o acesso dos leitores ao livro.

Da cabala ao computador

O livro segue a mística da cabala — um dos livros proscritos pelo Alto Rabinado Judaico no início do século II. Cada uma das 10 partes do livro de Eco representa uma Sefirat (as formas de adquirir-se a sabedoria, pelo ritual cabalístico). O autor explora muito bem as seitas iniciáticas, nas suas mais diversas ramificações, desde a bruxaria, passando pelos templários do século XII, dos rosas-cruzes, dos maçons e suas ramificações, e chega ao Brasil e aos ritos

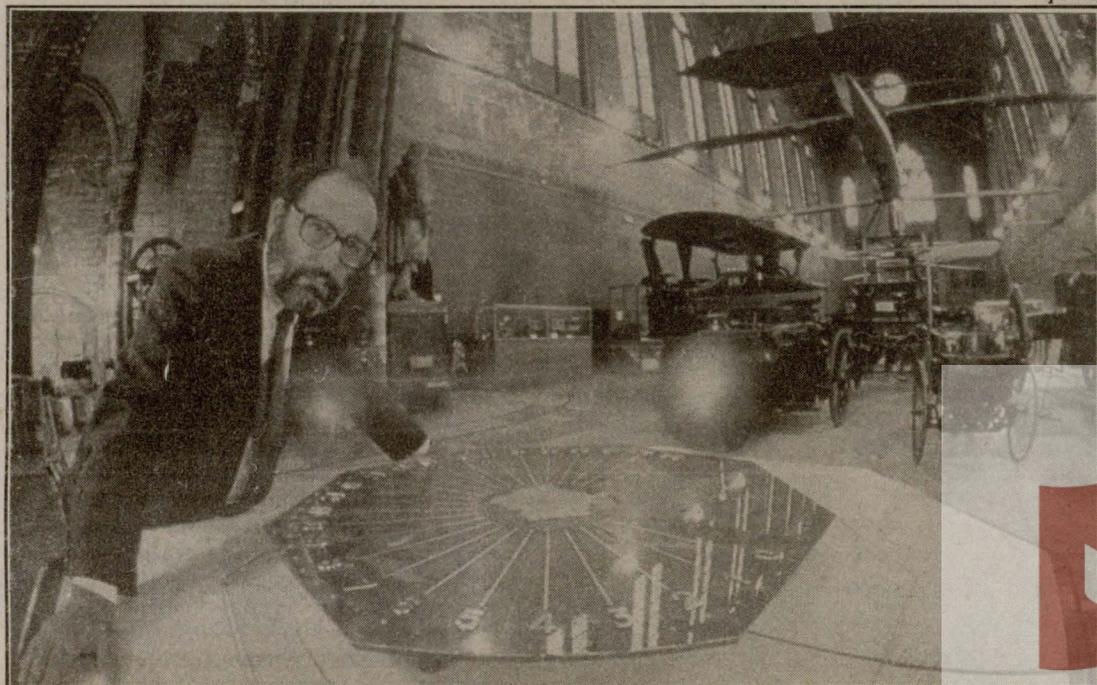
Arquivo

afros, envolvendo o candomblé e a macumba.

O computador aparece como o símbolo que contrasta, com a modernidade, em relação ao medievalismo das idéias e concepções defendidas pela maioria das seitas apresentadas. Umberto Eco alerta que "todas as citações são reais e não foram inventadas, mas o seu conteúdo pode ser tão verdadeiro quanto aqueles livros que diziam que os judeus comiam crianças na Ida de Média".

O romance é também um suspense que poderia ser classificado como policial. Várias mortes ocorrem, sacrifícios humanos, perseguições, tudo descrito de tal forma que se fica preso ao texto por longos períodos. Na história há uma brasileira de nome Amparo, marxista; há um personagem rosacruz, outro é taxidermista, conde, jesuítas, bruxos, etc. Um livro que será rapidamente devorado por leitores dos mais variados gostos literários.

* Sociólogo



Eco e o pêndulo de Foulcault num museu da Itália

Estratégia e Tática

textos de:

V.I. Lênin G. Dmitrov
J. Stálin J. Amazonas

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Gróbois

CEP 01320 São Paulo

Gróbois

Gróbois

Edgar Allan Poe

O escritor norte-americano Edgar Allan Poe nasceu em Boston em 19 de janeiro de 1809 e morreu em Baltimore em 7 de outubro de 1849. Escreveu seus primeiros poemas em 1826 e passou a ter influência na poesia mundial — em particular a francesa — a partir da publicação de “O corvo”, em 1845. Sua obra poética foi saudada por Baudelaire.

Tem também extensa obra de prosa, onde destacam-se os contos publicados sob o título “Histórias extraordinárias” (onde estão “O barril de amontilhado”, “O gato preto”, “O poço e o pêndulo”, entre outros), e também as histórias policiais, onde foram beber escritores como Conan Doyle, Agatha Christie e Simenon. O texto que apresentamos nesta página é abertura de “Os Crimes na rua Morgue”. A seleção foi de Luciana C. Ruy, e o título é de responsabilidade da Redação.

O talento do analista

As faculdades do espírito, denominadas **analíticas**, são, em si mesmas, bem pouco suscetíveis de análise. Apreciamos-as somente em seus efeitos. O que sabemos delas, entre outras coisas, é que são sempre, para quem as possui em grau extraordinário, fonte do mais intenso prazer. Da mesma forma que o homem forte se rejubila com suas aptidões físicas, deleitando-se com os exercícios que põem em atividade seus músculos, exulta o analista com essa atividade espiritual, cuja função é destrinçar enredos. Acha prazer até mesmo nas circunstâncias mais triviais, desde que ponham em jogo seu talento. Adora os enigmas, as adivinhas, os hieróglifos, exibindo nas soluções de todos eles um poder de **acuidade** que, para o vulgo, toma o aspecto de coisa sobrenatural. Seus resultados, alcançados apenas pela própria alma e essência do método, têm, na verdade, ares de intuição.

Essa faculdade de **resolução** é, talvez, revigorada pelo estudo da matemática e, especialmente, pelo estudo do mais alto ramo desta que, injustamente e tão só causa de suas operações retrógradadas, tem sido denominada “análise”. Como se fosse a análise por excelência. No entanto, o cálculo não é o mesmo que análise. O jogador de xadrez, por exemplo, exercita um, sem fazer uso da outra. Daí decorrer ser o jogo de xadrez muito mal compreendido nos seus efeitos sobre a natureza mental. Não pretendo escrever aqui um tratado, mas simplesmente prefaciá-lo bastante singular, com algumas observações um tanto ligeiras. Aproveitarei, pois, a ocasião para afirmar que as faculdades mais altas do intelecto reflexivo se põem mais decidida e mais utilmente à prova no modesto jogo de damas, do que em todas as complicadas frivolidades do xadrez. Neste último jogo, em que as peças têm movimentos diferentes e estranhos, com diversos e variados valores, o que é complexo — erro bastante comum — se confunde com o que é profundo. A

atenção é nele posta poderosamente em jogo. Se ela se distrai por um instante, comete-se um erro, que resulta em perda ou derrota. Como os movimentos possíveis não são somente múltiplos, como também intrincados, as possibilidades de tais enganos se multiplicam. E em nove casos, dentre dez, é o jogador mais atento, e não o mais hábil, que ganha. No jogo de

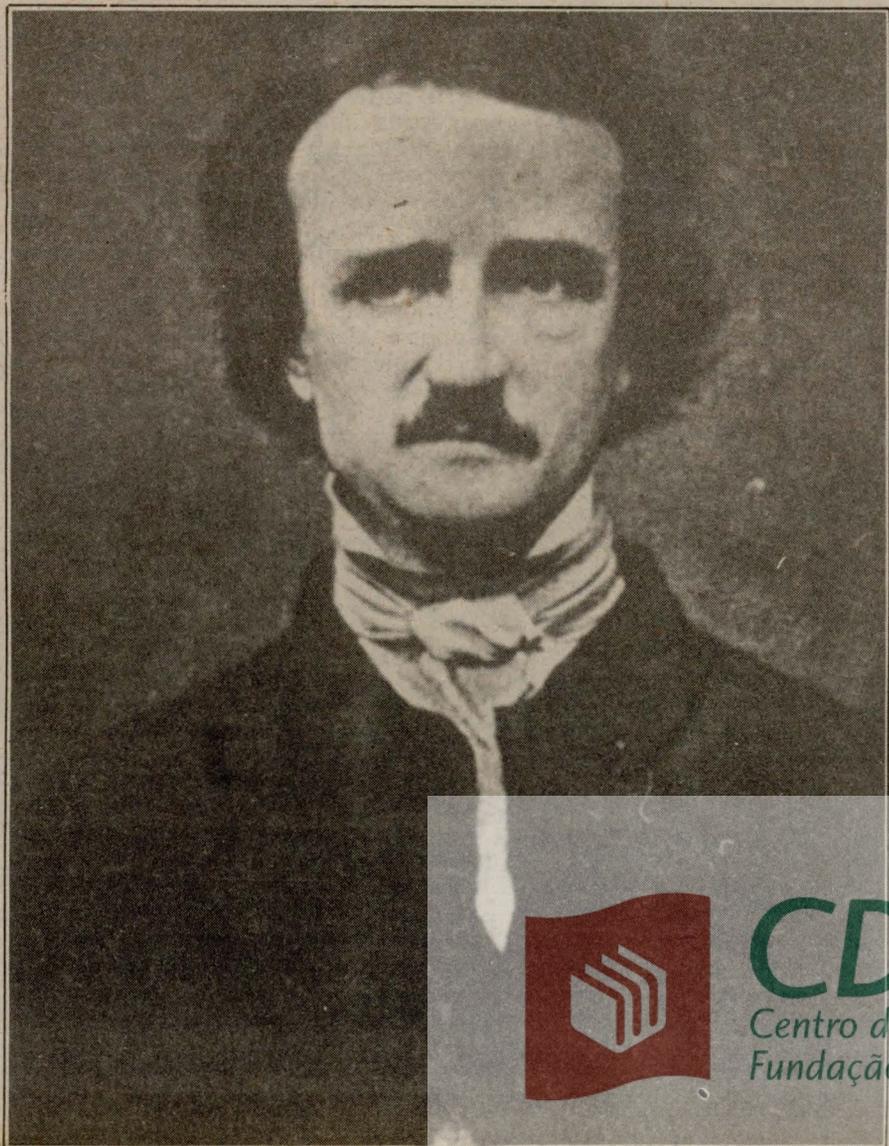
damas, pelo contrário, em que os movimentos são **únicos** e pouco variam, as probabilidades de engano ficam diminuídas e, a atenção não estando de todo absorvida, todas as vantagens obtidas pelos jogadores só o são graças a uma perspicácia superior. Concretizando o que dissemos, suponhamos um jogo de damas em que as pedras fiquem reduzidas a quatro damas, e onde, sem dúvida, não se deve esperar engano algum. É evidente que aqui a vitória pode ser decidida — estando as duas partes em iguais condições — somente por algum movimento muito hábil, resultado de um forte esforço intelectual. Privado dos recursos habituais, o analista coloca-se no lugar de seu adversário, identifica-se com ele e não poucas vezes descobre, num simples relance de vista, o único meio — às vezes absurdamente simples — de induzi-lo a um erro, ou precipitá-lo num cálculo errado.

O jogo de uíste é famoso desde há muito por sua influência sobre o que se chama “faculdade de calcular”, e conhecem-se homens de elevado valor intelectual que dele auferem um deleite aparentemente inacreditável, ao passo que menosprezam o jogo de xadrez como frívolo. É fora de dúvida que nenhum jogo análogo existe que tanto exercite a faculdade de análise.

O melhor jogador de xadrez do mundo não passa de ser o melhor enxadrista; mas o jogador proficiente de uíste tem capacidade de êxito em todas as especulações de bem maior importância, em que o espírito luta com o espírito. Quando digo jogador proficiente quero dignificar essa perfeição no jogo que inclui o conhecimento de todas as fontes donde pode derivar um proveito legítimo. E estas não

são apenas numerosas, mas complexas e jazem freqüentemente no mais profundo do pensamento, totalmente inacessíveis a uma inteligência comum. Observar atentamente equivale a recordar com clareza; e, em consequência, o jogador de xadrez, capaz de concentração intensa, será bom jogador de uíste, porquanto as regras de Houle, baseadas apenas no simples mecanismo do jogo, são geralmente inteligíveis. Por isso, ter uma boa memória e jogar de acordo com o “livro” são pontos comumente encarados como o requinte do bem jogar. Mas é nas questões acima dos limites da simples regra que se evidencia o talento do analista. Em silêncio, ele faz uma série enorme de observações e inferências. O mesmo talvez faça seus parceiros e a diferença de extensão das informações obtidas não se encontra tanto na validade da dedução, como na qualidade da observação. O necessário é saber o **que** se tem de observar. Nosso jogador não se confina em seu jogo; nem rejeita deduções nascidas de coisas externas ao jogo, somente porque é o jogo seu objetivo do momento. Examina a fisionomia do parceiro, comparando-a cuidadosamente com a de cada um de seus adversários. Considera a maneira pela qual são arrumadas as cartas em cada mão; e muitas vezes conta, pelos olhares lançados pelos jogadores às suas cartas, os trunfos e figuras que têm. Nota cada movimento do rosto, à medida que o jogo se adianta, coligindo um cabedal de idéias graças às diferenças fisionômicas indicativas de certeza, surpresa, triunfo ou pesar. Da maneira de recolher uma vaza, adivinha se a pessoa pode fazer outra da mesma espécie. Reconhece um blefe, pela maneira como é lançada a carta na mesa. Uma palavra casual ou inadvertida, uma carta que cai acidentalmente, ou que é virada e o conseqüente olhar de ansiedade ou despreocupação com que é apanhada, a contagem das vazas pela sua ordem de arrumação, o embaraço, a hesitação, a angústia ou o tremor, tudo isso são sintomas, para sua percepção aparentemente intuitiva, do verdadeiro estado das coisas. Realizadas as duas ou três primeiras jogadas, está ele de posse completa das cartas que estão em cada mão e, portanto, joga suas cartas com uma precisão tão absoluta como se o resto dos jogadores houvesse mostrado as suas.

O poder analítico não deve se confundir com a simples habilidade porque, se bem que seja o analista necessariamente engenhoso, muitas vezes acontece que o homem engenhoso é notavelmente incapaz de análise. A capacidade criativa e de combinação, por meio da qual usualmente se manifesta a engenhosidade e à qual os frenólogos (a meu ver de maneira errônea) atribuem um órgão separado, supondo-a uma faculdade primordial, tem sido tão freqüentemente encontrada naqueles cuja inteligência está quase nos limites da idiotia, que atraiu a atenção geral dos tratadistas de moral social. Entre o engenheiro e a habilidade analítica existe uma diferença muito maior, na verdade, do que entre a fantasia e a imaginação, mas de caráter estritamente análogo. Os engenhosos são sempre fantasistas e os verdadeiramente imaginativos são, por sua vez, sempre analíticos.



Arquivo



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois